



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 0003/AM/21, de 29/06/2021

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, nesta Cidade de Pombal, às quinze horas, teve lugar, por videoconferência, a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Manuel Sobreiro Ferreira, Maria Adelaide Pereira da Conceição, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, João Paulo Antunes dos Santos, André Filipe Agostinho Tasqueiro, Manuel António Rodrigues dos Santos, Rui Acácio Cruz da Silva Santos, Nicolle Lourenço, Edite Maria Pascoal da Silva, Felismino da Conceição Neves Carreira, Cláudia Sofia de Almeida Oliveira Caetano, Aires da Conceição da Ponte, João Patrício Dias Ferreira, Manuel Simões Rodrigues Marques, Patrícia Inês dos Santos Carvalho, Carlos António Gameiro Lopes, Elisabete Maria dos Santos Alves, Liliana Adelina Gonçalves Silva, Célia Margarida Narciso da Silva Cavalheiro, Sandra Cristina Costa Barros, Humberto Margarido Lopes, Sofia Gonçalves, Pedro Manuel Neves da Silva, José Manuel Pedrosa Marques, Tânia Josete Dias Duarte da Mota, Nelson da Silva Pereira, Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpão dos Santos, Paulo Manuel Lucas Duarte, Gonçalo José Simões Ramos, Manuel Henriques Nogueira de Matos, Daniel Brito Ferreira e Ana Isabel Cardoso Tenente Gonçalves, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

#### **Ponto 1 - Período antes da ordem do dia:**

Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 29/04/2021;

Ponto 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3. Intervenções na generalidade.

#### **Ponto 2 - Período da ordem do dia:**

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2. – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais – Ano 2020;

Ponto 2.3 – Apreciação do Parecer do Auditor Externo, ao abrigo do Artigo 76º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sobre as Contas Individuais do Município de Pombal - Ano de 2020 - Para conhecimento;

Ponto 2.4. - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas de 2020;

Ponto 2.5 – Apreciação do Parecer do Auditor Externo, ao abrigo do Artigo 76º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, sobre as Contas Consolidadas do Município de Pombal – Ano de 2020 - Para conhecimento;

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre 3.ª alteração modificativa ao orçamento de 2021 e GOPS 2021/2025;

Ponto 2.7. Apresentação do Balanço Social de 2020 – Para conhecimento;

Ponto 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Mapa de Pessoal do Município de Pombal para o ano de 2021 – Criação da Subunidade Orgânica Secção de Monitorização de Consumos e de Controlo de Cobranças;

Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a nomeação de Auditor Externo, para verificação de contas municipais, para o ano de 2021;



## MUNICÍPIO DE POMBAL

- Ponto 2.10. Apresentação da proposta da Câmara sobre a PMUGest - Relatório de Execução Orçamental - 1º trimestre 2021 - Para conhecimento;
- Ponto 2.11. Apresentação da proposta da Câmara sobre a PMUGest - Relatório do Fiscal Único referente ao 1º Trimestre de 2021 - Para conhecimento;
- Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Empreendimentos de Carácter Estratégico - Reconhecimento do Interesse Público Estratégico (Artigos 129.º, 130.º e 131.º do Plano Diretor Municipal, na sua redação atual);
- Ponto 2.13. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Área de Reabilitação Urbana de Abiul - Projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana;
- Ponto 2.14. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Área de Reabilitação Urbana da Vila do Louriçal - Projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana;
- Ponto 2.15. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Redinha – Proposta de 1.ª Alteração;
- Ponto 2.16. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Plano de Desenvolvimento Turístico de Pombal – documento final;
- Ponto 2.17. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Aprovação do PASEC - Plano Ação para a Sustentabilidade Energética e Climática;
- Ponto 2.18. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal;
- Ponto 2.19. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Boa tarde a todos. Vamos iniciar a nossa reunião de junho desta Assembleia Municipal.*

*Quero informar que foram solicitadas as seguintes substituições:*

*Da Bancada do Partido Social Democrata:*

*De José Gomes Fernandes, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, António Pedro Batista Pedrosa que informou não poder estar presente, tendo sido chamado para o efeito, o cidadão a seguir André Filipe Agostinho Tasqueiro;*

*De Andreia Sofia Pinheiro Marques, tendo sido chamado a substituí-la a cidadã imediatamente a seguir na lista, Maria da Conceição de Freitas Anastácio;*

*De Cláudia Sofia da Costa Duarte, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista João Pedro Abegão Matias que informou não poder estar presente, tendo sido chamado para o efeito, o cidadão a seguir Felismino da Conceição Neves Carreira.*

*Da Bancada do Partido Socialista:*

*De Célio Ferreira Fernandes, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, Joel Bouça Gomes, que informou não poder estar presente, tendo sido chamado para o efeito, o cidadão Victor da Conceição Gomes;*

*De Manuel de Sousa Lopes da Mariana, tendo sido chamado a substituí-lo a cidadã imediatamente a seguir na lista, Elisabete Maria dos Santos Alves*

*Dos Presidentes de Junta:*

*O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, Sílvio da Mota Santos, pediu para ser substituído, comparecendo, em sua substituição, Sofia Gonçalves;*

*O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Meirinhas, Manuel Virgílio Gaspar Lopes, pediu para ser substituído, comparecendo, em sua substituição, Tânia Mota*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*A Dra. Ofélia comunicou-me que, por motivos de saúde – não dela, mas de familiares – que não iria estar presente e a Senhora Deputada Fernanda Domingues sofreu um acidente e é hoje submetida a uma cirurgia, e, portanto, as faltas estão justificadas.*

*Vou apresentar-vos o público que vai intervir nesta Assembleia Municipal. Vamos ter a intervenção da cidadã Telma Filipa Gaspar Domingues, da cidadã Cidália Maria Silva Marques e do cidadão Jorge da Silva Mendes Ferreira, os quais estão devidamente identificados.*

*No momento das intervenções do público, vamos dar-lhes a palavra e vamos ouvir o que eles têm para nos dizer.”*

### **Ponto n.º 1. Período antes da ordem do dia:**

***Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 29/04/2021.***

#### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Alguém quer fazer alguma intervenção a propósito desta ata? Não querendo, passamos à votação da mesma. Quem vota contra a ata da última Assembleia? Quem se abstém?”*

***Colocada a ata da sessão ordinária de 29 de abril a votação, foi a mesma aprovada por maioria e por minuta, com 5 abstenções, por terem estado ausentes da referida reunião.***

***Ponto n.º 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais.***

#### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Vereadores, o Senhor Presidente de Câmara informou a Mesa que não iria estar presente, e será substituído pelo Senhor Vice-presidente, Eng.º Pedro Murtinho. E por isso mesmo, tenho aqui uma informação que ele deixou, que passo a ler:*

*“Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Pombal, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques:*

*Serve o presente para, em cumprimento do preceituado no n.º 1 do art.º 3.º do Estatuto dos Eleitos Locais, aprovado pela Lei n.º 29/87, de 30 de junho, na sua atual redação, conjugada com o n.º 1 do art.º 7.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, comunicar a V. Exa. que o ora signatário Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus, Presidente da Câmara Municipal de Pombal, passará a exercer de forma continuada outra atividade remunerada, consubstanciada no exercício da função de Presidente dos Conselhos de Administração da Fomento – Cooperativa de Centros de Ensino, CRL, e da SOCEI – Cooperativa de Equipamentos de Centros de Ensino, CRL, com efeitos a 1 de julho de 2021.*

*Mais se informa que, não obstante o facto de optar pelo exercício não exclusivo das suas funções de Presidente da Câmara Municipal de Pombal, assegurará, nos termos em que a Lei o impõe, a resolução dos assuntos da sua competência no decurso do período de expediente público.*

*Com os mais respeitosos cumprimentos,*

*O Presidente da Câmara Municipal de Pombal”*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Recebido por mim, Presidente deste órgão da Assembleia Municipal, em 29 de junho de 2021, pelas catorze horas e trinta minutos.*

*Continuando, agora no âmbito da correspondência recebida, tenho a dar-vos conta do seguinte: Recebemos um ofício do Senhor Presidente da Câmara contendo o relatório anual sobre a execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os de corrupção e infrações conexas), na sua revisão 02, do Município de Pombal, que fica arquivado nos serviços, caso pretendam aceder para o consultar ou pedir informações.*

*Ponto 2: recebemos do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria uma notificação para cumprimento do despacho relativamente à participação efetuada pela Câmara Municipal contra o ICNF. Foi solicitado ao Presidente da Câmara o respetivo apoio jurídico para o referido cumprimento, nomeadamente para pedido de aclaração do despacho exarado pelo Senhor Procurador. Estamos a aguardar resposta, e toda a documentação se encontra arquivada nos serviços de apoio, caso pretendam aceder para consultar ou pedir mais informações.*

*Recebemos também uma informação da Divisão de Gestão Administrativa e Comercial do Município de Pombal, relativa à isenção total da componente fixa da tarifa associada ao abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos sólidos urbanos, no âmbito do atual estado de emergência, no que concerne à suspensão de atividade das empresas, tendo sido deferidos treze pedidos.*

*Recebemos ainda reclamações dos seguintes munícipes, as quais foram reencaminhadas para o Senhor Presidente da Câmara, para os devidos procedimentos: de Jorge Afonso Carvalho – Urbanistas, Lda., acerca do Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Casarelo; de Cidália Marques e Telma Domingues, sobre os vídeos que remeteram para a transmissão na sessão de abril, os quais, como sabem, não deram entrada atempadamente, e de Joaquim Carreira, sobre obras de saneamento nas imediações do Lugar de Casal da Rola.*

*Recebemos também uma petição da Associação de Moradores e Amigos da Guia e Oeste. Esta petição foi dirigida à Presidente da Mesa da Assembleia, e a Presidente da Mesa da Assembleia fez chegar esta petição aos Líderes de Bancada, para que os mesmos se pronunciassem sobre aquilo que vinha na respetiva petição. Tenho aqui três Líderes de Bancada que já me responderam – daqui a pouco vou passar a ler – mas os Líderes de Bancada presentes nesta Assembleia que ainda não me responderam, se quiserem dar agora a sua opinião, ou o seu parecer, pedia-lhes que o fizessem, nomeadamente o Dr. Carlos Lopes e a Eng.ª Célia Cavalheiro.*

*Os senhores querem intervir neste ponto?”*

**Carlos Lopes (PS):**

*“Senhora Presidente, muito obrigado.*

*Se me dá licença, então, eu peço desculpa por não ter respondido, porque era para estar numa diligência no tribunal, não era para estar nesta reunião, ou pelo menos nesta altura, mas como a diligência foi adiada, eu consegui estar presente.*

*Senhora Presidente, relativamente aqui à petição e a esta criação desta comissão permanente, parece-me, salvo melhor opinião, que a mesma não tem cabimento. E não tem cabimento porquê? Porque as comissões permanentes – e isto reporta-se ao nosso Regimento – têm o seu início e fim coincidente com o mandato da Assembleia.*

*Ora, Senhora Presidente, o que é que nós temos? Nós estamos na penúltima sessão da Assembleia deste mandato – supostamente, a última reunião será em setembro. Portanto, não me parece que seja útil estarmos a criar agora uma comissão permanente, para que a mesma termine daqui por dois ou três meses.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*A par disto, Senhora Presidente, há aqui uma outra questão que me causou algum incómodo, confesso, e que tem a ver com a proposta que é apresentada, e que diz assim: “Neste sentido, a AMAGO, e demais subscritores, vem com a apresentação desta petição, solicitar que a mesma seja acolhida e discutida nesta Assembleia Municipal, solicitando a V. Exa. que inicie as devidas diligências para a criação da respetiva comissão permanente – propomos a designação de Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida – de modo a assegurar que não sejam implementadas indústrias do Tipo 1...”, e por aí fora.*

*Senhora Presidente, isto, ou a interpretação que pelo menos eu faço, é que a criação desta Comissão Permanente já teria aqui um objetivo final, que era a Assembleia assegurar que não seriam implantadas indústrias do Tipo 1 na zona industrial da Guia. Ou seja, isto é estar já a apontar qual seria o resultado final da comissão. Ora, parece-me a mim que isto não deve ser feito assim, ou seja, a comissão teria que reunir e teria que apurar os factos, e em função dos factos que fossem apurados, teria que decidir. Agora, estar a condicionar já esta Comissão com o objetivo de que a mesma se pronunciasse pela não implementação das indústrias do Tipo 1 na zona industrial da Guia, parece-me que é estar aqui a viciar o jogo, digamos assim.*

*E portanto, eu estou em crer que esta comissão – e é a opinião da Bancada Parlamentar do Partido Socialista – não deve ser criada, exatamente por estas razões que eu acabei de apontar. Muito obrigado, Senhora Presidente.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhora Eng.ª Célia Cavalheiro, se faz favor.”*

### **Célia Cavalheiro (BE):**

*“Boa tarde a todos e a todas.*

*O Bloco de Esquerda, à partida, é contra toda e qualquer instalação deste tipo de indústrias perto de qualquer localidade. Este tipo de indústrias deve afastar-se o máximo possível das povoações, já todos sabemos o que é que estas indústrias podem trazer, poluição, os cheiros nauseabundos, etc.*

*Agora, a petição pede para tomar uma posição. O Bloco é contra a instalação da Lusiaves naquele espaço, mas não é contra a instalação na zona industrial, que é muito maior do que aquele espaço, que foi até, de uma forma algo obscura – pelo menos para nós, que não soubemos dessa situação, só soubemos a posteriori – alargado.*

*A nossa posição é essa, somos contra a instalação dessa indústria naquele sítio, até porque já sabemos que os benefícios económicos de que tanto falam deixam muito a desejar – basta ir ver o exemplo dessa indústria, que já está instalada por vários sítios do território nacional, e não melhorou em nada a vida da população.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Senhora Deputada, desculpe interrompê-la, mas a questão que está aqui em causa é a criação da comissão. Era sobre isso que eu queria que se pronunciassem. Tem mais dois minutos, se faz favor.”*

### **Célia Cavalheiro (BE):**

*“Uma comissão para estudar este caso, sou a favor da criação, até porque quem gere esta indústria promove trabalho precário, que o Bloco condena.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Acerca da criação da comissão, é a favor, já disse. Obrigada.*

*Neste momento, eu vou passar a ler as opiniões dos outros Líderes de Bancada, do deputado João Coucelo, do deputado Henrique Falcão e da deputada Ofélia Moleiro.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Já agora, desculpem, porque eu não apresentei o que é que dizia a petição, e devia ter começado por aí. A petição diz:*

*“Entrega de petição referente à não instalação de uma unidade de processamento de produtos à base de carne, da empresa Lusiaves, junto ao tecido urbano da Vila da Guia, e a defesa do sistema aquífero Leirosa – Monte Real.*

*Os subscritores desta petição requerem a V. Exa. a convocatória de sessão extraordinária da Assembleia Municipal para a constituição desta comissão, para que esta comece o mais breve possível as suas funções.”*

*Então, depois dos Senhores Líderes de Bancada presentes na Assembleia que acabaram de expressar as suas posições, eu passo a ler as outras três posições que tenho aqui, dos outros três Líderes de Bancada.*

*Então, o deputado **João Coucelo** diz o seguinte:*

*“A petição enviada a V. Exa. pela AMAGO e assinada pela cidadã Beatriz Branco não traz qualquer elemento novo ao assunto já discutido em recentes Assembleias Municipais, repetindo um conjunto de preocupações e acusações pouco fundamentadas. Estando o pedido de informação prévia a decorrer, e o processo de licenciamento ainda nem sequer iniciado, que dependerá do parecer de múltiplas entidades.*

*É nossa obrigação manter sobre o processo da Lusiaves na ZIG a devida atenção, e conforme nossa obrigação, a fiscalização da intervenção do Município nas competências que lhe dizem respeito. Não tem cabimento nomear uma comissão permanente, como é proposto na petição, uma vez que esta figura regimental, tal como mencionado no art.º 49.º, alínea a), tem o seu início e o seu fim coincidentes com o mandato da Assembleia, e além do mais, cabe aos membros da Assembleia Municipal, no exercício das suas funções, verificar o cumprimento da legalidade das atividades do Executivo Camarário.*

*A cidadã que assina a petição não só solicita a nomeação de uma comissão, como propõe a sua designação e o objeto da mesma, o que traduz uma ousadia pouco respeitosa para com a Assembleia Municipal, usando a preocupação pelo impacto ambiental como subterfúgio para impedir a instalação de uma indústria de Tipo 1 na ZIG. Não pode merecer acolhimento, tanto mais que já existe indústria desse tipo na dita Zona Industrial, e os licenciamentos têm de ser muito rigorosos, principalmente no tocante aos impactos ambientais.*

*Qualquer um dos membros desta Assembleia Municipal, há muitos anos conhecedor do esforço do Executivo Municipal para utilizar o aquífero da Mata do Urso, uma fonte de abastecimento de água ao Concelho de Pombal, que exigiu vultuosos investimentos, para ser detentor da exploração e distribuição de água ao concelho, não conseguirá compreender os argumentos desta petição, no que respeita ao assegurar da integridade das condições deste aquífero.*

*Sem deixar de tomar nota do conjunto de preocupações e suspeitas quanto ao desenrolar deste processo, entendo que não há uma fundamentação suficientemente forte para a criação da comissão de acompanhamento, trabalho que pode e deve ser feito por todos os membros que fazem parte desta Assembleia Municipal.*

*Com os melhores cumprimentos,*

*João Coucelo.”*

*O Senhor Deputado **Henrique Falcão**, também permitiu que eu lesse o seu parecer, o que vou fazer de seguida:*

*“A propósito desta petição, em primeiro lugar parece-me totalmente descabido que seja uma pessoa de fora da Assembleia que venha solicitar a tomada de diligências para a criação de comissões. Pior ainda, que proponha a designação para a hipotética comissão, e para cúmulo,*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*que pretenda assegurar coisas específicas para uma localidade única e específica. Que eu saiba, as comissões a serem criadas terão de o ser no início dos mandatos, para vigorarem durante os mesmos, e são para analisar assuntos relativos a todo o concelho, e não apenas à ZIG.*

*Quem é a Senhora Presidente da AMAGO para pretender requerer sessão extraordinária da Assembleia Municipal? Não quero com isto dizer que o assunto não possa ser discutido em sede de Assembleia Municipal, com calma, educação e respeito por todos, cumprindo todas as regras e respeitando os órgãos autárquicos e todos os seus elementos.*

*Esperando ter contribuído positivamente para o bom funcionamento da Assembleia Municipal e declarando-me totalmente disponível para o que for preciso, apresento os melhores cumprimentos, e subscrevo-me.*

*Henrique Falcão.”*

Agora, da Senhora Deputada **Ofélia Moleiro**, que diz o seguinte:

*“Em resposta ao vosso ofício sobre o pedido da AMAGO para constituição de uma comissão dedicada à petição em anexo, venho dar a minha opinião, enquanto Líder do Grupo Municipal Narciso Mota – Pombal Humano, conforme solicitado.*

- 1. As comissões especializadas são da iniciativa dos deputados, e não de cidadãos;*
- 2. Não me parece viável a constituição de uma comissão especializada a três meses do fim do mandato desta Assembleia Municipal, pelas seguintes razões: o seu funcionamento iria coincidir com o período de férias dos deputados, e com o período de campanha eleitoral para os órgãos autárquicos;*
- 3. Com o mandato terminado em setembro, os membros da hipotética comissão deixam de ser deputados;*
- 4. Os autores da petição enviaram-na à Assembleia da República, que só a discutirá em plenário com o número de assinaturas estipulado por Lei.*

*Pelo exposto, considero que não há condições para criar uma comissão especializada da Assembleia Municipal a funcionar entre julho e setembro.*

*Com os melhores cumprimentos,  
Ofélia Moleiro.”*

*Posto isto, depois de ter ouvido as opiniões de todos os Senhores Líderes de Bancada aqui presentes, tenho a ler o seguinte:*

*“Foi solicitado à Assembleia que acolha este assunto, e que inicie as diligências para a constituição de uma comissão permanente, nos termos do Regimento, e que se convoque uma sessão extraordinária para a constituição desta comissão.”*

*Na sequência deste pedido, solicitei aos Líderes de Bancada uma tomada de posição. E uma vez que dos Líderes de Bancada, apenas um se manifestou a favor desta petição, e da constituição da respetiva comissão, os restantes são da opinião de não dar provimento aos pedidos apresentados, esta Assembleia dá este assunto por encerrado.*

*No entanto, a Mesa decidiu continuar a acompanhar este assunto. E portanto, digo aqui às subscritoras desta petição que a Mesa está disponível para reunir com elas, quando assim o entenderem. A Mesa continua a acompanhar este assunto.*

*Pronto, em termos de correspondência recebida, tenho a dizer-vos ainda que estive presente em mais uma reunião da Unidade de Saúde de Sicó, desta vez com os Senhores Presidentes de Junta das Meirinhas, de Vermoil e de Carnide, e com representantes partidários, onde se continuou a discutir a problemática da constituição desta Unidade de Saúde de Cuidados Personalizados.*

*E de momento, é só, em termos de informações e de correspondência, o que tenho para vos dizer.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Outro ponto: chegou-nos à Mesa um voto de pesar pelo falecimento do cidadão e ex-autarca António da Silva Lopes. Foi apresentado pela Bancada do Partido Socialista, mas eu ia questionar se alguém se opõe a que este voto de pesar, apresentado pela Bancada do Partido Socialista, seja acompanhado por toda esta Assembleia Municipal? Não se opondo, associamo-nos todos a este voto de pesar.*

*“António da Silva Lopes nasceu a 15 de junho de 1942, sendo pai de dois filhos. Foi Presidente da Junta de Freguesia de Pombal, no mandato compreendido entre 1997 e 2001, tendo neste período integrado a Assembleia Municipal. Exerceu funções profissionais no Município de Pombal, foi dirigente associativo no Sporting Clube de Pombal e no Clube de Ciclismo de Pombal, foi militante e dirigente do Partido Socialista, Secção de Pombal.”*

*Alguém se opõe a que o mesmo seja apresentado? Então, ninguém se opõe, este voto de pesar foi aprovado por unanimidade, e vamos dar conhecimento à família deste ex-autarca que nos deixou precocemente.*

*Senhora Deputada Elisabete Alves, faça favor.”*

**Elisabete Alves (PS):**

*“Muito obrigada, Senhora Presidente.*

*No mesmo voto de pesar que se apresentava, era pedido um minuto de silêncio. Não sei se a Senhora Presidente ponderou essa situação, de fazermos agora, no início dos trabalhos, um minuto de silêncio.*

*Obrigada.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Obrigada, Senhora Deputada. Nesta modalidade de reuniões, esse minuto de silêncio é dispensado; fica, efetivamente, o voto de pesar apresentado. Obrigada, de qualquer forma, pela sua nota.”*

**Colocado o voto de pesar a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.**

### ***Ponto n.º 1.3, Intervenções na generalidade.***

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Peço que, quem se quiser inscrever para fazer a sua intervenção neste período, o faça.*

**Liliana Silva (CDS-PP):**

*“Muito boa tarde, Senhora Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos os intervenientes nesta sessão.*

*Senhora Presidente, começo a minha intervenção reportando-me à minha freguesia, Vila Cã. De acordo com informação divulgada pela comunicação social, o Tribunal rejeitou a providência cautelar interposta pelo morador Bruno Frade.*

*Estando a decorrer a ação principal, recomendo que o Município tenha boa fé e que não ocupe o referido terreno sem a decisão judicial sobre a propriedade do mesmo.*

*Recordo que existe um terreno anexo à atual escola primária, nas imediações da obra nova, que foi adquirido pela Junta de Freguesia de Vila Cã, sob a liderança do PSD, em 2011. Questiono porque é que não usaram este terreno para a construção do novo centro escolar. Se há limitação de espaço, que se use este, mais crescendo, que já existe outro equipamento designado por polidesportivo, junto ao Jardim de Infância de Vila Cã, e a construção de um novo, duplica equipamentos.*

*Questionou ainda porque é que a Câmara não respondeu ao pedido dos pais e encarregados de educação dos estabelecimentos escolares, que solicitaram visita às obras. O que se esconde aos*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*pais? Provavelmente que a nova escola ficará aquém das necessidades, e que em especial os alunos do jardim de infância deixarão um espaço que reúne condições únicas para se encaixotar as crianças numa nova escola, com muito menos espaço exterior.*

*Os pais fazem parte da comunidade educativa, e até ao momento foram erradamente excluídos do processo. É popular o ditado “obra que nasce torta, tarde ou nunca se endireita”. Apelo a que se minimizem as consequências negativas, quer para os residentes, quer para as crianças. Lanço o desafio que a Câmara equacione a possibilidade de transferir apenas os alunos da Escola Básica de Vila Cã, e que o jardim de infância permaneça em funcionamento exatamente onde está.*

*Refiro-me, em seguida, à Freguesia de Abiul. As imagens partilhadas pelo Município, no passado dia 20, resultaram em imediata indignação dos cidadãos. Questiono se o regulamento do Territórios de Pedra, convocatória, open cal Internacional de Escultura - normas de participação, aprovado em reunião de Câmara, está a ser cumprido.*

*Quais as propostas que foram submetidas a concurso? Como foi feita a ligação com a comunidade local? Quanto custou a obra? Se o objetivo da iniciativa é tornar a pedra num contexto aglutinador, não me parece que tenha sido atingido. Porque foram limitados os comentários na página do Município de Pombal?*

*Quanto à condução das obras na Praia do Osso da Baleia, na Freguesia do Carriço, questiono o que motivou o atraso dos trabalhos, e pergunto como se plantam pinheiros mansos, ou outras quaisquer árvores, nesta época do ano?*

*Recordo ainda a existência da placa de sinalização da ECOMATUR, junto à Casa da Guarda do Norte. A placa já não engana os Pombalenses, mas sem dúvida que nos deixa envergonhados. Relativamente a esta praia, e não tendo ainda a confirmação se este serviço existe, ou se deixou de existir, proponho que se promova a possibilidade de transporte rodoviário, diário, da cidade de Pombal para a Praia do Osso da Baleia, durante o período de férias.*

*E já que falamos em férias, aproveito para questionar se as Férias Ativas de Verão de 2021, com um limite de trinta e seis inscrições para as crianças do concelho, será suficiente. Recordo que as Férias Ativas são, sem dúvida, uma oportunidade para as crianças sociabilizarem, e em segurança.*

*E já que falamos de escolas, reporto-me à Escola Marquês de Pombal e à Secundária, que estão sobrelotadas, com consequências negativas para os alunos, quer em termos de horários, quer quanto ao uso dos espaços. Pergunto se a Câmara sabe em que estado estão os colégios com contrato de associação ainda existentes na nossa área de influência do concelho. O que fez a Câmara para melhorar a resposta às famílias?*

*E já que falamos nas famílias, aproveito para me reportar às refeições escolares. Este assunto foi trazido pelo CDS à Assembleia Municipal recentemente, e a verdade é que verificamos que a Câmara decidiu tornar gratuitas as refeições para os alunos do jardim de infância. Eu recordo que há todo um processo que deve ser devidamente esclarecido aos pais que reclamaram desta situação. No fundo, opta-se pelo mais fácil, que é eliminar tudo, deixando de haver escalões, deixando de haver a tal desigualdade que alguns pais criticavam, e que nós apoiámos, isto porque não se compreende que a Câmara estivesse a cobrar um valor de quase 4,50€ por refeição, por aluno. Estes pais mereciam um esclarecimento.*

*Relativamente a outra situação que nós devemos privilegiar, que são as pessoas, recentemente percebemos que mais um jogador de futebol teve um problema em campo, um problema cardíaco. Eu questiono de que forma é que o nosso Município está preparado, nos seus equipamentos desportivos, para se socorrer numa situação destas. E deixo o desafio que o*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Município ao lado, Ansião, adotou, com a distribuição de equipamentos pelos vários edifícios que tem, em termos de um programa de apoio em que há os desfibrilhadores automáticos externos. Não só a disponibilização desses equipamentos é importante, mas também a formação de pessoas que os possam devidamente utilizar.*

*Termino a minha intervenção, lamentando a ausência do Senhor Presidente. Seria uma boa forma de terminar o seu mandato, respondendo aos membros desta Assembleia. Gostaria de o ouvir sobretudo acerca da forma como prevê a definição do Plano de Recuperação e Resiliência para o nosso território.*

*Senhora Presidente, muito obrigada.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhora Deputada. Dou agora a palavra à Senhora Deputada Nicolle Lourenço.”*

**Nicolle Lourenço (PPD/PSD):**

*“Muito obrigada, Senhora Presidente. Começo por cumprimentá-la a si, aos Senhores Vereadores, aos colegas deputados e técnicos do Município.*

*A minha intervenção prende-se com a abertura dos seis cursos TESP, que vão iniciar agora no ano letivo 2021/22, numa parceria com o Instituto Politécnico de Leiria, onde vão ser abertos cursos na área de produção industrial, redes e sistemas informáticos, comunicação digital, secretariado clínico, tecnologia alimentar e intervenção social e comunitária.*

*A escolha das áreas destes cursos teve por base, não só um estudo efetuado pelo IPL em 2019, acerca das necessidades em termos de recursos humanos afetos às IPSS's, bem como aos cursos de ensino profissional já existentes no concelho, nomeadamente na ETAP, a auscultação também de vários players do concelho, nomeadamente nas áreas de engenharia agroalimentar, engenharia mecânica e na área da saúde. E portanto, considerando este um ponto positivo e importante, não só para fixar jovens no concelho, mas também para capacitar profissionais em áreas estratégicas e identificadas como prioritárias para o nosso concelho.*

*E portanto, como tal, gostaria de congratular o Município por ter, finalmente, ao longo destes anos, conseguido, então, esta parceria, e esperando também que seja apenas um ponto de partida para a construção de uma oferta mais bem estruturada, e uma oferta formativa também mais abrangente no nosso concelho, que consiga ter aqui esta capacidade de fixar os jovens e de formar profissionais para que eles se fixem aqui, futuramente, na nossa indústria, nas nossas IPSS's, entre outros.*

*Obrigada.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhora Deputada.*

*Senhor Presidente da União de Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca, Gonçalo Ramos, tem a palavra.”*

**Gonçalo Ramos (Presidente J.U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, NMPH):**

*“Muito obrigado, Senhora Presidente. Antes de mais, cumprimentá-la a si e à Mesa, cumprimentar o Senhor Vice-presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, e público que nos esteja a ver.*

*Senhora Presidente, a minha primeira intervenção hoje prende-se com uma preocupação relacionada com o Quartel da 5.ª Companhia do Oeste, e eu queria dirigir-me, na ausência do Senhor Presidente, ao Senhor Vice-presidente, Eng.º Pedro Murtinho, para lhe dizer que trago esta preocupação, que se prende com o ponto de situação do quartel, que é, sem dúvida, um dos mais importantes equipamentos que temos na freguesia. Bem sabemos, porém, que não poderá*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*ser um equipamento válido sem que haja recursos humanos disponíveis para o potenciar, e dele retirar as devidas mais valias, que são a proteção das nossas populações e do nosso território. Sabemos ainda que o voluntariado também já não é o que foi, e que urge agir em função de motivar e incitar à participação ativa nesta área. Contudo, Senhor Vice-presidente, a questão que me traz aqui hoje prende-se com os assalariados, porque, como sabemos, o concurso para uma segunda Equipa de Intervenção Permanente para Pombal acabou por ditar a mobilidade de recursos muito importantes do Oeste, deixando-nos, de certa forma, numa situação de falência, e acima de tudo nas respostas mais importantes, que são as respostas ao nível do socorro. E esta situação nem seria muito grave, não fossemos, depois de Pombal, a zona do concelho – segundo o Senhor Comandante – com mais serviços de doenças súbitas.*

*Posto isto, é, em nosso entender, imperativo que sejam tomadas medidas para que possamos promover o reforço dos recursos com vínculo profissional, e também sabemos que para isso acontecer devem ser criadas mais e melhores condições de trabalho, sobretudo no campo financeiro.*

*Senhor Vice-presidente, em função de ter a Câmara competências para apoiar o serviço de bombeiros no concelho, pedimos para que seja sensível a esta situação, de forma a podermos dignificar funcionalmente os excelentes equipamentos que temos aqui na região oeste.*

*E é só. Muito obrigado.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Presidente.*

*Senhor Presidente de Almagreira, Humberto Lopes, faça favor.”*

### **Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):**

*“Obrigado, Senhora Presidente. Boa tarde. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes aqui, em nossas casas, nos trabalhos, e a todos os que nos estejam a ouvir neste momento. Cumprimento também o Senhor Vice-presidente, em representação da Câmara Municipal, e todos os colaboradores do Município.*

*Eu começo por um assunto, basicamente, para dar aqui nota, e dar os parabéns ao Município pela implementação do BUPi. Já em 2017, tinha trazido a esta Assembleia, na altura de forma presencial, esta situação do BUPi, que é o Balcão Único Predial, que é dirigido a proprietários rústicos e mistos, que permite mapear, entender e valorizar o território português, de forma simples e gratuita. No fundo, isto foi um projeto que começou em 2017, um projeto-piloto, em dez Municípios, na altura os mais fustigados pelos fatídicos incêndios de 2017. E após o sucesso de todo este procedimento, isto vai ser alargado para todo o país. E em boa hora, o Município de Pombal aderiu a este processo simplificado, o tal cadastro simplificado que todos nós – e os Presidentes de Junta muito mais, que estamos no terreno, e temos essa dificuldade em saber de quem são as propriedades, em perceber quem é que tem que fazer as limpezas – que estamos sempre a falar nas limpezas, na gestão de combustível, no tratamento do espaço rústico – e eu entendo que esta é uma ferramenta essencial, e ainda bem que o Município de Pombal aderiu, já está em funcionamento esse espaço no edifício em Pombal.*

*E o que eu propunha, como Presidente de Junta – e acho que os meus colegas Presidentes de Junta também não ficarão atrás – era que este serviço pudesse também ser alargado às freguesias. As freguesias têm sido sempre parceiras do Município, e se este serviço, se este balcão único pudesse ser colocado também nas freguesias, com formação aos nossos colaboradores, certamente evitar-se-ão as deslocações à sede do Município, sem outro fim, e potenciamos já o nosso Espaço do Cidadão, que está a funcionar também em todas as freguesias.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*No fundo, é uma mais valia para todos os proprietários, e temos de fazer esse esforço para o promovermos.*

*Portanto, peço que o divulguem, e faço este apelo aqui ao Município. Obrigado.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Obrigada, Senhor Presidente. Dou agora a palavra à Senhora Presidente da Junta de Abiul, Sandra Barros.”*

### **Sandra Barros (Presidente J.F. Abiul, PPD/PSD):**

*“Muito boa tarde, Senhora Presidente. Na sua pessoa, quero cumprimentar todos os presentes. Eu quero deixar aqui uma nota de agradecimento ao Município pelos trabalhos que têm estado a decorrer aqui na minha freguesia, e também nas outras freguesias do concelho, no que concerne à limpeza e manutenção dos caminhos florestais. Apesar de achar que ainda é pouco, dado estar a falar de uma freguesia com uma área florestal muito extensa, acho que o modelo adotado é este. Isto porquê? Porque os trabalhos estão a ser bem executados, e de uma forma bastante rápida. Sugiro, e acho que se deverá manter este modelo; no entanto, acho que devemos assegurar que estes trabalhos sejam executados anualmente, e que não aconteça aquilo que aconteceu nos últimos anos. Acho que os trabalhos devem ser realizados anualmente em todas as freguesias, para assim conseguirmos manter os caminhos, principalmente os acessos principais que os bombeiros, essencialmente, possam utilizar, naquilo que possa ser o combate aos incêndios florestais.*

*Está também a decorrer a limpeza das faixas de gestão de combustível, e também aqui na minha freguesia foi construído recentemente um reservatório de água, na zona do Marco da Pipa, uma zona que era muito fustigada, ou é, pelos incêndios florestais. Este reservatório também serve a Freguesia de Vila Cã. Todas estas medidas que o Município tem vindo a apoiar, julgo que irão contribuir bastante para que possamos ter um verão um bocadinho mais calmo, no que diz respeito àquilo que possam ser os incêndios florestais, com que somos sempre muito fustigados. Por isso, deixo aqui a minha palavra de agradecimento ao Município por todos estes trabalhos, e que continuam, certamente.*

*Muito obrigada.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, caríssima Presidente da Junta de Abiul. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado João Coucelo.”*

### **João Coucelo (PPD/PSD):**

*“Boa tarde, Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, meus caros colegas de Assembleia Municipal, elementos da Câmara que prestam apoio a esta Assembleia Municipal e Senhores Membros da comunicação social.*

*Eu queria, em primeiro lugar, associar-me individualmente ao voto de pesar pelo falecimento do António Lopes, autarca da Junta de Freguesia de Pombal durante uns anos, com quem mantive sempre uma relação de amizade, apesar de termos sido adversários políticos. Foi sempre muito estimulante e agradável partilhar as preocupações com o António Lopes, independentemente de estarmos em campos políticos opostos. Paz à sua alma.*

*Deixar aqui os votos de uma rápida recuperação à Dra. Ofélia Moleiro.*

*E assinalar aqui duas efemérides que são importantes para Pombal. Em primeiro lugar, os trinta anos de elevação de Pombal a cidade, que decorreu há trinta anos atrás, precisamente no dia 28 de junho, e que teve a deputada Ercília da Silva como praticamente madrinha, porque era a deputada de Pombal então presente na Assembleia da República. E, naturalmente, é curioso que*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Pombal reunia as condições para ser cidade, muitos de nós dizíamos, na altura, antes uma boa vila do que uma má cidade, mas o que é um facto é que Pombal cresceu, dinamizou-se, e hoje podemos dizer que é uma cidade agradável para se viver.*

*Porque já aqui foram abordadas até questões de saúde, Pombal é, no contexto do Distrito de Leiria, e para além de Leiria, Caldas e Alcobaça, que são concelhos, em população, muito próximos do Concelho de Pombal, é a única cidade que dispõe também de um hospital. E precisamente por isso, também queria invocar aqui que ontem se cumpriram os cinquenta e seis anos da construção do nosso atual Hospital de Pombal, houve uma cerimónia comemorativa. Eu estive ligado a este hospital durante vários anos, inclusivamente com cargos de Direção. Evidentemente, acho que o Hospital de Pombal presta um bom serviço à população do concelho, e esperemos que ainda consiga desenvolver as suas valências, de forma a melhorar ainda mais a sua prestação.*

*Para já, era só isto.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Deputado João Coucelo. Dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Junta do Louriçal, José Manuel Marques.”*

### **José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):**

*“Boa tarde, Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras Secretários, Senhor Vice-presidente, em substituição do Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadores, todos os membros da Assembleia Municipal, colegas Presidentes de Junta e todos os que estão a assistir por esta via. Gostaria aqui de falar de uma questão que é essencial nesta altura, e que, com certeza, todos temos estado a fazer o nosso melhor, enquanto Presidentes de Junta – porque é essa a nossa delegação de competências – que tem a ver com as faixas de combustível, que, na verdade, é um trabalho, sem dúvida, de prevenção, e muito bem, em boa hora o Senhor Presidente da Câmara e todo o seu Executivo decidiram que esse trabalho fosse executado anualmente. E este ano, coube à Freguesia do Louriçal cerca de duzentos e cinquenta mil metros – ou seja, vinte e cinco hectares.*

*Nós, por incrível que pareça, já fizemos uma parte deste trabalho, e fizemos uma parte fundamental, que eu, enquanto Presidente de Junta, e se calhar até mesmo alguém da Câmara, nunca se tinha apercebido, que é a ligação que foi feita, há doze anos, ao IC8 – e está aqui o Eng.º Humberto, colega Presidente de Almagreira, que sabe. No IC8, têm sido feitas as limpezas das faixas, e muito bem, e até o abate de árvores. Aquela parte em que estávamos na dúvida de quem é que era responsável, e verificámos que, afinal, aquilo era uma ponta da 237, tem os marcos, e aquilo que aconteceu foi um bom trabalho, foi nós conseguirmos abater todas as árvores que estavam ali, com cerca de doze anos, e toda a limpeza da faixa, que tem um aspeto visível extremamente bom, e de prevenção.*

*Portanto, este é um trabalho que devemos continuar.*

*Depois, surge aqui uma questão que, de alguma forma, me deixa assim um bocado desconfortável, e eu sei que o colega Presidente de Almagreira tem avançado com esta questão – ele, e penso que Vermoil – que é a questão do abate das árvores, houve pedido aos proprietários para que se possam abater as árvores numa faixa de dez metros para cada lado. Na verdade, o Senhor Presidente da Câmara dizia, na altura, que não era propriamente uma Lei que estivesse protegida para ficar onde está, eu tive alguma dificuldade de iniciar este processo porque, na verdade, se não conseguirmos que esteja feito na generalidade, em todos os proprietários, vamos ter dificuldade em nos definirmos e dizermos que cortámos ali, mas ali não, porque não deixou. Há bem pouco tempo – e esta semana tive aqui uma abordagem à questão*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*do colega de Almagreira, que ia dizendo ao proprietário: se me perguntar o que é que eu acho, eu acho que sim, que era o melhor trabalho que devíamos fazer, era conseguir este abate de árvores dez metros para cada lado. Na verdade, as pessoas depois perguntam – e que também me deixa aqui alguma indiferença, e que gostaria que, mais tarde, ou quando pudéssemos, conseguíssemos aqui ter uma legalidade mais próxima para podermos intervir na generalidade, nas vias rodoviárias principais. E porquê? Se estamos a cortar a floresta, em determinados sítios, dez metros para cada lado, acontece que a Lei em que está previsto que as florestas devam ser, de dez em dez metros, cortadas na zona das povoações, há muitos casos que se queixam que, à volta da sua casa, ainda não cortaram as árvores.*

*Portanto, era este aspeto que eu gostaria que nós pudéssemos, no futuro, da mesma forma que estamos a fazer com as faixas, poder fazer no abate de árvores.*

*Também deixar aqui um apelo a todos os funcionários das Juntas, representantes, e que licenciam a plantação, os projetos para a plantação de eucalipto e pinheiro bravo, era importante, para que nós pudéssemos solucionar um problema que está a acontecer, que é a fiscalização da Câmara a perseguir – porque é normal – os madeireiros, porque não podem ter os montes sobrantes na floresta, põem-nos em cima dos pinheiros, em cima da floresta, é uma situação desagradável para eles e para nós, porque é um perigo iminente. Na verdade, podemos começar com um princípio, que seria autorizar a plantação de floresta na parte do pinhal que bate na via pública, fazer já com que essa licença de plantação deixasse dez metros, para que cada um que corta a sua floresta tivesse ali a possibilidade de colocar os sobrantes e a madeira. Assim já evitávamos o abuso por parte dos madeireiros, que dizem que não têm locais, mas, na verdade, se nós começássemos por esta Lei, cada um que planta sabia que já fazíamos a prevenção destas faixas, dez metros para cada lado, e conseguíamos, então, criar um estaleiro capaz de dar resposta a estas situações.*

*Portanto, deixo aqui um apelo, é importante nós trabalharmos nesta iniciativa, dou os parabéns ao meu colega, Presidente de Almagreira, e não sei se mais algum colega está a fazer, mas seria importante que nós caminhássemos todos unidos neste processo, e que não deixássemos uns cortar, outros não cortar, e depois isto torna-se aqui algo desagradável. É preciso nos unirmos neste projeto, para a defesa, tanto dos incêndios, como das tempestades a que estamos sujeitos. Muito obrigado, Senhora Presidente.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Presidente do Lourçal*

*Dou a palavra ao Senhor Presidente Manuel Nogueira de Matos.”*

**Manuel Nogueira de Matos (Presidente J.U.F. Santiago, S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze, PPD/PSD):**

*“Muito boa tarde. Começo por cumprimentar a Mesa da Assembleia, e na pessoa da Senhora Presidente, todos os elementos que a compõem, cumprimento também a Mesa do Executivo.*

*E a minha intervenção é simplesmente para registar a importância de dois apoios que vêm hoje aqui à reunião da Assembleia, não tanto pelo montante – embora seja um montante significativo – mas, não podia deixar de registar que este Executivo, com esta obra e com este apoio, fica ligado a uma das maiores infraestruturas rodoviárias feitas em Albergaria dos Doze, de forma a resolver o problema do trânsito pesado, e também da mobilidade em Albergaria.*

*E era isto que queria registar.*

*Obrigado.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Presidente.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Senhora Deputada Elisabete Alves, faça favor.”*

**Elisabete Alves (PS):**

*“Muito obrigada, Senhora Presidente. Apresento cumprimentos a todos, à Mesa, na pessoa da Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, ao Executivo, na pessoa do Senhor Vice-presidente, Pedro Murtinho, aos restantes membros que compõem esta Assembleia, e ao público que assiste a esta Assembleia.*

*Assistimos mais uma vez – desta vez em ano de eleições – a um desfile, com a respetiva reportagem fotográfica, acompanhada de mensagem publicitária dos responsáveis autárquicos, nomeadamente do Senhor Presidente de Câmara e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pombal – respetivamente, Presidente da Câmara cessante e candidato a Presidente da Câmara, ambos do Partido Social Democrata, Partido que tem governado este Município há perto de trinta anos – concretamente, vinte e oito, se não estou em erro. Ele é inauguração de lugares de estacionamento na cidade, ele é escultura polémica em Abiul, ele é PomBike, tudo serve para mostrar a cara e para fazer campanha antes de ela abrir, colocar placas com nomes de quem inaugurou.*

*Meus senhores, é isto Pombal, neste momento. Desenvolvimento económico, conclusão de saneamento, captação de pessoas, visão estratégica a médio e longo prazo para fixar pessoas e empresas, melhoramento do parque industrial, crescimento do parque habitacional, que sejam promovidos por este Município, nada. Prova de tudo isto é que já conseguimos baixar dos cinquenta mil eleitores. Só interessam as bandeiras, as medalhas, as festas, as placas com nomes dos próprios, mantendo-se a gestão corrente, sem inovar, e se inovam, é sem cabeça, tronco e membros.*

*Senhor Presidente da Câmara, o PSD local gosta muito de trazer a esta Assembleia críticas ao Governo – sabemos que é para desviar as atenções da sua gestão – quando, na verdade, do que trata esta Assembleia Municipal é da gestão local. E a gestão local, tem nota positiva? Não tem, meus senhores; a gestão local é uma gestão de floreados, de maquilhagem, sem ir ao fundo dos problemas e sem verdadeiramente apostar numa estratégia a médio e longo prazo, que garanta o futuro das gerações atuais e futuras. Chegamos a situações em que somos ridicularizados publicamente com esculturas que estamos até hoje sem perceber o alcance e pertinência, sem que tenha sido dado o devido esclarecimento público do seu alcance e do seu conceito, da sua pertinência, como se desenvolvia o processo dessa escultura, do seu conceito, do seu custo, da sua importância para a freguesia e para o concelho.*

*Sabemos que nem a Oposição que faz parte da Assembleia de Freguesia de Abiul teve conhecimento, tendo ficado a saber pela reportagem fotográfica do Município, colocada nas redes sociais. Redes sociais que sofrem censura do seu administrador, o Município, que perante comentários ali colocados, no exercício do direito de expressão, sem ofensas, os retira, os bloqueia, para que não se fique a saber que há opiniões divergentes.*

*Chegamos também ao ponto de assistir a mais uma reportagem fotográfica do Município sobre a implementação na cidade do PomBike. Ora, para além de não estarem lá as ditas bicicletas, corre a informação de que a Câmara se apropriou da ideia dos alunos da ETAP, sem os ter contactado, convidado ou consultado. Senhor Presidente – neste caso, na pessoa do Senhor Vice-presidente – queremos estimular os jovens a ser criativos, a ser empreendedores, e depois apropriamo-nos das ideias deles? Isto é altamente censurável, e merece uma explicação do Município e deste Executivo.*

*Há que dizer que, infelizmente, a censura é muita, como vimos nas redes sociais do Município, mas também nos jornais locais, que não são imparciais, e são de regime. Infelizmente, a opinião*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*pública está amordaçada, e isto é sentido não só pela Bancada do Partido Socialista, também certamente por outras Bancadas da Oposição, e pela opinião pública.*

*Lamentamos a falta de divulgação para coisas tão importantes como o serviço BUPi. O serviço BUPi, como bem disse o Senhor Presidente da Junta de Almagreira – creio que foi o Presidente da Junta de Almagreira que se referiu, agora nesta Assembleia, a este serviço – é um serviço fundamental, muito importante, e a sua divulgação deve ser feita, e não está a ser feita. E portanto, exortamos o Senhor Vice-presidente, tão breve quanto possível, a fazer uma divulgação deste serviço, que é fundamental para a localização da propriedade privada, e como sabemos, depois, também para a identificação de potenciais locais que são foco de zona de incêndios – aliás, este serviço BUPi, como sabemos, surgiu na sequência da Legislação dos fatídicos incêndios de 2017.*

*Perguntamos também o que é que sucedeu à obra do parque de estacionamento do Osso da Baleia, o que é que motivou a que ele não estivesse pronto aquando da abertura da época balnear, quem foi o responsável por este atraso, e quais são as consequências. Será que foi um mau planeamento de obra? Também esperava uma resposta direta, concreta, do Senhor Vice-presidente.*

*Lamentamos também – enfim, e lamentamos aqui a ausência do Senhor Presidente da Câmara, que deveria estar cá hoje para defender a sua gestão, e para responder a estas nossas questões, mas que optou pelos interesses pessoais – eu questionava o Senhor Vice-presidente sobre se também as autoridades policiais relataram situações de falta de manutenção de faixas de gestão de combustível, assim como incumprimento por parte dos proprietários na limpeza dos terrenos. E já agora, também, qual é que foi o papel da Câmara Municipal, que este Executivo teve, na prevenção dos incumprimentos, e se garantiu a total manutenção das faixas de gestão de combustível.*

*É tudo, Senhora Presidente. Obrigada.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Obrigada, Senhora Deputada.*

*Senhor Deputado Rodrigues Marques, faça favor de fazer a sua intervenção.”*

### **Manuel Rodrigues Marques (NMPH):**

*“Obrigado. Boa tarde, Presidente.*

*Primeiro, gostava de subscrever as palavras do Dr. João Coucelo sobre o nosso companheiro António Lopes, e subscrevo-as com muita tristeza.*

*Eu não sabia que o Presidente Diogo Mateus não estava presente. Todavia, para memória futura, eu ia ler um texto que tenho escrito, e que é dirigido a ele, porque o assunto foi tratado com ele.*

*Então, é assim:*

*“Senhor Presidente Diogo Mateus,*

*Na Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2020, pedi-lhe ajuda para a reparação da base da estátua do saudoso Comendador Manuel da Mota, na rotunda do parque industrial com o seu nome, destruída por um veículo automóvel, depois por outro, no sentido inverso, tendo já acontecido anteriormente, mas com menos estragos. Nessa Assembleia, V. Exa. informou que o assunto estava dependente das companhias de seguros. Hoje, constato que a reparação da peanha está efetuada, e que a estátua do saudoso comendador está colocada no seu sítio. Podia ter melhores acabamentos, mas a passagem do tempo irá colmatar as pequenas imperfeições.*

*Penso eu que os trabalhos efetuados tenham sido da responsabilidade das companhias de seguros, fiscalizados pela autarquia. O que já não me parece resolvido é evitar uma nova*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*colisão. A rotunda Manuel da Mota está mal iluminada e muito mal sinalizada. Quem não conhecer o local, torna-se potencial vítima de acidente grave.*

*Assim, solicito a V. Exa. que ordene aos serviços da autarquia, da qual é ilustre Presidente, que procedam a uma melhor sinalização vertical e horizontal da rotunda, por forma a aumentar a segurança rodoviária no local. Mas, por favor, não instalem as malfadadas lombas, que até parece que a autarquia tem acordos com as oficinas ou com os fabricantes de material auto, ou, o mais provável, ser o poder político embalado pelo canto da sereia por quem faz essas propostas.*

*Por outro lado, parece que os técnicos consideram os automobilistas ignorantes, que são eles os indicadores da classe operária – dos motoristas, no caso em apreço – e sem nunca terem conduzido um veículo pesado.*

*Tenho fortes expetativas de ser ouvido, a fim de ser resolvido este problema estrutural. Disse. Saúde e fraternidade.*

*Muito obrigado.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*Muito obrigada, Senhor Deputado Rodrigues Marques.*

*Vou dar a palavra ao Senhor Deputado André Tasqueiro, se faz favor.*

**André Tasqueiro (PPD/PSD):**

*“Muito obrigado, Senhora Presidente.*

*Antes de mais, cumprimento-a a si, e na sua pessoa, cumprimento o Executivo Municipal, os caros colegas da Assembleia, o público em casa, serviços, e por aí adiante.*

*Hoje venho aqui falar de uma temática. Não é necessário, de facto, ser sociólogo para se perceber que existe uma espécie de círculos entre pessoas e empresas, em que as pessoas vão para onde existem empresas, e as empresas vão para onde existem pessoas. E, de facto, é salutar sempre que existe um input de valor neste círculo.*

*Como tal, gostaria de saudar o papel do Município como facilitador do investimento, porque desde a última Assembleia – que já foi há dois ou três meses, se não me engano – foram alienados seis lotes na zona industrial do Louriçal, viabilizando a instalação de quatro empresas naquela zona – todas elas são importantes, mas uma delas já estava implantada no Concelho de Pombal, que é o caso da DIKAMAR, que se encontra no Parque Industrial Manuel da Mota, assim como na zona industrial da Guia, e agora passa também a expandir as suas operações para a zona industrial do Louriçal.*

*Também na freguesia ao lado, na União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, na zona industrial da Guia, de facto, aconteceu a venda de dois lotes, de acordo com as informações que foram enviadas à Assembleia, à empresa já ali instalada, a Valsteam, que desta vez continua a expansão das suas instalações.*

*E, de facto, termino felicitando, antes de mais, estas empresas por expandirem os seus trabalhos, é bom sinal, é sinal de que estamos numa boa direção e também felicito o Município por facilitar estes investimentos.*

*Tenho dito.*

*Muito obrigado.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Deputado.*

*Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vermoil, Daniel Ferreira, faça a sua intervenção.”*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### **Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):**

*“Muito boa tarde, Senhora Presidente, Dra. Fernanda Guardado, Senhor Vice-presidente, Eng.º Pedro Murinho, Senhores Vereadores, membros da Assembleia, colegas Presidentes de Junta, e todos aqueles que nos ouvem lá em casa, muito boa tarde.*

*Nas últimas semanas, no IC2, na Freguesia de Vermoil, aconteceram dois graves acidentes de viação, nos fatídicos cruzamentos do S. João. Gostaria de saber – e a questão é direta, neste caso, para o Senhor Vice-presidente – em que ponto de situação se encontra o projeto de melhoramento do IC2, tendo em conta que ele faz imensa falta para conseguirmos regular estes acidentes que vão acontecendo – quase todos os meses temos situações que acontecem nestes cruzamentos da zona de Vermoil.*

*No seguimento da intervenção do meu colega do Louriçal, dar nota de que tem sido uma agradável surpresa conseguirmos fazer o corte dos dez metros, as pessoas estão perfeitamente cientes de que isso vai acontecer, e a mais valia que temos conseguido com isso, tanto a nível de segurança rodoviária, como a nível de segurança de incêndios, acho que vale a pena o trabalho que as Juntas estão a fazer e que vão continuar. Neste caso, no Concelho de Pombal, segundo tenho conhecimento, estamos a falar da Freguesia de Vermoil, da Freguesia de Almagreira, e também de Albergaria dos Doze, Santiago e S. Simão, e nota-se que as pessoas, percebendo que isto vai acontecendo em todas as freguesias – ou pelo menos nas freguesias à nossa volta – conseguem perceber que isto é uma obrigatoriedade e que a coisa vai mesmo ter que acontecer. Por isso, sim, eu concordo com o meu colega, temos que nos juntar todos, temos todos que intervir e fazer esta limpeza das faixas, com o abate das árvores, porque a nossa floresta também depende dessa intervenção.*

*Tenho dito.*

*Muito obrigado.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Presidente Daniel Ferreira. Dou agora a palavra à Senhora Deputada Cláudia Caetano, se faz favor.”*

### **Cláudia Caetano (NMPH):**

*“Muito obrigada, Senhora Presidente.*

*Cumprimento a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Secretários da Mesa, o Senhor Vice-presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, membros desta Assembleia, comunicação social e público em geral.*

*Começo por trazer a esta Assembleia um assunto que já abordei numa reunião anterior, e que também já foi focado inúmeras vezes por outros membros desta Assembleia.*

*Lamento a ausência do Senhor Presidente da Câmara, pois gostaria de felicitá-lo pela inauguração do novo Polo de Saúde do Louriçal, que aconteceu no passado dia 30 de abril, e que contou com a presença do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, António Lacerda Sales.*

*Pois bem, Senhor Presidente – representado na pessoa do Senhor Vice-presidente – gostaria de felicitá-lo, mas não posso fazê-lo. E não posso fazê-lo porque apesar do investimento municipal de cerca de 630.000,00 € que foi feito por parte da Câmara Municipal, os problemas que há anos existem naquela Unidade de Cuidados de Saúde Primários não só persistem, como se têm agravado cada vez mais. Relato, por exemplo, dois testemunhos de utentes da referida unidade de saúde, e que ocorreram há relativamente pouco tempo. Certo utente, no passado mês de abril, contactou telefonicamente o Centro de Saúde do Louriçal para marcar uma consulta com o seu médico de família. Depois de várias tentativas de contato, e de numa dessas tentativas ter estado*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*quase uma hora desesperadamente a insistir no telefonema – e atenção, tendo em conta a situação pandémica que estamos a viver, nós somos constantemente incentivados a resolver tudo e mais alguma coisa, ou pela internet, ou por telefone – eis que finalmente alguém atende o telefone. A resposta que o referido cidadão teve foi que o seu médico de família não está ao serviço, que há uma médica que se desloca ao Centro de Saúde duas vezes por semana para consultar os utentes da médica que se ausentou, mas que, até agosto – e atenção, isto foi em abril – já não havia possibilidade de marcação de consulta, e que para depois desse período, ainda não tinham agenda aberta.*

*Uma outra situação: outro cidadão, seguindo também as recomendações que têm sido feitas, optou por marcar uma consulta para o seu médico de família via internet. No dia anterior ao da sua consulta, recebe, não uma, mas três mensagens a confirmar a sua consulta. Para ir à consulta, o utente pediu dispensa do seu emprego, desloca-se quarenta e cinco quilómetros do seu local de trabalho para o Centro de Saúde, e quando lá chega, é-lhe dito que, efetivamente, tinha consulta marcada, e que esta foi confirmada, mas que o seu médico de família não se encontra a exercer funções no Centro de Saúde, e que, no momento, não existe outro médico que o possa atender. Lamentam o sucedido, pelo facto de não terem avisado que não iria ter consulta, mas, naquele dia, não havia qualquer possibilidade de ter consulta. No entanto, seria possível marcar uma consulta para o dia seguinte. O utente não só teve que faltar ao seu emprego, para uma consulta que, afinal, não teve, como fez noventa quilómetros – entre o local de trabalho e o Centro de Saúde, e depois regressar novamente ao seu local de trabalho – desnecessariamente. Além disso, também é estranho como é que para a primeira situação que eu relatei, só havia vaga de consulta a partir de agosto, e na segunda situação, tendo em conta o erro cometido pela parte administrativa, havia já disponibilidade de consulta para o dia seguinte. Estranho. Estes são apenas dois testemunhos, entre tantos outros que poderiam ser relatados, e que mostram, por um lado, o grave problema de falta de profissionais de saúde, e por outro, a enorme falta de organização administrativa.*

*Os utentes do Centro de Saúde do Louriçal são confrontados com uma frequente desmarcação e remarcação de consultas. O desespero é tanto por parte dos utentes que, ainda ontem, foi necessária a intervenção da GNR naquele Centro de Saúde. De que vale ter – e pego agora em palavras ditas pelo Senhor Presidente da Câmara no dia da inauguração deste Centro de Saúde – de que vale ter uma estrutura digna, moderna e acessível, procurando dar resposta a todas as necessidades, que, de modo algum, dão resposta às necessidades essenciais dos seus utentes?*

*Nas últimas comemorações do Dia do Município, o Senhor Presidente proferiu que, e passo a citar, “as condições do Serviço Nacional de Saúde há muito constituem uma preocupação, e parece ter chegado a hora de definitivamente nos envolvermos na redefinição da rede de cuidados de saúde primários.” Referiu ainda que “este terá que constituir um compromisso do nosso concelho e Município, e que porventura será o compromisso político mais importante que teremos de saber construir. Se não o soubermos fazer, Pombal acentuará o seu atraso nos cuidados de saúde primários, perderá oportunidades, não estará ao nível das preocupações e desejos legítimos dos Pombalenses.”*

*Pois bem, parece que não só o Presidente do Executivo não soube construir esses compromissos, como, realmente, Pombal acentuou o seu atraso nos cuidados de saúde primários. O Senhor Presidente tem o dever e a obrigação, enquanto representante dos munícipes deste concelho, de agir ativamente e de zelar pela defesa dos direitos dos seus munícipes, nomeadamente pelo direito à proteção da saúde.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Outra questão: o Conselho Municipal da Educação reuniu no passado dia 21 de junho, com o principal objetivo de aprovar o plano de transportes escolares para o ano letivo 2021/22. Questiono se haverá uma real adequação dos horários dos transportes aos horários escolares, de modo a que um estudante possa efetivamente usufruir dos transportes escolares entre a sua área de residência e a sua escola, e vice-versa, já que, por exemplo, no ano letivo que agora está a terminar, havia situações em que as aulas terminavam, por exemplo, às dezoito horas (18h00), e o último transporte de regresso à área de residência do aluno era às dezassete e cinquenta (17h50), na estação de camionagem.*

*Mais, relativamente ao programa desenvolvido pelo Município, Férias Ativas – Verão de 2021, pude constatar que este irá decorrer somente entre 12 e 30 de julho, e que o mesmo está limitado em termos de inscrições. Não consigo compreender como é que o Município, distinguido pelo quinto ano consecutivo com o galardão “Autarquia mais familiarmente responsável”, em que são avaliadas, entre outras, medidas de conciliação entre o trabalho e a família, como é que o Município não apresenta um programa de férias para os seus jovens que abranja todo o período de pausa letiva, à semelhança daquilo que é feito noutros locais, e sem limite de inscrições. Pergunto que soluções é que o Executivo Municipal tem para os munícipes que têm filhos menores, que trabalham, e que não podem, de modo algum, ter férias durante todos os meses de pausas letivas. Pergunto ainda quais são as soluções que o Município tem para as famílias que pretendam, efetivamente, inscrever os seus filhos no período em que decorrerá o programa de férias, mas que não o poderão fazer, porque o limite de inscrições foi atingido. Pergunto ainda que soluções e que apoios é que existem por parte da Câmara Municipal às Juntas de Freguesia para que as famílias que não residem na Freguesia de Pombal possam ter a mesma igualdade de oportunidades, apesar de deficitária.*

*Não consigo encontrar neste programa uma política amiga das famílias, que vai ao encontro das reais necessidades das famílias, e com uma abrangência territorial.*

*Estamos em pleno séc. XXI, na área do digital e da tecnologia, mas vivemos num Município onde ainda se luta por direitos, como o acesso a cuidados de saúde primários, ou à igualdade de oportunidades de acesso à educação. Como queremos fixar jovens e população no nosso concelho se não lhes conseguimos garantir direitos básicos relacionados com a saúde e a educação?*

*Para terminar esta minha intervenção, que já vai longa, deixar uma nota negativa ao cartaz das comemorações dos trinta anos da elevação de Pombal a cidade. Apesar do atual contexto pandémico, esta é uma data significativa para a cidade, e como tal, as comemorações deveriam ter contemplado atividades e iniciativas cujo principal objetivo fosse dignificar e destacar as potencialidades da cidade e dos seus cidadãos. E não foi isso que eu encontrei no cartaz apresentado.*

*Muito obrigada.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhora Deputada Cláudia Caetano. Dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Carriço, Pedro Silva.”*

**Pedro Silva (Presidente J.F. Carriço, PPD/PSD):**

*“Muito obrigado, Senhora Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes nesta sessão.*

*Senhora Presidente, Senhor Vice-presidente, o tema da minha intervenção prende-se com a Praia do Osso da Baleia, na Freguesia do Carriço. Desde já, quero agradecer ao Município de Pombal por manter, mais uma vez, os galardões atribuídos à praia e ao seu espaço, um trabalho*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*conjunto entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, que ao longo dos anos tem melhorado as suas condições em todos os campos.*

*Sem dúvida, as obras no parque de merendas, no parque de estacionamento, apesar de obras há muito desejadas pela freguesia, pelo concelho e por quem nos visita, e com as condições impostas para a sua execução, serão uma realidade.*

*Neste sentido, quero agradecer o apoio do Município às instituições e à freguesia, para construir uma praia única e com as características únicas que ela tem.*

*Muito obrigado, Senhora Presidente.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Presidente Pedro Silva. Dou agora a palavra ao Presidente Pedro Pimpão.”*

### **Pedro Pimpão (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):**

*Muito obrigado, Senhora Presidente.*

*Cumprimento a Senhora Presidente da Assembleia, o Senhor Vice-presidente, os Senhores Vereadores, e todos os colegas, membros desta Assembleia Municipal.*

*E queria começar, naturalmente, por me associar ao voto de pesar que foi justamente aprovado por unanimidade pela Assembleia Municipal. Nós também, na Junta de Freguesia de Pombal e na Assembleia de Freguesia, aprovámos por unanimidade esse reconhecimento público, que eu queria também aqui, como Presidente da Junta de Freguesia de Pombal, prestar ao trabalho e à dedicação do António Lopes, enquanto Presidente da Junta de Freguesia. E queria deixar aqui esse registo, em meu nome, em nome dos membros do Executivo, e também em nome de todas as Bancadas da Assembleia de Freguesia, porque é justo reconhecer aqueles que se dedicaram, e independentemente das divergências políticas, o que é certo é que todos reconhecemos no António Lopes, na sua passagem pela Junta de Freguesia e pela política, sempre uma dedicação à causa pública, que eu queria aqui pessoalmente reconhecer, na pessoa da filha, que é nossa colaboradora, e dos seus familiares, que merecem esse nosso reconhecimento.*

*Queria também deixar aqui uma nota a todos os autarcas de freguesia, e a todos os nossos colaboradores em cada uma das Juntas de Freguesia do nosso concelho, uma vez que, esta semana, fomos distinguidos, doze das treze freguesias do Concelho de Pombal, pelas boas práticas ambientais. E isso significa um compromisso que temos, cada um de nós, nas nossas organizações e nas nossas comunidades, de fazermos o máximo que pudermos para colocar as matérias ecológicas em primeiro lugar. E isso é um reconhecimento e é uma responsabilidade acrescida, para mantermos esse foco, realmente, nessa estratégia que temos vindo a seguir.*

*Depois, deixar aqui uma nota também para a elevação de Pombal a cidade, para as comemorações da elevação de Pombal a cidade. Nós, há quatro anos, inaugurámos o reconhecimento desta marca para a cidade. E queria deixar, em primeiro lugar, à Ercília Ribeiro da Silva, que é a nossa madrinha – porque foi ela que, enquanto deputada da Assembleia da República, avançou com esta iniciativa, liderou esta iniciativa – mas, a todos aqueles que também cá em Pombal, nomeadamente na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, de todas as forças políticas, se empenharam pela elevação de Pombal a cidade, e sobretudo a todos os Pombalenses que ao longo destas três décadas têm contribuído para que, realmente, o desenvolvimento urbano seja uma marca deste território, com todas as nuances que ela traz.*

*E no âmbito das comemorações dos trinta anos de elevação de Pombal a cidade, o que é certo é que foram realizadas várias iniciativas, transversais à nossa sociedade, envolvendo a comunidade, respeitando aquilo que eram as normas da Direção Geral de Saúde, e envolvendo sobretudo as crianças, o nosso público nas nossas escolas, com projetos que têm de ser*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*consolidados, e que fazem com que também as nossas crianças participem cada vez mais na vida da nossa comunidade, porque elas são o futuro, e vão ser os líderes do amanhã.*

*Deixar aqui uma nota para a intervenção na zona industrial da Formiga, que eu, na última Assembleia Municipal, fiz questão de alertar para a urgência de se avançar com a requalificação da zona industrial da Formiga, e neste momento, está a ser realizado um investimento junto ao Aduguete, e creio que o próximo passo é avançar com o projeto de requalificação, que já está terminado, e é importante que seja lançado o respetivo concurso.*

*Assim como queria dar nota muito positiva à requalificação da entrada de Pombal, desde a rotunda da zona industrial da Formiga até ao Viaduto Eng.º Guilherme Santos, obra que já foi adjudicada, e que há muito também era ansiada pelos Pombalenses.*

*E deixar aqui também uma nota relativamente ao IC2, porque era importante também percebermos, junto da Infraestruturas de Portugal, qual é o ponto de situação do projeto, porque também é um projeto que todos ansiamos há muitos anos, e que era importante também que fosse concretizado o mais rápido possível.*

*Obrigado.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pombal, Pedro Pimpão. Dou agora a palavra à Senhora Deputada Célia Cavalheiro.”*

### **Célia Cavalheiro (BE):**

*“Olá a todas e a todos.*

*Lamento a ausência do Presidente da Câmara. Revela bem a pessoa que é, como político, e o que Pombal representa para ele.*

*Faz quatro anos, em setembro, que iniciei esta aventura na política local. As minhas expetativas não eram as melhores, face à atuação dos agentes políticos nas últimas décadas. E acreditem, quatro anos passados, percebi que a realidade é bem pior do que eu pensava alguma vez ser.*

*Diogo Mateus, quando concorreu ao seu primeiro mandato, disse, e passo a citar: “O Município de Pombal e os seus órgãos representativos saberão reconhecer o seu exemplo enquanto homem, cidadão e Presidente da Câmara Municipal de Pombal, entre 4 de janeiro de 1994 e 21 de outubro de 2013. Obrigado, Eng.º Narciso Mota.”*

*Já no segundo mandato, depois de uma luta pelo poder com o Movimento Narciso Mota – Pombal Humano, pensou fingir que nada tinha a ver com a Câmara Municipal até 2013, e esfaqueou o seu mestre, sem dó nem piedade. Esqueceu-se que no reinado de vinte anos de Narciso Mota, foi Vereador dezasseis anos, Presidente de Junta quatro anos, chegando a ser Vice-presidente da Câmara Municipal de Pombal, sem se conhecer qualquer posição sua contra o funcionamento da Câmara nesse período.*

*Ainda antes da eleição, o Bloco de Esquerda teve de fazer uma queixa do Executivo, por usar indevidamente recursos e funções públicas para funções partidárias, desobedecendo ao dever de imparcialidade e de neutralidade imposto por Lei. Mas, não é defeito do Partido, é feitio. Já temos um novo candidato à Câmara pelo Partido a fazer o mesmo, esquecendo-se que ainda é Presidente de Junta.*

*Apesar das contrariedades, o Bloco não baixou os braços. Na Assembleia Municipal seguinte, apresentou quatro propostas, das quais destaco um pedido ao Executivo de posicionamento contra os contratos de prospeção de combustíveis fósseis no nosso concelho. Usaram-no para gozar com o meu Partido, tendo ficado todos muito mal na fotografia, desde o Presidente da Câmara, Vereadores, membros da Assembleia e Presidentes de Junta. Enquanto uns me faltavam ao respeito, os outros riam, e chumbaram a proposta.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Oito meses depois, sabe-se que o primeiro furo é na Bajouca. Os populares das redondezas começam a indignar-se, e o Bloco decide apresentar a mesmíssima proposta. E não é que é aprovada pelos que anteriormente a ridicularizaram e chumbaram? Pois, cheirou-lhes a votos, ou estamos perante um caso de transtorno de personalidade, a bipolaridade.*

*Apesar de todo o desrespeito manifestado pelos órgãos da maioria, este mandato fica para a história como o primeiro em que o BE teve representatividade nesta Assembleia, que esperamos ver reforçada em futuros mandatos. Numa terra tão à direita, faz cada vez mais falta esta esquerda, a verdadeira.*

*Terminei.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhora Deputada Célia Cavalheiro. Senhor Presidente da Junta da Pelariga, Nélson Pereira.”*

### **Nélson Pereira (Presidente J.F. Pelariga, PPD/PSD):**

*“Ora, boa tarde a todos.*

*Eu tenho só dois pontos, que já alguns colegas falaram. Começo por cumprimentar a Senhora Presidente, o Vice-presidente, todos os membros da Assembleia, e toda a gente que nos vê e que nos ouve.*

*Os dois pontos que eu tenho para intervir, um deles prende-se com um ponto que a Dra. Liliana falou, dos desfibrilhadores. Eu até concordo que são instrumentos cada vez mais essenciais, e que nos podem ajudar a salvar muitas vidas. Mas, não se esqueça do ponto principal, Dra. Liliana: é que os desfibrilhadores, não é só comprar e distribuir desfibrilhadores por aqui e por acolá; o ponto principal é a formação para trabalhar com um desfibrilhador. É só uma nota que eu tinha para informação.*

*Um outro ponto em que eu queria intervir também, e que os meus colegas do Louriçal falaram, e outros, tem a ver com as faixas de gestão de combustível de dez metros. No ano passado, voltámos a falar disto, falámos deste problema, e eu intervim, e volto a intervir hoje, porque quem fez a Lei – é muito fácil fazer Leis, é mais difícil fazê-las cumprir, porque todos sabem que uma Junta de Freguesia que queira proceder corretamente a esta Lei das faixas de gestão, que nos é impossível poder cortar madeira quando os proprietários nos ameaçam com tribunais. Pois, a Lei foi feita, mas a Lei, volto a frisar, não salvaguarda, nem o Presidente da Câmara, nem o Presidente da Junta. E como eu disse no ano passado, e digo este ano, com ameaças, eu não faço e não procedo ao abate de árvores. Quem fez a Lei, que tome sentido na Lei que fez, e que salguarde o papel do Presidente da Junta e do Presidente da Câmara, porque acho que é muito mau nós estarmos a fazer cumprir a Lei, e depois sermos ameaçados com tribunal, e pode acontecer-nos ter que ir a tribunal. Eu não estou para isso.*

*A Pelariga continua a fazer a limpeza das faixas de gestão dos dez metros, continuará, fizemos quase vinte e cinco hectares este ano também, mas não faço abate de árvores, porque não estou para ir a tribunal por uma coisa que não é minha.*

*Muito obrigado.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Obrigada, Senhor Presidente da Pelariga, Nélson Pereira. Para finalizar, dou a palavra ao Senhor Deputado João Antunes dos Santos.”*

### **João Antunes dos Santos (PPD/PSD):**

*“Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Vice-presidente de Câmara, Senhores Deputados Municipais, comunicação social e público que nos acompanha online.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Ouvi com atenção a intervenção da deputada, Dra. Elisabete Alves, do Partido Socialista, que aproveitou para cumprimentar, e quero começar por lhe dar as boas-vindas a esta Assembleia Municipal, no quarto ano de mandato, e na penúltima Assembleia – em princípio, na penúltima Assembleia deste mandato – porque, efetivamente, a Dra. Elisabete trouxe aqui um conjunto de temas que comprovam que estamos a três meses das eleições autárquicas – se dúvidas disso existissem. Temas, alguns deles pertinentes – bastante pertinentes, aliás – para os quais podia ter dado os seus prestimosos contributos durante estes quatro anos; mas, não, preferiu guardá-los todos para este período pré-eleitoral.*

*Senhora Deputada, Dra. Elisabete Alves, essa é a grande diferença entre o PS e o PSD no Concelho de Pombal: é que o PS só se lembra de Pombal de quatro em quatro anos, ao invés do PSD, que está ininterruptamente com Pombal e com os Pombalenses. Isto, sem prejuízo de ter razão em alguns dos temas que abordou, mas estranho seria se assim não fosse, porque até um relógio avariado está certo duas vezes por dia. Estou certo de que no próximo mandato, a Dra. Elisabete Alves se empenhará desde a primeira hora do mandato, seja na Oposição na Assembleia de Freguesia de Pombal, ou seja na Oposição na Assembleia Municipal de Pombal, em mostrar aos Pombalenses que o PS em Pombal deixará de ser o Partido que só se lembra deles de quatro em quatro anos.*

*Estamos juntos a trabalhar numa nova ambição para Pombal.*

*Obrigado.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Deputado João Antunes dos Santos. Dou agora a palavra ao Senhor Vice-presidente da Câmara, Eng.º Pedro Murtinho, se faz favor.”*

**Elisabete Alves (PS):**

*“Senhora Presidente, eu fui visada, e queria responder a esta última intervenção, antes de passar ao Senhor Vice-presidente.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Senhora Deputada Elisabete Alves, é para defesa da honra? Faça favor.”*

**Elisabete Alves (PS):**

*“Muito obrigada.*

*Eu lamento esta última intervenção, que não estava inscrita, porque a Senhora Presidente perguntou quem é que faltava, e foi dito quem é que ia intervir, e não disse o nome deste deputado. Portanto, eu presumo que tenha sido pedido agora, no último momento.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Senhora Deputada, só para a corrigir, se quiser, os serviços podem facultar-lhe a inscrição do Senhor Deputado João Antunes dos Santos, que está aqui.*

*Faça favor.”*

**Elisabete Alves (PS):**

*“De qualquer forma, dizer que o Senhor Deputado disse que o PS só se lembra de Pombal de quatro em quatro anos. Isso é completamente falso, e aliás, o Senhor Deputado esteve a dormir este tempo todo, não só nas Assembleias Municipais, como também nas reuniões de Câmara, às quais podia ter tido acesso, que eram públicas. E portanto, o Senhor Deputado sabe muito bem que o PS apresentou propostas, que o PS fez intervenções em todas as Assembleias, a bem do Concelho de Pombal. E portanto, esta sua intervenção, eu só a encaro como mais uma forma de tentar denegrir a imagem do Partido Socialista e dos seus deputados, ao dar as boas-vindas a pessoas que sempre estiveram presentes na Assembleia Municipal e sempre apresentaram propostas, e propostas construtivas.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Aliás, parece até que o Senhor Deputado não sabe bem que papel é que a Assembleia Municipal deve ter, porque as intervenções do Senhor Deputado são para falar das bandeiras, e das medalhas, e dar os parabéns ao Município, e não fazer críticas daquilo que não foi feito – porque, aliás, é esse o nosso papel, é perseguirmos o interesse público, e não o interesse partidário.*

*Portanto, Senhor Deputado, tem de ser num serviço ao abrigo do interesse público que o Senhor Deputado faz intervenções, e não partidários – como, aliás, têm sido as suas intervenções. Tenho dito.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Obrigada, Senhora Deputada.*

*Só para concluir, os Senhores Deputados são livres de fazer as intervenções de carácter partidário. Naturalmente, este é o órgão em que se discute política também. Muito obrigada pelas vossas intervenções.*

*Faça favor, Senhora Deputada Liliana Silva.”*

### **Liliana Silva (CDS-PP):**

*“Obrigada.*

*Visto que o meu nome também foi diretamente referido, eu gostaria de informar que, se não estou em erro, referi não só a necessidade desses equipamentos, bem como a formação dos seus utilizadores.*

*Mais ainda, gostaria de referir – aqui só um esclarecimento – que, no fundo, a deputada Célia Cavalheiro referiu que a moção foi aprovada à segunda, e eu gostaria de referir que foi porque houve uma discussão e votação em simultâneo com uma proposta do CDS, em que a nossa proposta estava baseada num parecer de uma onda local, nomeadamente o Grupo de Protecção Sicó, e não com base numa moção distribuída pelas estruturas nacionais do Bloco de Esquerda. Muito obrigada, Senhora Presidente.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Obrigada, Senhora Deputada Liliana Silva. Senhor Vice-presidente, Eng.º Pedro Murtinho, faça favor.”*

### **Pedro Murtinho (Vice-presidente da Câmara Municipal):**

*“Começo por cumprimentar a Senhora Presidente, a respetiva Mesa, os Senhores Vereadores, os membros desta Assembleia Municipal, comunicação social, técnicos do Município que apoiam a realização desta reunião, e todo o público que nos vê a partir de casa, do trabalho, todos aqueles que nos acompanham nesta reunião.*

*Eu tenho que começar por lamentar, e de forma muito pragmática, as palavras da Senhora Eng.ª Célia Cavalheiro, relativamente às palavras que dirigiu sobre a ausência do Senhor Presidente da Câmara. A Senhora Eng.ª Célia Cavalheiro nem se preocupou em perceber a razão pela qual está ausente o Senhor Presidente de Câmara desta Assembleia, apenas se limitou a crucificar – deixe-me usar este termo – a ausência do Senhor Presidente, o que revela, realmente – e desculpe a expressão – alguma ignorância, que eu lamento.*

*E portanto, Senhora Presidente, devo esclarecer que estou a substituir o Senhor Presidente nesta reunião porque o Senhor Presidente da Câmara foi representar o Município, ou está em representação do Município no Conselho Regional da Região Centro, da CCDR Centro, na Igreja de S. Francisco, em Coimbra, a representar o Município numa reunião importante também para o nosso território, numa reunião onde está a ser discutida a Estratégia de*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Especialização Inteligente da Região Centro, onde estão a ser discutidos os instrumentos e o posicionamento do Sistema Científico e Tecnológico Regional, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência. E portanto, quando esta Assembleia Municipal foi agendada, este Conselho da Região não estava agendado, e por ser uma matéria tão importante para o concelho, o nosso Município, obviamente, não podia deixar de estar representado.*

*E portanto, cabe-me a mim, em nome do Senhor Presidente, responder às questões que foram colocadas ao Executivo, e à pessoa do Senhor Presidente. E como hoje é dia de S. Pedro, e sendo eu um Pedro desta terra, certamente que o S. Pedro me irá ajudar a que todos vocês tenham resposta às questões que colocaram.*

*Antes de mais, Senhora Presidente, até porque acabámos de receber, há pouco, uma boa notícia, eu quero partilhá-la com todos vós, e portanto, quero aqui endereçar os nossos parabéns à AcroPombal, uma associação prestigiada do nosso concelho, pelo seu quinto lugar no Campeonato do Mundo de Ginástica Acrobática, que decorreu em Genebra, na Suíça. E portanto, quero congratular-me, em nome do Município, pelo excelente resultado alcançado, e dar os parabéns a esta associação do nosso concelho.*

*Começando, então, aqui com a resposta – e peço-vos aqui alguma paciência, as intervenções foram muitas, e portanto, Senhora Presidente, se me estender muito, a Senhora Presidente alerte-me.*

*Senhora Deputada Liliana Silva, das várias questões que aqui formulou, e relativamente à primeira questão, relativamente à questão dos terrenos vs. Centro Escolar de Vila Cã, começo por dizer que é extemporâneo estarmos aqui a discutir se a localização é boa, se não é, se devia haver centro escolar, ou não; o que é certo é que a Câmara de Pombal fez o seguinte: fez cumprir aquela que foi a Carta Educativa aprovada por esta Assembleia Municipal. E na Carta Educativa que esta Assembleia Municipal aprovou – não neste mandato, mas no mandato anterior – está muito bem expressa a construção de um novo centro escolar em Vila Cã, e é isso que este Executivo está a cumprir.*

*Relativamente à questão dos terrenos, a única coisa que eu posso aqui transmitir foi aquilo que já publicamente fizemos, em sede de reunião de Câmara, e que eu, em particular, também já fiz, ao Bruno Frade, suposto proprietário, que foi que a Câmara está, obviamente, sempre aberta ao diálogo, e outra coisa não seria de esperar. Mas, Senhora Deputada, o diálogo foi quebrado, não pelo Município, mas pelo reclamante Bruno Frade. As portas do diálogo não foram fechadas por nós, e portanto, nós continuamos abertos a qualquer proposta ou diálogo que possa existir do lado de lá, essas portas continuam abertas. E sobre este tema, fico-me por aqui.*

*Relativamente à questão que trouxe cá, sobre a candidatura ao Memorial do Bodo, que, pelos vistos, tanta tinta faz correr pelas redes sociais – pelos vistos, porque eu não acompanho – o que é que eu lhe posso dizer? Esta intervenção que aconteceu em Abiul, ela aconteceu no âmbito de uma candidatura comunitária – eu não sei se a Senhora Deputada sabe, mas eu informo-a. E essa candidatura comunitária “Territórios de Pedra”, - é assim a designação que ela tem – em parceria com dois Municípios vizinhos, nomeadamente Ansião e Figueiró dos Vinhos – e aqui, diga-se de passagem que o convite, e o Município que encabeça esta mesma candidatura é o Município de Ansião, é o Município promotor, e que desde já agradecemos publicamente o convite que formulou ao Município de Pombal para fazer parte desta candidatura, e que muito nos orgulha – os pressupostos desta candidatura são essencialmente a valorização da calcetaria e da cantaria. E aqui, introduzimos estes dois elementos nesta ação em particular. E portanto, o destaque está claramente para a calcetaria artística, uma vez que é a mais representativa da Freguesia de Abiul, quer no aspeto socioeconómico – até porque há muita gente que vive da*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*calçada na Freguesia de Abiul – mas, também é uma realidade física, para quem conhecer Abiul, grande parte daqueles arruamentos são arruamentos em calçada, e portanto, bastante característico daquele território.*

*Para quem não conhecer, esta é uma intervenção comunitária, porque interagiu com as forças vivas de Abiul, não só associações locais, mas também pela população, é uma candidatura com financiamento a 100%, candidatura com fundos comunitários a 100%, dedicada à rede cultural. E para quem não sabe, esta base de calçada artística – porque é disso que estamos a falar, e eu até posso explicar mais ao pormenor, ela tem uma delimitação em lancil em cantaria, da região onde nos inserimos, do calcário, onde estão representados os principais utensílios usados no forno, designadamente a calha, o rodo, a pá, o maciço em cimento, forrado com cantaria, sobre o qual, então, se modelou um gigante bolo em massa de cimento.*

*Portanto, Senhores Deputados, quem quiser fazer um filme sobre esta matéria, pode fazê-lo, de forma tranquila, mas não, obviamente, denegrindo os promotores da candidatura, porque, no fundo, é isso que se está a atingir neste momento.*

*Outra coisa, Senhora Deputada, é o open call internacional, e o open call teve, diga-se de passagem, uma excelente participação, neste caso concreto com quarenta e duas obras artísticas, tanto nacionais, como internacionais. Mas, os resultados ainda não foram publicados, serão publicados muito oportunamente, analisados, e depois publicados. E portanto, vamos ter que aguardar. E portanto, também sobre esta matéria, não vou estar aqui a especular, porque, no fundo, é aquilo que se tem feito nas redes sociais. Nada me move contra as redes sociais, mas não trabalhamos para as redes sociais.*

*Relativamente à questão da Praia do Osso da Baleia, passo também já aqui a fazer algumas referências, porque foi assunto trazido a esta Assembleia por vários deputados. As obras na Praia do Osso da Baleia, elas estão a decorrer dentro do prazo previsto. O planeamento – e aqui respondendo também à Senhora Deputada Elisabete Alves – o planeamento foi bem executado, houve algum atraso no processo administrativo, nomeadamente com a entrega das garantias bancárias por parte do empreiteiro, que acabou por atrasar um pouco o início dos trabalhos. Os trabalhos estão a ser terminados, tem havido aqui uma articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente e com a Capitania do Porto da Figueira da Foz, para que possamos, da melhor forma possível, criar esta articulação possível entre o uso da praia, com os trabalhos que estão a ser realizados. E portanto, em reunião prévia, onde eu próprio marquei presença, com a Capitania, com a Agência Portuguesa do Ambiente e com o próprio Centro de Saúde de Pombal, foram definidas regras, foram definidos corredores de circulação, foram definidas mensagens a distribuir pelos utilizadores.*

*E portanto, amanhã, lá estaremos, primeiro, a hastear as bandeiras, a que já estamos habituados de há dezoito anos para cá, nomeadamente a Bandeira da Praia Azul, e também a inaugurar estas duas obras importantes para esta zona do território, numa clara aposta no turismo – neste caso, no turismo balnear, com a inauguração do parque de estacionamento, e também com a inauguração do parque de merendas, num investimento global muito perto dos 500.000,00 €, o que denota aqui, realmente, um esforço orçamental para dotar aquela praia de melhores condições – porventura, se calhar, não seriam aquelas condições que nós gostaríamos de ter, em termos de soluções finais, mas estas também foram as soluções que foram possíveis, e aquelas que foram negociadas com a Agência Portuguesa do Ambiente, e com o próprio ICNF, que tutela o domínio hídrico e o domínio florestal.*

*Depois, relativamente às Férias Ativas, também aqui trazidas por vários membros da Assembleia, e aproveito para responder aqui, nesta intervenção que a Dra. Liliana Silva nos fez.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Senhores Deputados, temos que compreender que vivemos em período pandémico ainda. E portanto, não nos podemos dar ao luxo de ter aqui condições, se calhar muito satisfatórias, para conseguir ter um número bastante superior àquele que nós temos. Este é o número que nós entendemos possível para este período que atravessamos, mas também não nos podemos esquecer, Senhores Deputados – sei que todos estão à espera que o Município de Pombal, e a Câmara, realmente, faça tudo e mais alguma coisa, mas aqui em Pombal as coisas são muito bem articuladas com as freguesias, e eu quero aqui chamar à atenção que em todas as freguesias – em todas as freguesias, sem exceção – ou temos as próprias Juntas de Freguesia, ou as próprias instituições de solidariedade social, as nossas IPSS's, com Férias Ativas.*

*E portanto, Senhores Deputados, não creio que haja grande dificuldade relativamente a pais que possam ter aqui dificuldade em deixar os seus filhos. Nós gostaríamos de ter um número superior nas Férias Ativas promovidas pelo Município, mas entende-se que, pelas condições que atravessamos, não é realmente possível, mas também contamos – e temos essa noção – contamos com a preciosa ajuda, não só das Juntas de Freguesia, mas também das IPSS's do nosso concelho, que têm atividades de tempos livres, de ocupação de tempos livres, um pouco por todo o concelho. E portanto, temos a certeza de que teremos aqui uma boa cobertura em termos de Férias Ativas.*

*Relativamente às refeições do pré-escolar, Senhora Deputada, eu nem sei bem o que lhe diga, porque eu acho que nem percebi a intervenção da Senhora Deputada. Mas, uma coisa é certa: o Município, e este Executivo, há uma coisa que tem a certeza: é que Roma e Pavia não se fizeram num só dia, e portanto, isto é um processo progressivo. O Município de Pombal, já com este Executivo – volto a repetir – dentro de várias medidas que foi tomando ao longo destes últimos anos, mas já neste mandato, começou, realmente, por introduzir a participação dos 100% nas refeições para os escalões A e B, e no ano letivo 2020/21, passou a participar 100% das refeições a todos os alunos do 1.º ciclo. E agora, aquilo que faz, e que já levou à reunião de Câmara anterior – à última reunião de Câmara – foi levar uma proposta para aprovar a participação de 100% das refeições do pré-escolar.*

*E portanto, é isto, queremos que, realmente, o ensino seja tendencialmente gratuito – como diz, aliás, a nossa Constituição Portuguesa – e é aquilo que estamos a procurar fazer. Tudo o resto, Senhora Deputada, nós cá vamos respondendo e vamos tratando, dentro daquelas que são as solicitações que nos fazem.*

*Relativamente ao PRR, Senhora Deputada, julgo que a minha introdução, com a questão da ausência do Senhor Presidente, calculo que responde, em parte, àquela que foi a questão que a Senhora Deputada aqui fez. E portanto, o Senhor Presidente está, neste momento, no Conselho da Região, onde um dos assuntos é, realmente, a estratégia da região centro, e o posicionamento a nível científico e tecnológico regional para este Plano de Recuperação e Resiliência, que esperamos que traga muitas e boas notícias ao nosso território.*

*Depois, à Nicolle Lourenço, agradecer as palavras. Efetivamente, nós vamos, na próxima sexta-feira, dia 2 de julho, receber cá em Pombal o Senhor Ministro da Ciência e do Ensino Superior, para a assinatura do protocolo com o Instituto Politécnico de Leiria, protocolo esse que vai permitir que, em Pombal, a partir do ano letivo 2021/2022, se passem a ministrar cursos especializados profissionais, mais conhecidos por TESP. E portanto, eu acho que é uma grande mais valia, é uma ambição antiga do concelho, e aquilo que ela, realmente, procura fazer – e utilizando aqui as palavras da nossa colega Nicolle Lourenço – é verdadeiramente capacitar os nossos profissionais, capacitar profissionais para as nossas empresas do concelho. Se realmente queremos ter empresas com capacidade tecnológica, temos que ter profissionais com capacidade*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*para liderar essas mesmas empresas, ter profissionais a nível operacional com capacidade e com conhecimentos científicos. E portanto, esses cursos, é isso que procuram fazer, capacitar profissionais para as empresas do nosso concelho, e não só, um pouco por todo o país. E também, obviamente, termos aqui capacidade para fixar os nossos jovens. E é para isto também que se procura termos cá o Politécnico de Leiria em Pombal, tem também esse objetivo como objetivo principal, capacidade para fixar os nossos jovens.*

*Ao Senhor Presidente da Junta, Gonçalo Ramos, da União de Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca, sobre a preocupação que tem sobre a ausência de recursos da 5.ª Companhia, Senhor Presidente, obviamente que vamos procurar perceber as dificuldades que a Associação Humanitária esteja a atravessar, também não querendo utilizar esses problemas – diga-se de passagem, temos entre nós o Senhor Vice-presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pombal, que obviamente também levará esta preocupação à Direção, mas obviamente que nós também vamos procurar inteirar-nos e procurar perceber em que termos é que o Município poderá colaborar, não esquecendo, Senhor Presidente, que o Município já é um colaborador de uma parte muito significativa de apoios que a Associação Humanitária tem para as equipas de primeira intervenção. E portanto, o Município de Pombal certamente que estará sempre disponível para colaborar com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pombal.*

*O Senhor Presidente da Junta, Humberto Lopes, trouxe aqui o assunto da implementação do sistema do balcão único de cadastro simplificado, sim, é verdade, Senhor Presidente, iniciámos o funcionamento deste balcão na semana passada, estamos numa fase inicial, numa fase de aprendizagem, tivemos uma série de formações para os nossos técnicos, que precisamos de ter técnicos qualificados – porque só os técnicos qualificados é que poderão submeter o cadastro que venha a ser identificado, e vamos precisar muito da colaboração das Juntas de Freguesia, Senhor Presidente – e portanto, a sua deixa, a sua dica, obviamente que ela será aceite, isso já está previsto. Nós ainda estamos numa fase inicial, vamos procurar alargar a nossa campanha de divulgação, não só nas redes sociais, com outdoors, mas também junto das nossas freguesias, para que vós, Presidentes de Junta e Juntas de Freguesia, nos ajudem também, para que, realmente, este seja um projeto de enorme sucesso para o nosso território – porque, não se esqueçam, Senhores Presidentes de Junta e Senhores Deputados, Pombal é tão só, dentro dos cem Municípios da região centro do país, o território que mais prédios rústicos tem no seu território. E portanto, se há território que realmente precisa que este cadastro simplificado se concretize, é o território de Pombal.*

*À Senhora Presidente da Junta, Sandra Barros, Presidente de Junta de Abiul, obrigado pelas suas palavras, ainda é um investimento significativo aquele que estamos a fazer ao nível da limpeza e manutenção de caminhos florestais. Bem sei, Senhores Presidentes de Junta, que os Senhores Presidentes de Junta sempre acham que é pouco. Nós tivemos este procedimento no ano passado, continuamos a ter este ano, este é um procedimento que certamente terá continuidade, porque é um trabalho necessário, onde nós não conseguimos, no mesmo ano, chegar a todo o lado, chegamos onde realmente é possível. Este trabalho, no fundo, é um de muitos que temos feito para realmente valorizar aquilo que nós entendemos como papel mais importante no combate aos incêndios, que é a prevenção. Não nos podemos esquecer que a limpeza de caminhos florestais, associada à construção de novos pontos de água – que a Senhora Presidente de Junta, aqui há pouco, deu nota, da construção que concretizamos no ano passado, no reservatório da Pipa, a limpeza e gestão de faixas de combustível, e isto, realmente, denota uma perfeita articulação entre o Município – neste caso, a autarquia, Câmara de Pombal – com*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*as respetivas Juntas de Freguesia. E eu quero aqui deixar uma palavra de apreço aos Senhores Presidentes de Junta, por todo o esforço, dedicação, também compreensão, e por fazerem parte desta solução, porque sem eles não conseguiríamos levar avante estes trabalhos de prevenção em que o Município de Pombal aposta. Este é o reflexo do investimento que Pombal tem feito ao nível da prevenção, com estes exemplos que a Senhora Presidente de Junta aqui nos trouxe.*

*Ao Dr. João Coucelo, também agradecer as palavras, por realmente nos lembrar o facto de termos celebrado os trinta anos da elevação de Pombal a cidade, obviamente que é um marco importante e um marco histórico para o nosso concelho.*

*Ao Senhor Presidente da Junta do Louriçal, também agradecer as palavras. Realmente, o trabalho, como disse há pouco, no âmbito da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Almagreira, este trabalho de limpeza e gestão das faixas de combustível é um trabalho que não seria possível de cumprir se não fosse esta perfeita articulação com os Senhores Presidentes de Junta e as Senhoras Presidentes de Junta. Não era possível. Senhores Presidentes de Junta, nós estamos a falar de trezentos e seis hectares de limpeza de faixas neste ano de 2021. O Município de Pombal, de maneira alguma seria capaz, estaria capacitado para, de forma isolada, só, conseguisse cumprir com esta obrigação legal.*

*Relativamente à questão que aqui foi trazida, sobre o abate das árvores, os Senhores Presidentes de Junta têm a sua posição, e portanto, a Câmara obviamente respeita a posição de cada um dos Senhores Presidentes de Junta. Mas, em termos pessoais, também não posso deixar de o dizer, até porque sou da Freguesia de Almagreira, e vejo e apercebo-me claramente do trabalho que está a ser desenvolvido na Freguesia de Almagreira – e tenho aqui que dar os parabéns ao Senhor Presidente de Junta, pelo excelente trabalho que está a ser desenvolvido em Almagreira. E pegando nesse trabalho, eu julgo que é muito positivo – volto a repetir, julgo que é muito positivo – perder tempo ao sensibilizar as pessoas para esta necessidade, e qual é o objetivo do abate destas árvores.*

*E portanto, estou convencido, plenamente convencido, de que sensibilizando as pessoas para a importância que é mantermos a gestão das faixas de gestão de combustível na sua plenitude, eu julgo que as pessoas irão compreender. No primeiro ano, se calhar, tínhamos duas freguesias a fazer abate na faixa dos dez metros, hoje temos três, e se calhar, no próximo ano, teremos quatro ou cinco, e se calhar daqui a três, quatro anos, estaremos muito melhor capacitados para o combate do que propriamente estamos hoje.*

*Ao Senhor Rodrigues Marques, agradecer, realmente, esta invocação. Senhor Deputado Rodrigues Marques, agradeço também as palavras, é verdade que finalmente conseguimos concluir a reparação da rotunda do Parque Industrial Manuel da Mota. Diria, como diz o bom português, que não foi um parto fácil, é verdade, nós tivemos aqui uma discussão muito acérrima com a seguradora, tivemos que andar aqui quase a partir loiça para conseguirmos ter aqui uma resposta positiva da seguradora, mas conseguimos, foram praticamente suportados os encargos pelo seguro de responsabilidade civil de um dos veículos que embateu...”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Senhor Vice-presidente, desculpe interrompê-lo, mas tal como prometido, são vinte e cinco minutos que estão passados, e ainda tem muito para responder.”*

### **Pedro Murinho (Vice-presidente da Câmara Municipal):**

*“Senhor Deputado Rodrigues Marques, eu recebi a sua mensagem, relativamente à questão da sinalização vertical e horizontal no local. Mas, Senhor Deputado, quero também informá-lo de que esta nova intervenção que fizemos agora, na recuperação da rotunda do Parque Industrial Manuel da Mota, ela vai ser eletrificada – algo que ela não estava anteriormente – dentro de*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*poucos dias, ela estará perfeitamente iluminada. E se durante a noite havia aqui algum risco, julgo que agora, com a nova iluminação que vamos ter a partir dos próximos dias, julgo que esse risco deixará de existir.*

*Ao Senhor Presidente da Junta de S. Simão de Litém, Manuel Nogueira de Matos, uma palavra também de agradecimento pelas palavras, e pelo agradecimento ao Município pelos trabalhos que tem financiado na variante de Albergaria dos Doze. Esta não é uma aspiração do Município, esta é uma aspiração antiga, acima de tudo da população de Albergaria dos Doze, e apenas nos limitamos, no fundo, a cumprir este objetivo que aquela população já espera há muitos anos. E estamos convencidos que dentro de muito pouco tempo teremos concretizado este investimento que o Município está a fazer.*

*À Senhora Deputada Elisabete Alves, eu até era para fazer esta alusão no início da minha intervenção, mas, realmente – e desculpem também este desabafo – isto já cheira a campanha eleitoral. Se calhar, o facto de o Senhor Presidente, o Dr. Diogo Mateus – que, aliás, devo informar que já está presente na sala, acabou de chegar, mas ele também não vai precisar de mim para responder, mas escusado seria dizer que o Senhor Presidente Diogo Mateus não é candidato. Se calhar, a Senhora Deputada esqueceu-se desse pormenor.*

*E portanto, se estamos a fazer inaugurações, Senhora Deputada, é porque, realmente, temos obra feita, e isso é um pormenor que eu não posso deixar escapar, até porque vivemos um ano e meio em pandemia, e, Senhora Deputada, recorde-se que foram muitas as intervenções que fomos realizando, foram muitas as intervenções que fomos concretizando e terminando, e portanto, estivemos um ano e meio a dar um ar da nossa graça, e no fundo, a dar mostra daquilo que foi o trabalho que fomos fazendo e desenvolvendo ao longo deste último ano e meio.*

*E portanto, Senhora Deputada, aquilo que estamos a fazer é mostrar aquilo que realmente executámos e prometemos ao nosso eleitorado. E portanto, se a Senhora Deputada vem aqui, falando aqui de desenvolvimento económico, e a ausência que tem existido, falando da ausência de investimento na rede de saneamento básico, etc., a Senhora Deputada tem andado realmente muito distraída. Olhe, o Senhor Deputado João Antunes dos Santos, há pouco, lembrou-a que, realmente, só nos últimos dois meses, foram oito lotes que o Município vendeu – oito, Senhora Deputada. E fico-me por aqui. E se se lembrar o número de PME Excelência e Líder que vamos tendo no nosso Município ao longo dos anos, realmente percebe-se a pujança que a nossa economia vai tendo. E obviamente que isto é fruto das próprias empresas, mas também, e desculpem a expressão, também é fruto deste investimento que o Município vai fazendo nos seus parques industriais, e da necessidade de termos cada vez mais lotes disponíveis. E por isso é que temos uma ampliação do Parque Industrial da Guia, neste momento, com projeto já executado, e com uma candidatura submetida, a aguardar financiamento comunitário.*

*Relativamente ao saneamento básico, Senhora Deputada, a senhora deve estar esquecida, realmente, daquilo que a Câmara aqui aprovou. E eu quero lembrá-la, nestes últimos quatro anos são 13.000.000,00 € que a Câmara já investiu em rede de saneamento básico, e em curso estão mais 2.000.000,00 € que a Câmara aprovou na última reunião de Câmara, dois milhões e picos, para a Freguesia da Redinha. E portanto, estamos a falar aqui de um investimento total de 15.000.000,00 €. Eu, se calhar, perguntava à Senhora Deputada, que encontre aqui à volta do Município de Pombal um Município que nos últimos quatro anos tenha investido 15.000.000,00 € na rede de saneamento básico.*

*Gestão local, nota positiva: sim, Senhora Deputada, eu dou nota positiva à gestão deste Executivo, obviamente que dou.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Relativamente à questão do PomBike, para não querer demorar muito, Senhora Deputada, olhe, existe numa cidade que se chama Aveiro, bicicletas de uso partilhado, que eu me recorde, é lá que surgem, não surgem – e desculpem a ousadia, e pedir perdão aos alunos da nossa ETAP – o uso de bicicletas partilhadas é muito anterior, tem mais de vinte anos, e surge em Aveiro, com a Bicicleta de Utilização Gratuita.*

*E portanto, Senhora Deputada, o atual Executivo Municipal, neste mandato, primeiro desconhece que tenha havido algum registo a esse nível, e depois, na nossa Divisão de Urbanismo, não houve entrada de qualquer menção, de qualquer informação, de qualquer cópia seja do que for. O projeto de bicicletas de uso partilhado está inscrito, porque são documentos que já passaram por aqui pela Assembleia, está inscrito no nosso Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), e está inscrito no Plano de Desenvolvimento Estratégico Urbano da Cidade de Pombal (PEDU). Portanto, é um projeto que está financiado pelo Centro 2020, que contempla, entre muitas ações, a criação da rede pedonal e ciclável da nossa cidade.*

*E portanto, o projeto de bicicletas públicas de uso partilhado não foi apresentado agora, foi apresentado em 2017. Aquilo que nós apresentámos foi, no terreno, apresentámos as bicicletas e as estações, e isso incluiu-se no programa de comemorações dos trinta anos da elevação de Pombal a cidade. A apresentação já aconteceu há quatro anos.*

*E portanto, PomBike, Senhora Deputada, para terminar, é uma designação criada no âmbito e na sequência do nosso PomBus, da rede de transportes públicos urbanos de Pombal, e encontra-se registada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial.*

*Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Vermoil, Senhor Daniel Ferreira, relativamente ao processo do projeto do IC2, Senhor Presidente de Junta – e aliás, também foi uma questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Pombal, Dr. Pedro Pimpão – nós já recebemos a aprovação do estudo prévio e anteprojecto do IC2, recebemo-lo há sensivelmente semana e meia. Portanto, neste momento, está a decorrer o projeto de execução, o projetista tem sessenta dias dados pela Infraestruturas de Portugal para a elaboração do projeto de execução. E portanto, Senhor Presidente de Junta, estamos em crer – pelo menos é esse o nosso cronograma – que no final de agosto próximo, o projeto de execução do IC2 estará em condições de ser entregue à Infraestruturas de Portugal. Aliás, deixe-me dizer-lhe, Senhor Presidente, este é um projeto que está incluído no Plano de Recuperação e Resiliência, e as indicações que nós temos da Infraestruturas de Portugal é que esta obra é para lançar impreterivelmente até ao final do ano em curso, no segundo semestre deste ano.*

*Ao deputado André Tasqueiro, já me referi há pouco, fazia aqui referência à questão das vendas dos lotes industriais que o Município aqui fez nos últimos dois meses. Obrigado.*

*À Cláudia Caetano, Senhora Deputada, relativamente à inauguração do Centro de Saúde do Louriçal, agradeço as suas palavras. Senhora Deputada, se persistem os problemas, neste caso com a falta de profissionais de saúde, só há uma coisa que lhe posso dizer: Senhora Deputada, a nós competia-nos criar condições para que, realmente, se possam ministrar esses cuidados de saúde primários, e que sejam de excelência. E qualquer pessoa que vá àquele Centro de Saúde fica sem dúvidas, porque, realmente, essas condições estão criadas. Mas, eu também devo lembrá-la de que as competências nas matérias da saúde ainda são do Poder Central, do Estado. Virão aqui para as mãos do Município, mas ainda são do Estado.*

*Mas, Senhora Deputada, se calhar, e porque a matéria que traz aqui é, realmente, de falta de condições de recursos humanos, falta de planeamento, essas são da responsabilidade do Estado. E, Senhora Deputada, eu tenho aqui – e é importante frisá-lo – eu tenho aqui à minha frente aquele que tem sido o investimento no Serviço Nacional de Saúde nos últimos anos. No último*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*ano em que Pedro Passos Coelho foi Primeiro-Ministro deste país, em 2015, a taxa de execução no Serviço Nacional de Saúde foi de 68%. Em 2019 – e só falo em 2019, não vou falar nos anos anteriores, porque são todos mais baixos – no ano de 2019, o investimento no Serviço Nacional de Saúde foi de 42%. E por aqui me fico.*

*Transportes escolares: relativamente aos transportes escolares, Senhora Deputada, foram auscultados todos os Senhores Diretores de escolas e Agrupamentos, foram rececionados os horários por parte das escolas, foi aprovado em Comissão Municipal de Educação, será aprovado hoje em Assembleia Municipal, e depois será aprovado pela Autoridade de Transportes. Senhora Deputada, mais não lhe consigo dizer.*

*Relativamente aos ATL e Férias Ativas, já respondi.*

*Senhor Presidente da Junta do Carriço, também agradecer as palavras relativamente à Praia do Osso da Baleia e ao Parque de Merendas.*

*Ao Senhor Presidente da Junta de Pombal, Dr. Pedro Pimpão, relativamente ao Eco-Freguesias, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, é com enorme orgulho que nós vimos os resultados do Eco-Freguesias. Esta era uma aspiração também deste Executivo, até porque fazia parte do nosso programa eleitoral, e é com muito orgulho que vimos as treze Juntas de Freguesia a candidatarem-se a este galardão, doze delas viram atribuído o galardão, terceiro lugar a nível nacional, três Juntas de Freguesia com distinção de ouro – Pombal, Louriçal e a União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca – sete freguesias com distinção de prata – Carriço, Pelariga, Almagreira, Meirinhas, Vermoil, Redinha e Vila Cã – e grau bronze, Abiul e Santiago, S. Simão de Litém e Albergaria. Quero apenas dar os parabéns aos Senhores Presidentes de Junta, porque o mérito é todo deles, e das populações que servem. E esta preocupação com as boas práticas ambientais está bem patente neste galardão.*

*Eng.<sup>a</sup> Célia Cavalheiro, eu já lamentei as palavras da Eng.<sup>a</sup> Célia Cavalheiro, não vou perder mais tempo, só lamento, realmente.*

*Senhor Presidente da Junta, também agradeço as palavras.*

*E ao Senhor Deputado João Santos, também agradeço as palavras.*

*Senhora Presidente, peço desculpa pelo atraso, mas compreenda também que as questões foram muitas, e houve necessidade aqui de responder a todos os membros, e a todos os Senhores Presidentes de Junta.*

*Obrigado.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Vice-presidente. Eu sei que, naturalmente, as questões são muitas, e o Senhor, tal como o Presidente, gosta de responder, e bem, a todas as questões que vos são colocadas.”*

### **Pedro Murtinho (Vice-presidente da Câmara Municipal):**

*“Só queria pedir à Senhora Presidente desculpa, mas como já temos entre nós o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Diogo Mateus, que irá aqui agora ocupar o lugar – eu vou passar para a direita dele – será o Senhor Presidente Diogo Mateus.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Com certeza. Muito boa tarde, Senhor Presidente Diogo Mateus.*

*Senhora Deputada Célia Cavalheiro, a senhora sabe como é o funcionamento da Assembleia Municipal. Estamos aqui há quatro anos, e as regras são estas. É claro que os Senhores Deputados, com o devido respeito, apresentam as vossas situações, e muito bem, mas o último a intervir é o Senhor Presidente – neste caso, o Vice-presidente da Câmara, como foi o caso. Depois de o Senhor Vice-presidente da Câmara intervir, mais ninguém intervém.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Vamos, então, passar às **Intervenções do público**.*

*Temos aqui duas cidadãs e um cidadão do nosso concelho, que foram devidamente identificados pelos serviços de apoio à Assembleia Municipal. Passo a apresentar a Senhora Telma Filipa Gaspar Domingues. Faça favor de apresentar a sua situação.”*

**Telma Domingues (Munícipe):**

*“Boa tarde. Cumprimento os presentes, na pessoa da Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e também quem assiste na plataforma.*

*Antes de passar à minha intervenção propriamente dita, gostaria de manifestar o meu profundo desagrado pela forma como a Mesa da Assembleia Municipal conduziu e limitou o meu direito à participação na última sessão ordinária, que se deveu a problemas técnicos, alheios à minha vontade, como bem sabem.*

*Posto isto, Senhor Presidente, o assunto que me traz hoje a esta casa, que se espera ser a casa da cidadania, é a famosa hasta pública da zona industrial da Guia. Não obstante todos os presentes terem sido brindados no vosso e-mail com os vídeos que não foram transmitidos na última sessão ordinária, que acredito os tenho visualizado, pelo menos assim o espero, pode ser pertinente ligar o canal História e relembrar alguns factos, talvez para alguns de vós conhecidos à data de hoje, mas para si, Senhor Presidente, até mesmo familiares. E por isso, espero que, a bem da transparência e do interesse público, confirme ou desminta os seguintes factos.*

*Facto um: na reunião de 15 de março de 2019, onde estiveram presentes os proprietários dos terrenos que deram origem à hasta pública, foi, ou não, mencionado que já existiam várias empresas interessadas, nomeadamente uma francesa e uma norte-americana, e nunca a empresa Lusiaves?*

*Facto dois: foi, ou não, verdade que na reunião supra nunca foi mencionada a intenção de uma hasta pública, mas sim uma operação de loteamento, dado o elevado número de interessados à data.*

*Após este reavivar de memória, chegamos a abril de 2020, ou seja, à hasta pública, que incidiu sobre um polígono com a área de doze hectares, conforme o Anexo II do proponente da hasta pública. Porém, nesse polígono, existe uma parcela de terreno que pertence à minha família. E quando digo que esta parcela de terreno pertence à minha família, afirmo-o convictamente, porque, como o senhor bem sabe, esta parcela não foi comprada ou expropriada pela Câmara, e muito menos doada, Senhor Presidente.*

*Assim sendo, questiono: considera legítimo a Câmara alienar um conjunto de prédios que não comprou na sua totalidade? O que chamar a este tipo de procedimento por parte de um organismo público? Esquecimento? Apropriação ilegal? Ou outro? O primeiro não foi, de certeza, até porque houve um último contacto por parte da Dra. Carla Carrão, no dia 6 de janeiro de 2020, que no decorrer da conversa até me confidenciou duas situações bastante peculiares. A primeira, que a parcela da minha família, mesmo tendo apenas mil metros quadrados em doze hectares, coisa pouca, era necessário ocupá-la; a segunda, que existiam, não um, mas dois terrenos que não estavam a conseguir encontrar os proprietários.*

*Meus senhores e minhas senhoras, a 6 de janeiro de 2020, um mês e 22 dias antes da proposta de procedimento de hasta pública para alienação de prédios rústicos para afetar à construção industrial, era este o ponto de situação. Mas, mesmo assim, o Presidente, cujo cognome deveria ser “o destemido”, ou “o aventureiro”, contra tudo e todos, levou a sua avante, tal não era a pressa de ocupar a parcela, arrastando desta forma a Assembleia para um engodo cujas repercussões, se não forem travadas imediatamente com a anulação desta hasta pública pautada por vícios de forma e materiais, serão prejudiciais para todos nós – para a minha família, mas*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*também para a Vila da Guia, sob pena de se estar a hipotecar o seu crescimento urbano e empresarial.*

*Mas, sabem o que é mais grave nesta história – ou filme, como lhe queiram chamar? É que não praticam esta ação por omissão; foi em plena consciência.*

*Sim, Senhor Presidente, o senhor não tomou esta atitude inocentemente, porque se assim fosse, não tinha vendido o discurso ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia, Gonçalo Ramos, que na semana passada, na sexta-feira, após o questionar uma vez mais, disse que a Câmara Municipal não vendeu o terreno à Lusiaves, e tem conhecimento da sua existência. Mal estaríamos se a Câmara negasse tamanha evidência.*

*Já agora, e a título de curiosidade, se a Câmara não vendeu, fez o quê? Doou? Senhor Presidente, você alienou um polígono. E já agora, não obstante esta última área já se situar em cento e vinte e três mil metros quadrados, face aos cento e vinte mil metros quadrados alienados. Deve ter ocorrido algum milagre da soma, ou da multiplicação, quiçá. Desculpe-me a frontalidade, mas parece-me que o senhor devia rever a disciplina de direito de urbanismo, que deve ter tido no seu percurso académico, ou, quiçá, ter alguma pós-graduação nesta área, pode sempre pedir referências sobre faculdades ao Senhor Vereador Michael António, que é uma pessoa com larga experiência nesta matéria.*

*Senhores Deputados, compreendo que muitos de vós devem estar a questionar-se o porquê de não termos denunciado esta situação logo no início. A razão é muito simples: por um lado, porque acreditamos na boa fé das nossas instituições, e por isso, continuamos a aguardar o contacto telefónico da Dra. Carla Carrão; e por outro, em momento algum nos passou pela cabeça que esta situação pudesse ocorrer aos dias de hoje, por não ser expectável, e muito menos razoável. Mas, infelizmente, parece que começa a ser apanágio desta Câmara – veja-se o caso de Vila Cã, por exemplo.*

*Em face do exposto, e perante tudo o que se acaba de valorar, apelo ao vosso bom senso, solicitando caso assim V. Exas. o entendam, para analisarem o processo da hasta pública de fio a pavio, até para vossa salvaguarda, pois não se esqueçam que os senhores é que autorizaram este negócio.*

*Por último, termino esta minha intervenção com duas notas finais, apelando ao Senhor Presidente que possa esclarecer toda esta situação, a bem do rigor e da transparência, e por fim, questionar os Senhores Deputados se, atendendo ao histórico de todo este processo, não se sentem de alguma forma enganados, porque eu e a minha família sentimo-nos, mas duplamente. Muito obrigada pela atenção disponibilizada, e continuação de uma boa tarde.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada. Passo agora a palavra à cidadã Cidália Maria Silva Marques.”*

### **Cidália Marques (Munícipe):**

*“Boa tarde, Senhora Presidente. Dirijo-me a V. Exa., Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa, Exmos. Senhores Deputados Municipais, Vice-presidente, Vereadores, público, órgãos de comunicação social.*

*Faço das palavras da minha prima as minhas palavras, relativamente à questão do direito à participação e da limitação que foi feita, pela decisão menos boa – faço a ressalva – tomada pela Mesa na reunião de 29 de abril de 2021. E não vou referir mais nada sobre esta situação, porque penso que já foi devidamente escalpelizada.*

*O que me traz aqui é o mesmo assunto, é sobre a hasta pública, e mais precisamente sobre a parcela de terreno que pertence à minha família, mas que está dentro do polígono do terreno que foi vendido em hasta pública à empresa Lusiaves. E o que vos venho dizer é que é com muita*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*tristeza e com alguma perplexidade que vejo alguma inatividade por parte dos Senhores Deputados Municipais, porque toda esta situação é muito preocupante, e acho que talvez se tivéssemos tido toda outra postura, e nomeadamente quem tem o poder de decisão, talvez as coisas pudessem ter sido diferentes, e talvez não estivéssemos agora a falar disto, e pudéssemos estar a falar numa solução.*

*Continuando, o importante aqui é que, efetivamente, houve uma convocatória por via de telefone, feita no dia 15 de março de 2019, para que a minha mãe estivesse presente na tal reunião, juntamente com a minha prima, que a acompanhou, sendo que nessa reunião estariam presentes os proprietários ou os seus representantes, bem como o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, o deputado por inerência Gonçalo Ramos. Foi, na altura, na primeira pessoa explicada toda essa situação, e todos os entraves e limitações que existiam relativamente ao terreno da nossa família. Houve, depois, a continuação do interesse para que esse terreno pudesse eventualmente ser alienado, para que fizesse parte do polígono, para que houvesse um alargamento da zona industrial da Guia – que era essa a pretensão do Município de Pombal. E no dia 6 de janeiro de 2020, a Dra. Carla Carrão contactou novamente, e manifestou o interesse, dizendo e afirmando que existiam dois, e talvez mais terrenos, que ainda não tinha conseguido contactar os legítimos proprietários, e portanto, estavam a tomar todas as diligências, no Município de Pombal, diga-se, para junto das autoridades competentes tentar desbloquear a situação, para que pudessem assim, e de forma legal, terem todos os terrenos, tal como tinha sido referido na reunião, sendo que na reunião nunca se falou numa alienação de mais de doze hectares a uma única empresa. Mas, pronto, essa questão não está ultrapassada, mas está a ser, com certeza, analisada e vista por quem o deve fazer.*

*Agora, o que eu quero deixar aqui assente é que, Senhores Deputados, não só toda esta inatividade, e toda esta indiferença, é lesiva da nossa família, e tudo o que tem sido feito à nossa família, com alguns argumentos e algumas coisas menos boas, do tipo “o terreno estava abandonado”, não, estas pessoas não têm a menor idoneidade para tecer quaisquer argumentos para conseguir salvaguardar e atingir os seus interesses individuais e pessoais. Esta é uma questão.*

*A outra questão é: Senhores Deputados Municipais, eu falo com conhecimento de causa, os Senhores Deputados Municipais, ao tomarem uma deliberação por unanimidade – e só faltou a aclamação – independentemente das questões ideológicas, têm uma responsabilidade partilhada, e isso tem que ser revisto. Eu julgo que ainda estarão a tempo de, cada um – porque vocês são mandatados pela população que vos elegeu; o mandato não é vosso, é da população, e é nessa perspetiva que deveriam também ter tido algum rigor e alguma exigência na consulta do processo de hasta pública. E se o tivessem feito, teriam visto que ela inquina de várias irregularidades e de ilegalidades que devem invalidar esta hasta pública.*

*A questão que se coloca aqui é que o mandato termina, mas a responsabilidade fica; o mandato termina, e a responsabilidade vai ficar. E é lamentável, numa situação destas, que o Município no qual eu nasci, no qual eu cresci, tenha feito e esteja a fazer uma coisa destas à nossa família, por uma coisa tão banal. Eu ainda estou à espera – eu e a minha família – de um contacto da Dra. Carla Carrão. Passado um ano, ainda estamos à espera, a hasta pública já foi feita, já foi alienada a parcela de mais de doze hectares, mas o terreno da nossa família está ali dentro. Então, o que é isto? Foi usurpado, foi furto, apropriação indevida? O que é que chamamos a isto? O que é que os Senhores Deputados diriam se alguém agarrasse numa coisa vossa e levasse*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*para casa, sabendo que não era o proprietário legítimo? Ficavam estáticos, impávidos e serenos?*

*Outra questão que eu quero aqui salientar é a seguinte: todos nós, quer a população, quer quem a representa, tem responsabilidade. Nós vimos aqui, falamos da nossa preocupação, e os Senhores Deputados, de tentarem analisar e ver o que podem fazer, e a Senhora Presidente, e nomeadamente a Mesa, fiscalizar, que é a competência básica e basilar do órgão deliberativo Assembleia Municipal.*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Senhora Cidália Maria Silva Marques, já ultrapassou o tempo permitido para a intervenção do público. Quer concluir, ou acha que demora muito mais?”*

### **Cidália Marques (Municípe):**

*“Eu quero concluir, e já agora, pedia alguma condescendência, dado que a Senhora Presidente não me deixou intervir na última reunião, pedia só alguma condescendência.*

*Pronto, eu vou só dizer mais duas coisas, uma que tem a ver com o deputado por inerência, Gonçalo Ramos. Lamento a sua inatividade e a sua omissão no que respeita a este assunto. Quando veio fazer uma intervenção, pensei que viesse trazer alguma novidade, mas veio falar numa coisa qualquer, que nem faço ideia do que seja. Mais uma vez, não quis saber de nada, e assobiou para o lado.*

*Para o Senhor Presidente de Câmara, lamento, Senhor Presidente, que o senhor continue a ser indiferente relativamente a este assunto. Estamos abertas ao diálogo, como estávamos há um ano atrás, Senhor Presidente, não somos nós que temos que ir ter com a Câmara, nem com o Presidente; é o Senhor Presidente que tem que vir falar connosco. Estamos abertas ao diálogo, mas não demore muito tempo, porque o seu mandato está a acabar.*

*E já agora, Senhor Presidente, terá sempre o nosso apoio, até porque o Senhor Presidente, e nós, na Vila da Guia, terá todo o carinho e o apoio a prestar, porque o senhor fez tudo o que podia pela Vila da Guia. Mas, lamento imenso que nada tenha sido feito, e que o que fez, fê-lo mal e de forma ilegal.*

*Disse.*

*Muito obrigada, Senhora Presidente, e continuação de bons trabalhos institucionais.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhora Cidália Maria da Silva Marques.*

*Só tenho a dizer o seguinte: enquanto representante máxima deste órgão, a Senhora Cidália Maria da Silva Marques, parece-me a mim que por várias vezes se referiu aos deputados municipais – ao Senhor Presidente de Junta, neste caso – e eu tenho a dizer-lhe o seguinte: eu exijo, enquanto estiver aqui, o respeito pelos deputados municipais que aqui estão, pelos Presidentes de Junta, pelo Senhor Presidente de Câmara, pelos Senhores Vereadores de todos os Partidos políticos, pois cumprindo-se as regras da democracia do meu país, todos nós aqui presentes fomos eleitos por cidadãos no livre exercício de uma cidadania plena e ativa. Muito obrigada, disse.*

*Dou agora a palavra ao Senhor Jorge da Silva Mendes Ferreira, se faz favor.”*

### **Jorge Ferreira (Municípe):**

*“Jorge da Silva Mendes Ferreira, morador da Aldeia do Vale, peço a palavra para falar sobre o seguinte:*

*Exmo. Senhor Presidente, a Rua Laje da Moca, situada na Aldeia do Vale, juntamente com mais algumas ruas situadas na mesma aldeia, encontram-se à espera de um pavimento condigno já há mais de uma década. As restantes ruas desta aldeia encontram-se devidamente pavimentadas,*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*mas, inexplicavelmente, um total de três ruas ficaram somente com pavimento em tout venant. Este facto tem causado grande transtorno aos moradores, devido à constante deformação do pavimento causada pelas chuvas e pela enorme dificuldade de circulação devido à acentuada inclinação. E como é fácil imaginar, numa estrada em terra batida, todos os veículos perdem a aderência, e a conseqüente dificuldade de sair desta rua.*

*Foi anunciado na comunicação social que ainda este ano as obras estariam para avançar. Venho, portanto, questionar este Executivo sobre qual é o ponto de situação em que se encontra este caderno. A obra já foi a concurso público? A obra já se encontra adjudicada? Onde é que podemos encontrar as publicações das mesmas, para que os cidadãos possam legitimamente acompanhar o andamento da obra?*

*Muito obrigado pela atenção.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada. Dou agora a palavra ao Senhor Presidente Diogo Mateus. Faça favor, Senhor Presidente.”*

### **Presidente da Câmara Municipal:**

*“Muito obrigado, boa tarde a todos.*

*Eu fui aproveitando a circunstância de também poder ir ouvindo algumas das declarações, enquanto estive no Conselho da Região, e portanto, peço aos Senhores Deputados desculpa por, se calhar, devido a algum erro de comunicação, não terem sido devidamente informados dessa circunstância, mas também vos peço que não tirem imediatamente as conclusões de que “foi tratar de interesses pessoais”, ou de que “desconsidera o concelho porque não está cá”. As senhoras têm todas uma língua um bocadinho solta demais, e afiada, e ficam logo postas em termos que são, para mim, um bocadinho preocupantes. Mas, pronto, já passou.*

*Sobre este conjunto de intervenções que acabámos de fazer, eu queria começar por fazer uma pergunta simples, quer à Eng.<sup>a</sup> Telma – que eu conheço porque foi candidata do Partido Socialista à Junta de Freguesia, creio eu, há quatro anos, ou há oito anos, contra o Eng.<sup>o</sup> Manuel Serra, creio que foi candidata. Portanto, é uma pessoa que me conhece, e até acho estranho que não tenha tido ocasião de vir aqui falar comigo, e o mesmo acontece com a D. Cidália Maria, que é prima da Telma Domingues, como aqui soubemos.*

*Bem, se o Município não comprou um prédio, não o vendeu. Senhores Deputados e caras cidadãs, se o Município não comprou o prédio, não o vendeu. E portanto, o que eu acho que é razoável é, primeiro que tudo, se as senhoras nos conseguirem identificar, ou trazer o mandato, que em nome da proprietária que tem o prédio inscrito em seu nome, Maria Olinda da Silva Domingues, e que, efetivamente, a possam representar, ou um advogado com a respetiva procuração, nós podemos conversar sobre estes assuntos de carácter mais privado – porque é a compra e a venda. Sobre o processo de hasta pública, falaremos sempre. Sobre esta questão da aquisição, sobre as extremas, sobre todas essas conclusões que as senhoras tiraram, sem nunca ter falado com ninguém – muitíssimo precipitadas, aliás, no meu entendimento – verão com muita facilidade que, de facto, se o Município não comprou, o Município não vendeu, até porque a hasta pública que foi aprovada pela Assembleia Municipal, uma das áreas que estava bem explícita era que o Município ia vender aqueles artigos rústicos todos que lá estão discriminados, e que quem fizesse a aquisição teria que os unificar. É isso que está nas condições da hasta pública, que foram aqui discutidas e aprovadas por todos.*

*Por outro lado, também vale a pena, nesta altura, perguntarmos, porque é que o Município comprou todas as propriedades nuas, sem qualquer tipo de ocupação, nomeadamente florestal, se as senhoras, em representação e com mandato desta vossa familiar, se há mais de um ano,*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*algumas destas propriedades – não sei onde é que é a desta senhora – se os senhores foram falar com os proprietários que andaram a cortar a madeira antes de fazerem a entrega dos prédios ao Município, e se falaram com eles, e se chamaram até a Guarda Nacional Republicana, porque estavam, de facto, a cortar as árvores, e elas, se calhar, sendo vossas, ou de quem vocês dizem representar, com certeza que precisavam dessa proteção jurídica. Eu não tenho ideia de que isso tenha acontecido com nenhum dos vinte e cinco, vinte e seis, vinte e sete proprietários (julgo eu) que eram os donos de toda aquela área.*

*Por outro lado, deixem-me dizer-vos também, se as senhoras, uma vez que não quiseram vir falar, e acham que o Presidente da Câmara, ou que os serviços da Câmara é que têm que ir falar convosco, repare, eu não tenho ideia de que as senhoras estejam mandatadas para representar quem quer que seja. E portanto, não fiquem à espera que o Município vá procurar alguém que se diz representante de quem quer que seja, e que eventualmente até possa querer fazer uma venda e receber um valor de um prédio que não pode pura e simplesmente representar. Nem o Presidente da Câmara fará negócios com essas pessoas, nem o Conservador fará qualquer tipo de registo, nem o Notário fará qualquer escritura. E portanto, as coisas têm que ter aqui algum formalismo jurídico.*

*Mas, como digo, essa questão mais privatística, mais da relação entre o Município, comprador, e o vendedor, será tratada no recato que justifica. As matérias que dizem respeito ao interesse público devem, de facto, avançar. Se as senhoras estão com esta iniciativa, a esgotar os meios que a Lei deixa à vossa disposição, o apelo que eu vos faço – se me permitem, não quero abusar da minha confiança com nenhuma de vós, mas a sugestão, se as senhoras acham que, efetivamente, o prédio vos foi subtraído, de alguma dessas formas criativas que vieram aqui dizer, eu acho que as senhoras devem acionar o Município de Pombal imediatamente – imediatamente – e devem dizer que estes senhores, e eu em concreto, se apoderaram ilegitimamente de um prédio, venderam-no, e a Câmara recebeu o dinheiro da venda e não pagou a quem o tinha que comprar. Façam isso, para que os tribunais possam manifestamente avaliar de direito aquilo que as senhoras dizem, as conclusões precipitadas que tiram, o mau nome que dão às pessoas, os epítetos que acham que são dignos para quem, na mesma palavra, ou na mesma frase, as senhoras exaltam a importância dos representantes do interesse público, mas não fazem nenhum tipo de cerimónia em classificar abusivamente, tirando conclusões precipitadas, indignas, que põem em causa a idoneidade dos membros desta Assembleia, dos membros da Câmara, do Presidente da Câmara, de toda a gente – porque agora a moda é esta, insultar, tirar conclusões, ser malcriado, ser inconveniente. Mas, acha que é o caminho certo para resolver o assunto? Não sou eu, com esta idade, nem as senhoras, com essa, que vão aprender. Se acham que esse é o caminho, façam o favor. O que é que eu posso dizer mais do que isso? Não posso dizer mais nada. Se o terreno está lá, se o terreno é vosso, faço-lhe a pergunta: vão vender agora? As senhoras estão dispostas, e têm título suficiente, estão mandatadas para poderem fazer essa venda ao Município? Façam o favor. As senhoras sabem onde é que é o terreno? Esse é que é o vosso problema, é que as senhoras nem sequer sabem onde é o vosso terreno.*

*E portanto, provavelmente não têm mandato – e se tiverem, peço-vos desculpa, não o apresentaram, não disseram que estão aqui a representar esta senhora, que julgo que se ausentou da Guia há mais de vinte e cinco anos, e que ninguém sabe onde é que está, e as senhoras também não disseram que estão aqui porque a vossa tia, ou a vossa avó, ou a vossa prima, que está em França há vinte e cinco anos, vos pediu para a representarem. E vêm falar*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*aqui desse interesse difuso – respeitável, mas difuso – que é “a família”. Mas, quer entidade mais polémica a discutir propriedades e heranças do que a família? Se calhar, não tem.*

*Portanto, tem que haver aqui título, tem que haver essa legitimidade. E portanto, esse é um caminho que tem que ser resolvido, e será, com certeza. Percebo que seja bastante mais conveniente para as senhoras fazerem esta discussão em sede da hasta pública, e como há pouco disse a Senhora D. Cidália, de invalidades que anulem a hasta pública. Mas, repare, os tribunais existem precisamente para isso, e acho que os senhores os devem utilizar sem receios. Façam o favor, essas responsabilidades, como muito bem disse, cá ficam, e os que tomaram as decisões também as levam. E portanto, se tem essa convicção e se sente efetivamente perturbada, e tem legitimidade para reclamar, e acha que não há outra forma de o fazer, vá pela via judicial, que é para isso que os tribunais servem.*

*E portanto, não tenho nada mais a acrescentar sobre este assunto, porque, de facto, nos termos em que o colocou, é o caminho possível.*

*Ao Senhor Jorge da Silva Mendes Ferreira, relativamente à Rua da Laje da Moca, não é apenas a Rua da Laje da Moca no Vale, é a Travessa das Lajes, é a Rua da Pocinha, e a Rua Laje da Moca. Em qualquer um dos casos – até porque eu fui Presidente da Junta de Pombal, e estes prédios são todos na Freguesia de Pombal, e portanto, quando há pouco fez a referência de há mais de uma década, tem razão, eu já fui Presidente da Junta de Pombal há quase vinte anos, e já na altura se falava, de facto, desta necessidade. Esse procedimento está medido, está com a informação de despesa preparada, está a aguardar apenas que a contabilidade nos faça a respetiva cabimentação, está identificado o preço base, que são 33.823,00 €, e está aqui prevista a consulta a treze empresas, para que possam executar estes trabalhos no prazo de noventa dias. E portanto, ainda bem que me dá a oportunidade de poder dizer que, de facto, este pedido, e esta realização está já com um nível muito elevado de maturidade, e espero que no mês de julho, o mais tardar no mês de agosto, - haja empreiteiros – nós possamos fazer a adjudicação desta obra, e ficarmos aqui também com esta situação resolvida.*

*Senhora Presidente, Senhores Deputados, era tudo. Muito obrigado.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Presidente.”*

### **Ponto 2. Período da ordem do dia:**

***Ponto n.º 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.***

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Senhor Presidente de Câmara, quer apresentar os temas aqui abordados, ou quer que os Senhores Deputados se inscrevam, caso queiram, e depois o senhor responde?”*

**Presidente da Câmara Municipal:**

*“Não, eu responderei se os Senhores Deputados tiverem alguma dúvida.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Vamos às inscrições. Quem é que se quer inscrever neste ponto? Ia pedir aos Senhores Deputados e aos Senhores Presidentes de Junta que, quando fizessem a sua intervenção, usassem da vossa capacidade de síntese, referindo-se a cada um dos temas sobre os quais vão intervir. Senhora Deputada Cláudia Caetano, dou-lhe a palavra.”*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

**Cláudia Caetano (NMPH):**

*“Muito obrigada. Eu vou ser breve.*

*Quero deixar apenas uns apontamentos. Relativamente ao Ponto n.º 2.1, questionar a razão pela qual a Piscina Municipal reabriu, e o mesmo não aconteceu com a piscina do Lourçal.*

*Depois, no Ponto n.º 1.2.2, da Juventude, relativamente ao Encontro Municipal da Juventude, no qual eu tive a oportunidade de participar como membro do Conselho Municipal da Juventude, posteriormente foi feito pelos elementos participantes um plano de ação, perguntar se esse plano já foi tido em consideração pelo Executivo.*

*Depois, um outro ponto, relacionado com a Divisão de Águas e Saneamento, referir apenas que eu tive conhecimento que alguns municípios contactaram o serviço de águas e saneamento para comunicar ruturas de água ou problemas com ramais, e que esses problemas demoraram mais de um mês a serem reparados. Portanto, há que ser célere na resolução destes problemas.*

*Finalmente, no Ponto n.º 8.2, relativamente ao investimento, quero destacar positivamente a venda de seis lotes na zona industrial do Lourçal, por parte do Município, que eu espero que se traduza na criação de mais postos de trabalho e num maior desenvolvimento económico para esta freguesia.*

*É tudo. Muito obrigada.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhora Deputada Cláudia Caetano.*

*Senhora Deputada Célia Cavalheiro, faça favor. Refira-se, por favor, à página e ao tema que vai abordar.”*

**Célia Cavalheiro (BE):**

*“Senhora Presidente Fernanda Guardado, há pouco, eu não queria responder ao Vice-presidente; eu queria defender a honra, porque a deputada Liliana disse inverdades.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Senhora Deputada Célia Cavalheiro, estamos no Ponto n. 2.1.”*

**Célia Cavalheiro (BE):**

*“Eu preciso de defender a honra, porque me impediu no PAOD, e deixou todos defender a honra, menos a mim. E eu agora estou a pedir-lhe que me deixe defender a minha honra.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Senhora Deputada Célia Cavalheiro, a Mesa não viu, em nenhum ponto da intervenção da Senhora Deputada Liliana Adelina Silva, que a sua honra fosse afetada.”*

**Célia Cavalheiro (BE):**

*“Eu já lhe disse que a minha honra é minha.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Dou a palavra agora ao Senhor Deputado Manuel António, se faz favor.”*

**Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):**

*“Boa tarde, Senhora Presidente, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, caros companheiros de Bancada e demais deputados.*

*Antes de mais, felicitar a cidade de Pombal pelos trinta anos.*

*E, de certa forma, apresentar aqui uma preocupação que se mantém – Senhora Presidente, eu vou falar da pág. 89 e 90, que tem a ver também com a zona industrial. E depois das intervenções destas cidadãs da Guia, relativamente à questão do terreno na zona industrial da Guia, eu acho que a Assembleia Municipal vai estar perante uma situação equivalente àquele negócio que a Assembleia Municipal permitiu que fosse feito pela Câmara Municipal, para a compra de*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*terrenos na zona industrial do Parque Manuel da Mota à Corbário, e que depois tivemos que reverter o processo.*

*Eu penso que a minha posição é conhecida, em relação à localização que foi escolhida para colocar este investimento da Lusiaves. E a primeira pergunta que eu tinha para fazer ao Senhor Presidente da Câmara era exatamente essa: Senhor Presidente de Câmara, já encetou algum processo negocial com vista à realocização da Lusiaves, atendendo, como tem tido conhecimento, à contestação, à preocupação, e o senhor também reconhece que a implantação de uma unidade industrial, sete vezes e meia, ou quase, o tamanho da Expo Centro, em que do lado de cá, depois da estrada, seria zona urbana, vai pôr em causa o crescimento da Vila da Guia, em que no primeiro dia em que o senhor estará a meio tempo, no dia 1 de julho, esta quinta-feira, comemorará dezoito anos de elevação a vila – penso que não há nenhuma cerimónias previstas, mas isso também é pouco importante para a minha intervenção. Em síntese, já encetou algumas negociações?*

*Relativamente ao Lote 5B, que está referido na pág. 98, era só questionar a alienação do Lote 5B, a que empresa é que terá sido feita.*

*E em relação à pág. 90, que fala da variante da 109 à A17, se porventura durante o mandato foram adquiridas mais parcelas de terreno, e qual é a situação das negociações, e se a obra – nunca encontrei aqui a obra, em termos de lançamento a concurso – qual será o valor da obra, e quando é que preveem terminar.*

*De qualquer forma, acho que os deputados perceberam que, no início da sessão, não se permitiu aos Líderes de Bancada decidir, ou não, avançar com uma comissão de acompanhamento, mas eu penso que ela fará todo o sentido num futuro próximo, e foi pena que essa sugestão viesse da população, e que poderia já estar a acontecer desde junho do ano passado, um acompanhamento, porque penso que é nosso dever, tal e qual como fizemos noutras situações, seja nos contratos de associação dos colégios do Lourical, Albergaria, de outras situações em que a Assembleia Municipal soube estar unida na defesa de algumas questões, aqui atender e querer perceber as preocupações, naquilo que é a preocupação da população relativamente à localização, principalmente da instalação desta unidade industrial. Tenho dito.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Almagreira, Humberto Lopes.”*

### **Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):**

*“Obrigado, Senhora Presidente. Cumprimento o Senhor Presidente de Câmara, que não tinha cumprimentado há bocado, porque ainda não tinha chegado.*

*Também vou ser breve, vou começar aqui pela educação, pág. 18, também já aqui foi referido, mas eu queria enaltecer, e queria reforçar esta aposta na educação que o Município uma vez mais está a fazer, na questão das refeições gratuitas para todos os alunos dos jardins de infância, o ensino pré-escolar, porque só desta forma – e nós, nas freguesias, somos parceiros do Município na questão dos almoços, na questão do ATL, que também já foi aqui falada, na própria questão dos enquadramentos, e é uma mais valia, sem dúvida nenhuma, para as nossas famílias. E os Censos de 2021 irão provar isso certamente, que esta baixa na demografia será certamente porque as famílias não terão os apoios que deviam ter. E este apoio, na minha opinião, é um apoio muito importante, isto vem numa senda de outros apoios que o Município, em anos anteriores – refiro aqui, por exemplo, o ano de 2019/2020, em que já se participava a 100% as refeições dos alunos dos escalões A e B e famílias numerosas, já para o 1.º ciclo. Depois, no*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*ano letivo 2020/2021, a comparticipação também a 100% do valor das refeições para todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico. No fundo, esta é mais uma medida, e que, na minha opinião, visa exatamente isso, uma medida concreta para ajudar os pais e as mães, para não poderem ter desculpa, para poderem ter ali uma ajuda e dizerem que podem ter mais filhos, porque têm um Município que se preocupa com eles.*

*E eu puxo aqui um bocadinho a brasa à Freguesia de Almagreira, porque é uma das lacunas que temos, e temos sentido essa procura a nível da creche. Nós não temos, infelizmente, uma creche, nem pública, nem particular na freguesia, temos esse projeto da Assanha da Paz, e eu refiro aqui o exemplo da Batalha. A Batalha conseguiu implementar uma creche municipal, penso que entrará agora em funcionamento neste próximo ano letivo, e é um desafio que eu lanço aqui ao Município, era um dos nossos grandes objetivos, o edifício já existe, aproveitamos o edifício que existe na Assanha da Paz, o Polo Escolar da Assanha da Paz, em que atualmente só funciona o jardim de infância, mas que tem todas as condições – está junto ao Parque Manuel da Mota, que também já aqui foi falado, é o maior parque industrial do concelho – e que certamente daria muito apoio a todas aquelas famílias que trabalham naquelas empresas.*

*Portanto, este é o primeiro ponto, a educação, uma nota positiva.*

*Na saúde, pág. 73, para dar aqui uma nota muito positiva aos profissionais de saúde da nossa Unidade de Saúde Pública de Pombal. Tive oportunidade de ser vacinado, de tomar a primeira dose, e percebi perfeitamente as sinergias que existem com o Município, com os funcionários do Município, a infraestrutura do Município, todo aquele enquadramento que é dado ali, no fundo, demonstra uma normalidade, uma tranquilidade a quem tem que se deslocar àquele serviço. Os profissionais de saúde de Pombal, da Unidade de Saúde Pública do Município, estão de parabéns, na minha opinião – e vemos outros exemplos de outros Municípios, se calhar até mais ricos, ou com outra dimensão, e infelizmente não corre tão bem. E Deus queira que corra muito bem.*

*A nota negativa que eu tinha aqui, a Cláudia Caetano já referiu aqui, e eu já o tenho dito muitas vezes, em várias Assembleias, que muitas vezes não interessa ter edifícios de milhões. Ou seja, o que se passa neste momento no nosso país é os recursos humanos, ou seja, em várias áreas, e na área da saúde, infelizmente, continuamos com este problema. Enquanto não percebermos que o problema dos recursos humanos é o fundamental, enquanto houver falta de recursos humanos, dos médicos, enfermeiros, auxiliares, vamos continuar a ter este problema nas nossas freguesias, no nosso concelho, e noutros. Portanto, é uma nota também aqui, mas aí está, como dizia o Vice-presidente, há bocadinho, é uma área, os recursos humanos nos Centros de Saúde, que ainda não é uma competência do Município – neste caso, é o Governo que está a falhar nesta matéria. Depois, pág. 23, aqui a nível de transportes, que é um desafio, um desafio que eu também lanço, que já se falou no bike sharing das bicicletas, o Município consultou as Juntas de Freguesia também nesta matéria, penso que todos nós indicámos já locais para colocar bicicletas, porque aí está, um concelho Eco, com Eco-Freguesias, com Eco-Escolas, também tem que ter esta preocupação. Temos outros países da Europa, até com climas muito menos propícios, muito menos agradáveis para andar de bicicleta do que o nosso, e que é só perceberem que, efetivamente, os alunos vão para as escolas – em França, na Bélgica, na Holanda – de bicicleta. Nós aqui, nas nossas aldeias já o fomos – quando eu ia para a escola primária, ia de bicicleta. Portanto, é um desafio que eu lanço para o futuro, ou seja, que este projeto que atualmente está na cidade de Pombal seja replicado também nas sedes de freguesia, porque, sem dúvida, temos de caminhar – aí está, a tal pegada ecológica – e passar para meios de transporte cada vez mais amigos do ambiente.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*E no fundo, é esta palavra também de agradecimento ao Município por continuar a acompanhar a evolução, e as carências que vão sendo sentidas pela nossa população, de não se fechar e perceber as necessidades, ir acompanhando – e lá está, também um desafio à população, porque também não invalida, tendo as bicicletas, que as pessoas adiram; ou seja, isto vai ser um trabalho que todos nós, que quem está no terreno e tem essas valências, que vá cultivando também nas escolas e nas famílias.*

*Por último, também tinha este ponto aqui, que já foi mais do que abordado, a questão da floresta. Eu falei do BUPi, há bocadinho, porque era uma área, que já se percebeu, de cadastro. Não havendo cadastro, temos vários problemas – de quem é a propriedade, de quem não é a propriedade, e onde é que está a propriedade – que é outro problema, onde é que ela está, efetivamente. Mas, para dar aqui uma nota positiva também ao Município, muito positiva, que é a questão dos sobrantes. Ou seja, todos nós nos deparamos com depósitos de sobrantes, são aqueles resíduos provenientes da exploração florestal, que alguns madeireiros se esquecem de levar – esquecem-se porque não tem rentabilidade económica, ou porque estão muito longe das centrais de biomassa, ou porque não são rentáveis para fazer o transporte. E o Município, e bem, tomou a iniciativa e anda a colocar, e colocou – e o serviço de fiscalização também está a fazer um excelente trabalho – editais junto a cada um desses montes. Ou seja, pelo menos avisa e dá um prazo aos pseudo proprietários desses montes de resíduos, que assim que o tempo aquecer, serão um perigo, e têm sido uma fonte de ignição para incêndios florestais. Nesse aspeto, o Município tinha uma solução, que era não fazer nada, e tem a outra, que é fazer e sujeitar-se às críticas, como nós nos sujeitamos na questão do cumprimento de uma Lei, Lei n.º 124/2006, que alguém instituiu. Todos nós temos a nossa opinião, mas, de facto, é uma Lei, e enquanto não houver outra Lei – porque todos nós estávamos à espera de uma reforma da floresta, e então, desde 2017, estamos à espera de uma reforma estrutural, que desse aos proprietários uma potencialidade das árvores que têm nos seus terrenos, mas, infelizmente, desde há muito, e até à data, não temos essa reforma, e temos que nos ir governando com as Leis que temos, com as lacunas que as próprias Leis têm – e há vários juristas que sabem melhor disso do que eu. No fundo, quem está no terreno, com as ferramentas que temos, tentamos fazer o nosso melhor, e tentamos, como é óbvio, cumprir a Legislação em vigor.*

*E da minha parte, é tudo. Obrigado, Presidente.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Obrigada, Senhor Presidente. Vou agora dar a palavra ao Presidente José Manuel Marques, do Lourçal, se faz favor.”*

### **José Manuel Marques (Presidente J.F. Lourçal, PPD/PSD):**

*“Muito obrigado, Senhora Presidente.*

*Queria aqui falar num tema – sei que a Cláudia Caetano, a colega deputada municipal, e também moradora nesta freguesia, trouxe aqui um tema, e não seria justo se eu não esclarecesse aquilo que está, porque se alguém está desde a primeira hora no terreno a defender esta causa, posso dizer que o fiz com amor à causa, e na certeza de que o tempo vai dar razão àquilo que está feito. É preciso esclarecer a Cláudia que ontem a polícia, a GNR, foi chamada ao Centro de Saúde. As coisas, por vezes, ditas desta forma, é preciso esclarecer a verdade. Eu estive presente quase durante toda a manhã naquele Centro de Saúde, a senhora que esteve ali e que originou a vinda da GNR ao Centro de Saúde é uma pessoa a necessitar de internamente compulsivo, com diagnóstico muito grave de dependência, que está a ser acompanhada pela comissão social, pela Junta de Freguesia, um acompanhamento muito rigoroso, e infelizmente já estive internada várias vezes, e que, por muita força de vontade, não se conseguiu evitar que isso acontecesse.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Aquilo que digo é o seguinte: todos os dias tento procurar arranjar uma solução melhor, falando com as pessoas competentes. Estive em silêncio até agora, e falo porque não quero que a imagem do Centro de Saúde e das pessoas que represento fique denegrada, e não quero também que digam que os utentes do Louriçal são uns arruaceiros. É preciso perceber que as coisas não se fazem assim. Se há coisa de que o Louriçal se devia orgulhar, e não falar mais neste tema, é a obra. A obra, parabéns ao Senhor Presidente da Câmara e à Câmara Municipal, e Deus queira que este modelo siga para o concelho. É isto que eu falo, enquanto Presidente de Junta, esta obra foi feita, e foram os dinheiros municipais que entraram em primeira mão, não foi a tutela do Estado; foi o Senhor Presidente da Câmara, foi a população que disse “nós queremos melhor saúde”, e isso aconteceu. Esta obra está projetada para o futuro, e tem as condições para receber os profissionais de saúde. Agora, como numa empresa, mesmo que sejam dez profissionais de saúde, se não houver organização, nada funciona. E o que o Centro de Saúde precisa hoje – e não só hoje – é de um coordenador a tempo inteiro, porque por muito que a Senhora Coordenadora tenha capacidade, só vem à terça-feira ao Louriçal. Como é que se consegue? Cada um manda para o seu lado? Não há hipótese.*

*O Senhor Secretário de Estado esteve, no dia 30 de abril, na inauguração do Centro de Saúde. E no meu discurso, que não foi inventado, o desafio que eu lhe disse foi precisamente esse: só as instalações novas, não chega, mas são a solução para o curto e longo prazo. O Louriçal merece, o povo merece, como qualquer cidadão do Concelho de Pombal merece melhor saúde. E é assim que a Câmara Municipal de Pombal está a articular o sistema de saúde. E com certeza que eu e os meus colegas Presidentes de Junta vamos tentar fazer o nosso melhor.*

*O que não pode acontecer é que, depois, as pessoas, por vezes – e eu não estou aqui a falar da colega Cláudia Caetano, que fez muito bem em referir este caso, que nos alarma a todos, mas que, realmente, é preciso dizer: a tutela da saúde tem que, de uma vez por todas, colocar médicos...”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Senhor Presidente, desculpe interrompê-lo, mas eu gostava que falasse sobre a informação do Presidente da Câmara, se faz favor.”*

### **José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):**

*“Eu vou falar, mas só queria aproveitar, Senhora Presidente, a oportunidade de esclarecer este assunto que também não é favorável, e termino.*

*Eu estou convencido, não culpando ninguém que trabalha no Centro de Saúde, que é preciso alguém que ajude e coordene, para que tudo funcione bem. A obra está lá, o investimento está lá, e estou convencido de que esta obra será o passo seguinte para o bom funcionamento da saúde no Louriçal, e não só, que também vai acontecer no concelho.*

*Depois, também dizer aqui uma questão, que tem a ver com as piscinas do Louriçal. Com certeza, as Piscinas Municipais abriram, queria saudar, porque a quem compete dinamizar as piscinas do Louriçal é à Associação do Louriçal, que este ano não se mostrou disponível. Eu tenho estado em contacto com o Senhor Presidente da Câmara e com o seu Executivo, no sentido de programar para que no próximo ano, em setembro – e não só, também com o Instituto D. João V, a Dra. Patrícia Carvalho, que está ali, sabe disso, a Diretora Pedagógica, e os próprios donos do Instituto sabem que o interesse existe, porque isto são as piscinas do oeste do concelho, e que servem uma grande região. Portanto, eu tenho a certeza absoluta que este protocolo vai continuar, e que as piscinas do Louriçal são indispensáveis, e em setembro já há vontade de a Associação do Louriçal voltar a fazer a prática da natação aqui.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Também só para terminar, dizer que nesta, como noutras, o Município tem feito o seu possível, e acho que fez muito. Se calhar, não fez tudo o que nós queríamos que fosse, mas, na verdade, se há alguém que aqui tem falhado, o Estado não tem estado da melhor forma para com o Louriçal, temos pena. Só deixava o apelo para que pudesse olhar de outra forma. Nós temos um potencial de crescimento, nós temos uma zona industrial que está a ser valorizada, que está a ser pretendida por muitos empresários, e aqui está a prova disso, a Câmara Municipal asfaltou aquela via, deu melhor qualidade, nós temos condições na área da saúde, na área da educação, e vamos aos sítios certos, vamos falar com as pessoas certas, e levamos essa vontade. Até pedimos à Assembleia Municipal que nos ajude, e bem, e os deputados todos estiveram de acordo. Depois, falha nas decisões do Estado, porque se ignora, dizem, e muito bem, que o Presidente da Junta é a pessoa mais próxima das populações, que deve ser valorizado como tal, mas depois, afinal de contas, daquilo que se pede, nada disso é aceite.*

*Portanto, queria deixar aqui também um tempo de paciência, de resiliência, e acima de tudo de vontade. Nós havemos de conseguir provar às pessoas que não estão perto de nós que, realmente, melhorámos em alguns pontos, e que nós lutaremos sempre por uma melhor qualidade de vida das pessoas, e eu, especialmente, pela Freguesia do Louriçal. Muito obrigado.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Presidente José Manuel Marques. Para finalizar, dou a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vermoil, Daniel Ferreira, se faz favor.”*

### **Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):**

*“Mais uma vez, boa tarde, e em especial ao Senhor Presidente, Dr. Diogo Mateus.*

*Dar nota apenas de três pontos que estão nesta atividade, na pág. 18, e para não demorar muito, se o meu colega Humberto Lopes permitir, vou fazer minhas as palavras dele, é de extrema importância esta iniciativa da Câmara de não cobrar às crianças do pré-escolar as refeições, acho que vai dar aqui um “élan” muito grande a estas crianças, que os pais sentiam esta diferença entre o 1.º ciclo e a pré-primária, haver esta diferença, e é de extrema importância conseguirmos ter tudo por igual, e acho que é de louvar.*

*Dar nota, aqui na pág. 68, o corredor ribeirinho, tenho estado a acompanhar o desenvolvimento do projeto, e dar nota de que isto vai ser, efetivamente, um “game changer” no que diz respeito à proteção do rio, porque nós vamos poder ter os nossos Pombalenses todos a passear junto ao rio, e a conseguirmos vigiar e aproveitar o nosso Rio Arunca. Obviamente, peço que prolonguem o mais rapidamente possível até Albergaria, porque acho que é fundamental.*

*Dar aqui os parabéns também à Câmara por estarmos a desenvolver e a dar seguimento ao projeto das ruínas de Telhada, são construções que nós temos que preservar, e que, no estado em que estão neste momento, poderemos vir a perder. Mas, estou certo de que a Câmara vai querer dar seguimento a este projeto, para que consigamos ter ali um ponto de turismo e de visitas constantes à Freguesia de Vermoil.*

*Muito obrigado. Era só.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Presidente da Junta de Vermoil. Dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, Diogo Mateus, se faz favor.”*

### **Presidente da Câmara Municipal:**

*“Muito obrigado, Senhora Presidente.*

*À Senhora Deputada Cláudia Caetano, relativamente à questão da piscina do Louriçal, parece-me que as explicações do Senhor Presidente da Junta são inequívocas, o Município mantém o*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*propósito de assegurar o funcionamento das piscinas, de modo a que a população daquela zona do nosso concelho possa contar com esse recurso. Evidentemente que precisaremos sempre de ter o suporte dos clubes, mas compreende-se que num ano de pandemia haja mais dificuldade, e sendo também a escola o local onde está a respetiva instalação, que também possa haver alguma maior dificuldade do que a Piscina Municipal, que tem recursos próprios, pagos pelo erário público, para poder funcionar da melhor maneira possível.*

*Sobre o plano de ação da juventude, ele vai ter que ser, primeiro que tudo, apreciado no próximo Conselho Municipal de Juventude. É o sítio certo para ser apreciado, é no âmbito do Conselho que ele se constrói, e é no âmbito do Conselho que o plano também terá que ser aprovado. E portanto, uma vez que está lá, terá ocasião de poder apreciar e conhecer o respetivo plano de ação.*

*De facto, o Louriçal teve um incremento de procura nos últimos tempos, e ficamos muito satisfeitos com isto. Estou certo que também a requalificação que fizemos na Rua da Murtinheira, e o trabalho importantíssimo desenvolvido pelo Senhor Presidente da Junta na negociação com particulares, e nas características das infraestruturas que conseguimos construir, acaba por ajudar bastante. E portanto, temos que pensar em aumentar esta capacidade, porque este, de facto, é um propósito que acabamos por perceber isto, depois, na Guia, percebemos isto em Pombal, percebemos isto no Louriçal, percebemos isto fora dos loteamentos – e grande parte da nossa discussão esta tarde já andou à volta da questão da Guia – e é tudo por coisas que nós fazemos. Os senhores acham que nós não fazemos nada pelo desenvolvimento económico, mas, depois, todas estas discussões são por causa de coisas que nós fazemos – fazemos e executamos. E portanto, para quem esteja de fora, não há uma grande capacidade para compreender a coerência de quem numa frase diz que está tudo por fazer, e na seguinte diz que, afinal, se venderam seis lotes no Louriçal, afinal a implantação da Lusaves naquele local vai conflitar com o crescimento da zona da Guia – não, a zona da Guia, se calhar, só cresce mesmo se tiver atividades económicas, se calhar só cresce mesmo por essa circunstância.*

*Senhor Deputado Manuel António, sobre a pergunta sobre se encetou algum processo negocial, não encetei, nem vou encetar. O Lote 5B não é empresa, foi uma alteração que se fez ao loteamento, para termos um lote que possa ser mais útil na ótica dos serviços que ali podem ser desenvolvidos.*

*Quanto à variante da 109 à A17, foi feita apenas uma aquisição, mas como está bem descrito na página da minha informação, há um trabalho de avaliação – ou, neste caso, de não sujeição ao regime jurídico de avaliação de impacto ambiental – que teve de ser preparado para ser sujeito à apreciação da Agência Portuguesa do Ambiente. Já foi sujeito, estamos a aguardar. E portanto, as aquisições seguir-se-ão logo que este processo esteja terminado.*

*Senhor Presidente da Junta de Almagreira, muito obrigado pela observação sobre a questão das refeições do pré-escolar, porque eu ouvi também a intervenção da Senhora Deputada Liliana, no período de antes da ordem do dia, sobre esta questão do pré-escolar, a fazer uma confusão tremenda entre aquilo que são, efetivamente, as responsabilidades.*

*Senhores Deputados e todos os cidadãos que me estão a ouvir, não existe, nos termos da Lei – eu sublinho, não existe, nos termos da Lei – ação social escolar no pré-escolar. O Legislador não assegura às entidades públicas a obrigação, ou não pede às entidades públicas a obrigação de assegurarem a ação social escolar no pré-escolar, por uma razão simples: o pré-escolar não é ensino obrigatório. Portanto, as iniciativas que são lançadas, o cálculo dos valores que é feito, não tem a ver com refeições; tem a ver com as Componentes de Apoio à Família e as refeições.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*E são calculados, e foram sempre calculados, e continuarão a ser calculados, precisamente nos termos da portaria que regula a relação entre o Município – e foi negociado pela Associação Nacional de Municípios, pela Segurança Social e pelo Ministério da Educação. E é assim que nós temos vindo a fazer. E já houve comunicações para a Provedora de Justiça, já há uns anos que voltei à Provedora de Justiça a explicar a situação, e na altura, o Senhor Vice-provedor, que me ouviu, disse-me: “Olhe, eu nunca ouvi ninguém que me explicasse isto como o senhor explicou.”*

*Portanto, nós atuámos sempre desta maneira, e o que está estabelecido é que existem seis escalões, que continuarão a existir, sendo que a componente que diz respeito à refeição vai deixar de ser faturada ao respetivo pai. Toda a lógica seguinte se mantém exatamente nos mesmos termos.*

*Portanto, é assim que as coisas devem ser feitas. E portanto, vale a pena, e os serviços estão disponíveis, os Senhores Vereadores estão disponíveis para poder auxiliar a compreensão – não estou a dizer que o regime que existe está bem, é pouco relevante essa discussão; o que estamos a discutir é como é que estamos a cumprir aquilo que a Lei estabelece relativamente a estas matérias, e independentemente daquilo que são as opiniões mais do que legítimas dos pais, e o sentimento de desigualdade. Reparem, o Município de Pombal foi dos últimos Municípios portugueses, que só quando o Legislador obrigou a utilizar os regimes de abono de família é que o fez, porque até então nós fazíamos anualmente uma avaliação das condições financeiras de cada família, em função das condições do ano anterior. Nós estávamos a fazer, na apreciação do arranque do ano letivo, em setembro, cálculos do valor do rendimento que tinham acabado em dezembro do ano anterior. Porquê? Porque a Lei anterior tinha sido apresentada em abril. Tudo mal. E as pessoas que precisavam, que estavam desempregadas, já não tinham, porque, afinal, tinham a declaração de rendimentos lá de trás, e aquelas que, afinal, até tinham uma situação melhor, estavam com o IRS lá de trás, e tinham benefícios que não deviam – desatualização e pouca igualdade de oportunidade. Eu ouvi falar disso há pouco. Mas, o Município de Pombal, nos últimos anos, nas questões educativas, querem olhar aqui para o lado, a quantos quilómetros de distância, para fazermos essa discussão? A quantos quilómetros de distância é que querem fazer esta discussão, relativamente a quem é que procurou não segregar os alunos em função da sua origem, no que diz respeito ao acesso à educação? Uma intervenção absolutamente transversal, que vai do pré-escolar até, agora, ao ensino superior, uma coisa que andamos a discutir há mais de trinta anos – há mais de trinta anos. Vamos discutir o quê? O projeto que fizemos na ETAP? Quem é que, em Portugal, quis fazer um projeto igual a este? Quem é que foi para o terreno falar com os empresários? Quem é que tinha uma situação que, sob o ponto de vista financeiro, era altamente preocupante, e o mais fácil era passar um cheque? Nós não vamos pelo caminho mais fácil. E hoje, temos um território verdadeiramente comprometido com o ensino profissional, com o maior número de turmas de sempre, e com uma situação de reputação muito importante para o nosso território. E esse foi um trabalho que foi feito aqui, do princípio ao fim. E o Município nem sequer teve que fazer particulares investimentos; teve que conceber uma estratégia, teve que a apresentar aos seus parceiros, e todos os parceiros se mostraram entusiasmados. Aliás, deixem-me dizer-vos, nós ontem enviámos convites para a cerimónia, quando o Senhor Ministro do Ensino Superior cá estará connosco, na próxima sexta-feira – e ainda há pouco falei disto com o Senhor Presidente do IPL, quando me cruzei com ele no Conselho da Região, na Igreja de S. Francisco, em Coimbra – e nós, em menos de vinte e quatro horas, já tínhamos oito empresas, que não só estavam a dizer*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*que sim, como diziam que queriam fazer estágios com estes alunos – em menos de vinte e quatro horas.*

*E portanto, esse crédito, essa confiança, essa preparação do futuro – que alguns acham que é falta de planeamento e de visão – essa, nessas matérias, está aqui. Quem vier a seguir, pode fazer o que bem entender; agora, esse trabalho está lá feito.*

*O combate às diferenças de origem no 1.º ciclo, e das etnias? Mas, quem é que fez esse trabalho? Quem é que fez esse trabalho? Esse trabalho foi feito neste Executivo, pela Dra. Ana Cabral, como tinha sido iniciado no anterior mandato, na EPIS, com as escolas. Vamos falar com os Diretores dos Agrupamentos, vamos falar com o Conselho Municipal de Educação, vamos falar e vamos ouvir as propostas, de como é que as coisas têm sido feitas. Eu tive ocasião de apresentar este projeto em França, na semana passada, e eles querem cá vir em setembro, para ver o que nós estamos a fazer. E vamos, com certeza, saber recebê-los muito bem.*

*Nas questões da ação social escolar, o transporte escolar, Senhores Deputados, o que estabelece de forma incompreensível, é pouco relevante estarmos aqui a adjetivar. A Lei Portuguesa é que a rede de transportes escolares tem de ser resolvida em junho; o que é certo é que nós temos Agrupamentos que chegam a outubro e ainda andam a mudar horários. Não há planeamento que aguento. E a Senhora Deputada Cláudia Caetano fez essa observação, relativamente àquilo que é a capacidade, já ultrapassada, na sua leitura e com os dados que terá, da Escola Secundária de Pombal poder suportar estes alunos, mas esta é a filosofia do*

*Ministério da Educação. Essa é a filosofia do Ministério da Educação; o Ministério da Educação vai, de uma forma muito convicta – e por mais que isto possa custar aos camaradas socialistas, nos últimos vinte anos, os senhores, com a boca cheia de Escola Pública, fizeram com que a situação do ano de 2000, de haver vinte e nove estabelecimentos de ensino entre as cinquenta escolas com melhores resultados no acesso ao ensino superior – no ano 2000, eram vinte e nove as entidades públicas, e vinte e uma as entidades privadas. E os senhores, que governam há catorze anos em Portugal neste século, fizeram com que as vinte e nove passassem a três escolas, que estão nos cinquenta melhores lugares do ranking público. Este é o vosso trabalho. Pode custar muito ouvir, também me dizem coisas que me custam muito ouvir, e são verdade – quando não são verdade, não me custam, porque não são verdade; quando são verdade, custam-me, porque temos que pôr a mão na consciência. Este foi o trabalho que foi feito. Não estamos a discutir se os professores trabalham muito, se trabalham pouco, se as coisas estão mal organizadas, as coisas não são feitas com nenhum nível de planeamento, e há uma degradação, que eu acho que, efetivamente, neste país, há políticos que o que querem é pessoas estúpidas, e quanto mais estúpidas, melhor. E é isso que nós temos visto, para onde é que vai o dinheiro. E há pouco, um Senhor Deputado fazia referência às percentagens de investimento que iam para a educação, e como é que eram executadas, não há nada para discutir. A Câmara de Pombal fez os projetos da Câmara – sabem de quantos milhões de euros a Câmara é credora, porque tem as candidaturas submetidas, do Centro Escolar de Vila Cã, do Centro Escolar da Guia e do Centro Escolar da Pelariga, para obras que estão a ser executadas? São quase 5.000.000,00 € de investimento. E quando essas candidaturas ficarem aprovadas, daqui a um mês, dois ou três, é dinheiro que fica todo para o outro mandato, entra nos cofres da Câmara, e fica aqui disponível para engrossar o nosso Orçamento dos anos seguintes, porque estamos a fazê-lo, mesmo não tendo o dinheiro.*

*E os projetos que foram desenvolvidos para melhorarmos as escolas que ainda não são do Município de Pombal, da Marquês de Pombal e da Gualdim Pais? Já nem falo da questão em que fomos pagando e recebemos o dinheiro mais tarde, da questão do amianto, ou da Escola*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Secundária da Guia, que já estava a funcionar há um ano e tal, quando recebemos os últimos 600.000,00 €.*

*Este tem sido o programa que se tem executado. Pusemos os transportes escolares gratuitos até ao décimo segundo ano – sim, porque o Governo do Eng.º Sócrates entendeu que a escolaridade passava para doze anos, mas as despesas do Município com os transportes escolares paravam no mesmo ano, e o Município, depois, que suportasse estas diferenças. Fomos nós, mais uma vez, que o fizemos. E a reorganização para termos zonas de confeção mais racionais do que as dezenas de formas de confeção que tínhamos há uns anos atrás, que estão programadas para podermos, daqui a um tempo, termos, de facto, cinco sítios para podermos fazer a confeção para todos os nossos alunos? E a ampliação da rede do Pombus para facilitar que os alunos tenham, na Freguesia de Pombal, melhores condições, e o futuro que teremos que fazer?*

*Portanto, nesse aspeto, esse combate a essas diferenças, o projeto da EPIS, onde tínhamos aqui cidadãos que já sabíamos – o avô já não era bom, o pai, coitado, e o filho ia ficar fatidicamente na mesma condição. Fomos nós que dissemos “não”, acabar com isto, combater isto, não queremos essa discriminação, queremos apostar nesses que precisam da nossa ajuda, são esses que precisam da nossa ajuda. Mas, nós agora estamos em boa altura, estamos a festejar os vinte e cinco anos do RSI, vamos ver o que é que isso deu, para onde é que esse dinheiro foi, como é que foi utilizado, e, de facto, que efeito é que teve na vida dos cidadãos. Isso é o que nos interessa a todos, como contribuintes, primeiro que tudo, e depois, como cidadãos que somos preocupados, nomeadamente porque somos eleitos.*

*Portanto, Senhores Deputados, temos sempre muitas coisas imperfeitas na nossa ação, há também coisas imperfeitas nos outros, e há também coisas imperfeitas nas nossas instituições. É para isso que nós cá estamos; não é para outra coisa, é para isso que nós cá estamos, para encontrarmos os caminhos, e a seguir executarmos. Não é só discutir; discute-se, decide-se e executa-se, e depois avalia-se e corrige-se, e continua-se a investir. Esse é que é o trabalho, é o dever sistemático da atividade política e de reflexão que temos que fazer.*

*Eu, infelizmente, em muitos casos, aquilo que vejo é um quase que exclusivo carpir. Numa altura destas, em que os Partidos, os grupos de cidadãos, muito perto de um processo eleitoral, deviam estar vibrantemente a discutir esta proposta, e aquela, por que é que não fazemos assim, e por que é que não fazemos assado, e nós somos mais críticos por isto ou por aquilo, não, sempre o conveniente retrovisor para olharmos para trás, para dizer assim e assado. Aliás, eu vou dizer-vos que eu acabei até por vir mais cedo da reunião do Conselho da Região porque há muito tempo que não tinha quatro senhoras a pedir por mim. Ouvi a deputada Cláudia a fazer observações diretas ao Presidente da Câmara, já fiquei muito agradecido por isso, depois ouvi a deputada Liliana – e portanto, pensei “isto está a ficar bom” – depois, a deputada Célia Cavalheiro, e depois a Dra. Elisabete. Pensei assim: “De facto, em casa, às vezes chamam-me três; quatro, nunca tinha acontecido.” Então, eu pensei: “Não, é melhor ir”, porque eu não quero, nesta que será – julgo que esta é a minha centésima vigésima quinta Assembleia Municipal – centésima vigésima quinta Assembleia Municipal – e pensei que não, não pode ser nesta ocasião, não vou deixar as senhoras sem terem uma resposta adequada. E portanto, isto justifica que aqui venha cumprir esta obrigação, e dizer-vos aqui algumas coisas.*

*E por isso, nós não podemos achar que os assuntos da saúde – como, há bocadinho, a deputada Cláudia Caetano falou – possam ser entendidos de forma – primeiro, acho que verdadeiramente sabe muito bem que a observação que fez não é para o Presidente da Câmara, nem é para a Câmara Municipal, nem é para a Junta de Freguesia. Isso é tão ridículo como dizer que as más*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*refeições das cadeias portuguesas são culpa do Ministro do Mar. Não, têm um responsável, mas o Ministro do Mar não há de ser.*

*Ora, o Município de Pombal, como bem sabe, não tem responsabilidade nenhuma na organização interna, na distribuição de funções, no controlo dos trabalhos e das formas de avaliação dos médicos que estão nos Centros de Saúde. Essa competência não é municipal. A grande preocupação que nós vamos ter, e que os Senhores Deputados, aqueles que se candidatarem, vão ter que a resolver, é, daqui a um ano, quando as competências da saúde que foram preparadas por este Governo, e que nós todos rejeitámos – só nos últimos tempos é que o Partido Socialista disse que temos que começar a receber isto, e não é por interesse público municipal, é por interesse partidário – essa era uma boa evidência do interesse partidário. Porquê? Porque, a seguir, no dia seguinte, a quem vão dizer que não há gente para atender o telefone no Centro de Saúde do Lourçal, é ao Presidente da Câmara. Mas, hoje não é, e essa é a desonestidade – e eu vou dizer com as letras todas, essa é a desonestidade da proposta, é saber que se está a entregar um conjunto de recursos, que são poucos, mal organizados, em muitos casos mal qualificados, para resolver um serviço onde as expetativas dos cidadãos são enormes, e bem, porque merecem, e nós temos a obrigação de o dar. E por isso é que o fazemos. E é um exercício de sacudir a água do capote, para cima dos Municípios, dizendo que isso agora é um problema do Presidente da Câmara, e no dia seguinte, vamos ter uns funcionários – e eu não quero ser desagradável para nenhum funcionário, mas vamos ter os funcionários a dizer aos cidadãos, ao balcão, os funcionários que são funcionários da Câmara, que a Câmara Municipal é que tem a culpa, porque o autoclismo não funciona, porque o tapete está estragado, porque não há médicos, e coisa do género. E vai ser assim, desta forma “inteligente”, que o nosso país vai achar que, finalmente, fez um grande processo de descentralização, que agora os Municípios é que vão resolver os problemas todos. Desenganem-se, isto é desumano.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Presidente.”*

### ***Ponto n.º 2.2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais – Ano 2020.***

A **Senhora Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu, conforme documentos previamente distribuídos por todos os seus membros, bem como deliberação do Executivo que a seguir se transcreve:

*“Ponto 1.1.1. Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais - Ano 2020*

*Foi presente à reunião o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais do ano económico de 2020, o qual se dá por integralmente reproduzido e fica arquivado na Divisão de Administração e Finanças.*

*A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Ana Cabral, Pedro Murtinho e Pedro Martins, com dois votos contra dos Senhores Vereadores Michael António do Movimento NMPH e Odete Alves do Partido Socialista e com uma abstenção do Senhor Vereador Narciso Mota do Movimento NMPH, aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais, respeitantes ao ano económico 2020.”*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Quem é que se inscreve neste ponto para usar da palavra? Dou já a palavra ao Senhor Deputado João Coucelo.”*

### **João Coucelo (PPD/PSD):**

*“Bom, mais uma vez, boa tarde a todos.*

*A reunião já vai longa, e eu peço que me desculpem relativamente ao preâmbulo da minha intervenção neste ponto da minha ordem de trabalhos. É que o Senhor Presidente da Câmara citou, e muito bem, que já vai na centésima vigésima quinta; eu não sei quantas é que serão, mas provavelmente será a centésima quinquagésima e não sei quantas sessões da Assembleia Municipal, desde 1984. Tive o grato prazer de estar na Assembleia Municipal em que nos congratulámos com a elevação de Pombal a cidade, tive a grata satisfação, por um lado, por discutir com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guia, quando tiraram aos domínios geográficos da Guia a Freguesia da Ilha, com o nosso saudoso José Lopes, participei em muita discussão acesa e complicada, em que se tomaram, muitas vezes, decisões que nos satisfizeram grandemente, e outras, nem tanto – também erramos, só não erra, - como dizia o Eng.º Narciso Mota frequentemente - só não erra quem nada faz.*

*Este documento que nos aparece no final do mandato do atual Executivo, relativamente a 2020, um ano que ficará na nossa memória por causa desta pandemia que nos afetou a nível mundial, e em Portugal, enfim, com particular incidência – não das piores, mas que afetou tantas famílias, e continuará a afetar no futuro, sobretudo os mais jovens – e que levou ao óbito de tanta gente idosa, e tantos dos nossos conhecidos, com uma disrupção familiar tão grande, a mim não me vai preocupar dizer que vou votar favoravelmente estes documentos, nem o relatório de prestação de contas individual, nem o das contas consolidadas, porque qualquer cidadão, independentemente da sua posição partidária, que leia estes documentos extensíssimos, com uma discriminação pormenorizada de todas as atividades que a Câmara desenvolveu, e que contrariamente àqueles que passam a vida a dizer que não há estratégia para o desenvolvimento, que as prioridades estão erradas – enfim, e naturalmente que a discussão das prioridades é algo que não pode ser sempre consensual, nem haver unanimidade, não é sempre uma questão partidária, é também uma questão de perceção individual ou coletiva de um grupo de cidadãos sobre quais os melhores caminhos que se deveriam traçar para o desenvolvimento do concelho. Mas, olhando para este extenso relatório – e eu não vou separar as contas individuais das consolidadas – olhando para este extenso relatório, eu acho que é como diz o Senhor Presidente da Câmara, há muita obra ainda em execução, há dinheiro ainda a receber de obras que foram candidatas e que ainda não estão financiadas, mas se passarmos os olhos no que foi feito na área da educação, na saúde, nas obras públicas, na cultura, no turismo – e vamos hoje também discutir aqui um plano turístico – no ordenamento do urbanismo, na reabilitação urbana, foi um volume enorme de investimentos, em que nós pudemos constatar claramente que houve, quer em receitas correntes e de capital, e nas despesas correntes e de capital, uma estabilidade, sem grandes variações, relativamente há um ano ou dois anos atrás – é claro que as receitas de capital no ano de 2020 foram ligeiramente superiores, mas com o Orçamento que esta Câmara tem, de orçamento de receita e de despesa, em que se verificaram realizações na ordem dos 80%, e para cima, quer na execução da receita, quer na despesa, e nas Grandes Opções do Plano, e no Plano de Atividades Municipal, se verificaram também níveis de execução elevadíssimos – podemos dizer que são elevadíssimos porque se situam em valores superiores a 80% - eu posso dizer com toda a franqueza que esta Câmara continuou a trabalhar corretamente, continuou a fazer os seus investimentos e como já vimos, inclusivamente, nos últimos anos, na área do*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*saneamento básico, as vultuosas verbas que foram despendidas, esta Câmara continuou a trabalhar com segurança, mantendo a estabilidade orçamental, e permitindo inclusivamente que os saldos transitados do ano de 2020 para este ano sejam superiores a 7.000.000,00 €. Iremos ver que, ainda este ano, como disse o Senhor Presidente da Câmara, há 5.000.000,00 € que irão ficar à disposição do novo Executivo Municipal, quando se realizarem as eleições.*

*Portanto, quem olhar para este extenso relatório, de 429 páginas, com olhos de ver, não pode dizer que não se fez nada, não pode criticar as questões orçamentais. Pode dizer que não concorda com as prioridades, com certeza, isso estamos todos nós aqui para discutir, e é por isso que estamos aqui, nesta Assembleia Municipal.*

*Eu sei que a Bancada do PSD vai votar favoravelmente estes documentos, porque eles merecem ser votados favoravelmente, são indiscutivelmente bons os resultados para um ano de pandemia, são indiscutivelmente bons, e a Câmara teve atividades, e nomeadamente na área da saúde – que já foi aqui tão falada – a Câmara Municipal de Pombal cumpriu muito bem o seu papel na área da saúde.*

*Eu gostava de dizer aos meus colegas de Assembleia – e desculpem-me, não quero usar aqui de qualquer espécie de paternalismo, mas que pelo menos me deem o benefício da dúvida relativamente ao facto de eu ser um profissional de saúde, que desempenhei durante cerca de vinte e dois anos funções de gestão de serviços públicos de saúde. Sempre fui médico dedicado ao setor público. E queria dizer-vos, com toda a franqueza, que nos últimos anos – eu não estou a criticar por criticar o Partido Socialista, nas suas opções desde que é Governo, mas, nos últimos anos, efetivamente, as grandes promessas que o Partido Socialista tinha feito na área da saúde ficaram seriamente goradas, e só agora, com esta pandemia – que eu espero que sirva de lição para quem tem responsabilidades no Governo deste país – só agora, nesta pandemia, é que se puseram a nu muitas das fragilidades que há anos vinham sendo citadas, quer pelos organismos médicos, nomeadamente com a Ordem dos Médicos e pelos sindicatos médicos, há falta de profissionais, é preciso investir no Serviço Nacional de Saúde, é preciso criar condições para o exercício digno da profissão, e essas passam também por remunerações atrativas, é preciso estabelecer acordos com as instituições privadas de saúde, para que elas complementem o serviço público – não mais do que isso, complementem o serviço público. O SNS não é apenas o setor público; há um Sistema Nacional de Saúde que congrega público e privado, e é isso que nós vamos ter que refletir e discutir.*

*Claro que a verdadeira esquerda, como disse ali a Eng.<sup>a</sup> Célia Cavalheiro, a verdadeira esquerda, que coloca o Partido Socialista não sei onde – como a esquerda falsa, provavelmente, e eu gostava, depois, que o Partido Socialista respondesse à Célia Cavalheiro nesta matéria, se quiserem responder, - isto é apenas uma ironia – mas, eu penso que a verdadeira esquerda não tem trazido nada de bom, ultimamente, para o país, infelizmente não tem trazido, e como os números comprovam, vai-se esboroando, e vai tendo cada vez menos audiência, e vamos ver, nas próximas legislativas, o que é que vai acontecer, se a verdadeira esquerda não passará a ser uma “esquerdazinha” com uma representação cada vez menor.*

*Isto era um remoque relativamente às questões da saúde que foram aqui aventadas, e que foram aqui trazidas para este fórum de discussão. Quem interveio, eu acredito que não o fez com má intenção; fez, enfim, por inclinação partidária, porque entende que é assim que deve proceder, e levantar os problemas dessa forma. Mas, meus caros amigos, os serviços de saúde deste país não estão, neste momento, nas melhores condições – não é apenas fruto da pandemia, é porque não tem havido o investimento que eles merecem. E eu espero que o Plano de Recuperação e Resiliência não seja apenas para tapar um conjunto de buracos; há um conjunto de reformas a*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*fazer, e grandes, para o setor da saúde, e eu espero que não gastem 800.000.000,00 € na área da educação, para pôr os meninos a fazerem os exames online, que é uma perfeita burrice, embora tenhamos que fazer a transição digital, mas é um dispêndio de verbas totalmente inaceitável. E é isso que nos faz ter algumas dúvidas sobre a utilização dos dinheiros que para aí vêm, mas eu espero que tenhamos as pessoas com a prudência necessária, e com o rigor necessário, para canalizar as verbas para onde elas realmente são mais necessárias, que é no setor social, na saúde e na educação, mas de outra forma.*

*Portanto, eu peço desculpa pelo tempo que vos tomei, estou a ficar velho para isto, provavelmente será o meu último ano em Assembleia Municipal, e apesar de todas as nossas questiúnculas, eu acho que vale a pena estar aqui. E aos mais novos, eu deixo esse desafio: estejam, venham, informem-se sobre os assuntos, há assuntos em que nem sempre temos a melhor informação para nos pronunciarmos, mas informem-se sobre as coisas, discutam, apresentem propostas. Eu não sou daqueles que diz que o Partido Socialista não apresenta proposta nenhuma, porque tenho visto no Executivo que há propostas – posso não concordar com elas todas, mas há propostas.*

*Agora, que quem governou esta Câmara fez, apesar de tudo, das circunstâncias difíceis dos últimos dois anos, praticamente, e até no seio do próprio Executivo, em circunstâncias que ninguém esperava, da forma como a Câmara continuou a funcionar e pôde apresentar estes resultados de 2020, é, apesar de tudo, louvável, e por isso eu tenho que felicitar o Executivo por ter conseguido estes resultados em 2020.*

*Tenho dito.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Deputado João Coucelo. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado João Ferreira.”*

### **João Ferreira (NMPH):**

*“Boa tarde, Senhora Presidente, muito obrigado. Boa tarde, Senhor Presidente, Dr. Diogo Mateus, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia.*

*Bem, analisado o relatório, entendemos que o mesmo reflete as políticas e as estratégias definidas pela presente governação da Câmara Municipal de Pombal, e à qual mantemos, também desde o início deste mandato, a nossa diferente visão estratégica, nomeadamente ao nível das políticas tidas em relação ao turismo e à indústria. Entendemos que aplicar 1,5% do Orçamento no turismo e 1,88% na indústria, apesar da boa taxa de execução destas percentagens, entendemos ser manifestamente pouco, dado o potencial do concelho nestas duas valências. Cremos que falta um modelo diferente de potenciação do nosso concelho, por forma a inverter esta tendência de perda populacional.*

*Desde a nossa costa até à serra, muito se poderia ter feito, e muito se poderá fazer. Contudo, não será com os valores estabelecidos em Orçamento e refletidos nas contas consolidadas, que iremos obter essa evolução que todos queremos para o nosso concelho. Sendo verdade que a Covid foi um problema impactante, com prejuízos para todos, com efeitos bloqueadores na execução das atividades municipais, e onde valorizamos o que a Câmara fez para ajudar os cidadãos, pese embora sejam medidas aprovadas por unanimidade, a verdade é que não é motivo de uma não estratégia para o turismo e para a indústria.*

*Esperamos também, como disse o Dr. João Coucelo, que o PRR seja bem aplicado, mas para isto também é necessário que antecipemos isso, é necessário que apresentemos alguma solução, algum projeto que permita o aproveitamento desses recursos que aí vêm. E isso, visto as contas*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*consolidadas, e visto o que foi feito, e este mandato, que está no final, entendemos, ou cremos que se podia ter feito muito mais, e que se pode vir a fazer muito mais.*

*Muito obrigado.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Deputado João Ferreira. Dou agora a palavra, para finalizar, à Senhora Deputada Elisabete Alves, se faz favor.”*

**Elisabete Alves (PS):**

*“Muito obrigada, Senhora Presidente.*

*Iniciar esta minha intervenção aqui com um preâmbulo também, que tem a ver com o facto de o Senhor Presidente, que chegou há pouco, se ter referido a quatro senhoras desta Assembleia, com um discurso de certa forma sexista – já não é a primeira vez que lhe fuge um bocadinho o pé para o chinelo, e foi sexista o seu discurso. Dizer que nós tivemos portugueses durante vários anos, e interpretamos muito bem o que nos é dito. E a Senhora Presidente da Assembleia, com o devido respeito, informou-nos que o Senhor Presidente não estaria por motivos da sua nova atividade profissional. Portanto, Senhor Presidente, nós não retirámos conclusões precipitadas, nós não inventámos; nós ouvimos o que a Senhora Presidente nos disse. E portanto, não retirámos conclusões precipitadas, retirámos exatamente aquilo que a Senhora Presidente disse. Se fosse dado esse esclarecimento, que o Senhor Presidente, e o Senhor Vice-presidente deram...”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Senhora Deputada Elisabete Alves, permita-me interrompê-la, mas eu não disse que o Senhor Presidente... se quiser, eu posso recordá-la, eu volto a ler aquilo que eu li:*

*“Serve o presente para, em cumprimento do preceituado (...) comunicar a V. Exa. o ora signatário Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus, Presidente da Câmara Municipal de Pombal, passará a exercer de forma continuada outra atividade remunerada, consubstanciada no exercício da função de Presidentes dos Conselhos de Administração da Fomento – Cooperativa de Centros de Ensino, e da Cooperativa de Equipamentos de Centros de Ensino, com efeitos a 1 de julho de 2021. Mais se informa que, não obstante o facto de optar pelo exercício não exclusivo das suas funções de Presidente da Câmara de Pombal, assegurará, nos termos em que a Lei o impõe, a resolução dos assuntos da sua competência no decurso do período de expediente público.”*

*Está aqui, pode ser consultado por quem quiser, foi o que eu disse. Peço desculpa, Senhora Deputada, foi isso que eu li.*

*Pode continuar.”*

**Elisabete Alves (PS):**

*“Muito obrigada, Senhora Presidente. Foi mesmo isso que eu escrevi também aqui, que a Senhora Presidente disse. E portanto, não disse que o Senhor Presidente estava num compromisso institucional. Acabou efetivamente agora por confirmar aquilo que eu tinha dito antes de a Senhora Presidente me interromper. Portanto, estou certa daquilo que se passou, não estou enganada, e portanto, tenho razão naquilo que estou a dizer – eu e as restantes colegas que também falaram de o Senhor Presidente estar a tratar da sua situação pessoal, porque foi efetivamente isso que nós retirámos da sua intervenção.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Estava numa reunião da CCDR, a tratar de assuntos do Município, por isso é que não estive presente no início, Senhora Deputada. Vamos lá ver se nos entendemos.”*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### **Elisabete Alves (PS):**

*“Senhora Presidente, não foi o que a Senhora Presidente disse. Desculpe, mas não foi. Não deturpe a situação, porque não foi isso que disse. E encerro este preâmbulo. Senhora Presidente, a Senhora Presidente induziu-nos em erro, e não disse o verdadeiro motivo.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Desculpe lá, Senhora Deputada, eu li a informação que o Senhor Presidente de Câmara me deixou; depois, deixei o resto para o Senhor Vice-presidente vos informar. Ele esteve, efetivamente, a representar o Município.*

*Pode continuar.”*

### **Elisabete Alves (PS):**

*“Contínuo, e daí a minha intervenção. Portanto, naquilo que eu acabei de dizer, estava certa, a Senhora Presidente não informou da situação institucional, daí as nossas intervenções; só se referiu à nova profissão, à nova atividade profissional do Senhor Presidente. Daí as nossas intervenções. E o esclarecimento do Senhor Vice-presidente foi posterior às nossas intervenções. Tenho dito.*

*Agora, entrando aqui na questão do tema: efetivamente, nós não podemos concordar que seja aprovado – e por isso, vamos votar contra este relatório de gestão e prestação de contas individuais, e depois também das contas consolidadas. E o nosso voto contra vai no sentido de tudo o que nós temos dito ao longo destes últimos quatro anos. Se o Senhor Presidente estiver lembrado, e outros deputados aqui desta Assembleia – que um deles até hoje já manifestou que está um bocadinho esquecido do que nós temos andado aqui a dizer, e veio agora aqui falar que estamos a fazer campanha, que é período de campanha. Não, o que nós dizemos é, efetivamente, sempre a mesma coisa, que não foi visível – e o deputado Coucelo, efetivamente, já disse estas palavras – da estratégia concertada, do desenvolvimento económico, que não há uma estratégia concertada de promoção das condições do concelho para a fixação de investimento, fixação de pessoas, para a dinamização do comércio e do turismo. E basta atentar para os valores que estão inseridos nestas áreas. E o Senhor Deputado Coucelo, estava eu a dizer que, efetivamente, veio já dizer que esteve atento, sempre, nestes quatro anos, a que nós batemos sempre nesta tecla.*

*E portanto, o que nós dizemos é que, efetivamente, apesar – como diz o deputado Coucelo – de ser um relatório extenso, pormenorizado, sim, o documento é extenso e pormenorizado, disso não temos dúvidas, é extenso e pormenorizado na análise que esta gestão faz do seu trabalho. No entanto, isto é tudo muito bonito, e as pessoas falam muito bem, os doutores falam muito bem, o deputado Coucelo, o Senhor Presidente, falam muito bem – aliás, têm o dom da palavra, deixe-me dizer-lhe, às vezes foge-lhe um bocadinho o pé para o chinelo, como eu disse, mas tem o dom da palavra – estas situações, e este documento extenso e pormenorizado, com esta estratégia desta gestão, não resolve as necessidades prioritárias que Pombal necessita, a nível do desenvolvimento económico, da fixação de pessoas, do investimento e implementação no turismo. Nós precisamos de chamar pessoas para cá. Sem termos pessoas, por muitas medidas que possamos aqui implementar, isso não vai ajudar a desenvolver este concelho.*

*E portanto, o que nós entendemos é que, ou este Executivo não consegue, apesar de ter um aumento significativo nas transferências de capital, ter um aumento da receita dos impostos diretos, superior à prevista, que os impostos indiretos aumentaram a receita, também face ao previsto, apesar disto tudo – e aí, também falo da questão do aumento da receita dos bens de investimento e a questão da venda dos lotes, venderam-se agora seis lotes, em ano de eleições, parece que fomos assim a correr, para ver se conseguimos agora aqui apresentar antes das*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*eleições a venda destes seis lotes, que já não sei quantos membros desta Assembleia, nesta Assembleia, se referem a essa venda de lotes, porque parece essa agora a grande bandeira para, enfim, justificar que o Município está a fazer um grande investimento na área do desenvolvimento económico – vamos ver o que é que depois dá essa construção desses lotes, em termos de criação de emprego e de desenvolvimento para o concelho, que nós estamos em crer e confiamos nos empresários, como sempre confiámos – aliás, achamos é que os empresários deviam ter outro tipo de acompanhamento, que não tiveram, apesar de inseridos alguns elementos no programa do PSD, que dizia que vamos aqui fazer uns gabinetes, e vamos aqui até avaliar, em todas as freguesias, a localização de novos espaços de acolhimento empresarial, e dar aqui um apoio. Não, os nossos empresários são muito empreendedores, e eles têm levado para a frente o nosso concelho. Foram eles que levaram para a frente o nosso concelho. Eu recordo-me que há umas duas ou três Assembleias atrás, o Senhor Presidente até passou um Power Point, que nós, na Bancada do Partido Socialista, ficámos perplexos com essa ideia de o Senhor Presidente passar um Power Point, quando foi um trabalho dos empresários, não foi um trabalho do Município, de alargarem as suas instalações, crescerem – isso foi porque eles, efetivamente, fizeram uma boa gestão das suas empresas, e conseguiram ter receita para investir e ampliar o seu negócio, porque, efetivamente, também têm receita, têm vendas, e querem crescer. E esse empreendedorismo dos nossos empresários, que necessitam do apoio, e necessitam que a Câmara se coloque junto deles, e lhes pergunte o que é que eles necessitam, e vá à procura de outros empresários, esse trabalho não tem sido feito pelo Município.*

*E portanto, é muito bonito o Senhor Presidente vir dizer que não, que isto está tudo mal, os outros fazem tudo mal, mas o Senhor Presidente, pelos vistos, acha que faz tudo bem, é a única pessoa neste país que faz tudo bem – aliás, o estado da educação, o estado da saúde, é culpa do Partido Socialista, e muito haveria para falar na questão da saúde, sobre os vários Governos que dirigiram a questão da saúde, mas não é na Assembleia Municipal que nós o devemos fazer. Estamos na Assembleia Municipal de Pombal, não estamos na Assembleia da República.*

*Mas, de qualquer forma, o Senhor Presidente da Câmara, que é tão competente, que não tem nenhuma imperfeição no seu trabalho, contrariamente a outros, olhe, não aceitou a transferência de competências na área da saúde, por exemplo, poderia tê-lo feito. Quando veio à votação essa matéria, nós fomos favoráveis a que, efetivamente, deveríamos aceitar essa transferência de competências, porque, Senhor Presidente, nós confiamos no trabalho dos funcionários deste Município, nós confiamos no trabalho dos funcionários deste Município. E quando nós telefonamos para os vários serviços do Município, eles atendem-nos o telefone, eles resolvem-nos as situações. Senhor Presidente, não confia nos funcionários do seu Município? Não confia que se ficassem entregues estas matérias, e nomeadamente a matéria da saúde, que é tão premente – porque é que o Senhor Presidente não aceitou ficar e acatar essas competências? Hoje, poderíamos estar aqui a falar, olhe, de coisas muito positivas relativamente à sua gestão na área da saúde, porque o Senhor Presidente poderia ter posto em prática a crítica que faz aos outros na gestão da saúde. Quem é que está mais próximo dos cidadãos? Quem é que deve resolver os problemas básicos e mais próximos dos cidadãos? Para que é que surgem, para que é que existem os Municípios, os Presidentes de Câmara, porque é que existem as autarquias locais? Não é para resolverem e irem de encontro a que sejam dadas às pessoas todas as necessidades básicas e fundamentais, daquilo que elas necessitam? São, efetivamente, as autarquias que devem fazer esse trabalho. E se os Governos não o fazem, os Presidentes de Câmara e de Freguesia têm toda a legitimidade para ir lá bater à porta, perguntar porque é que não fazem, e fazer tudo para que isso aconteça. Eu lembro-me que, aqui há umas décadas atrás,*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*nós tínhamos um Presidente de Câmara – que, infelizmente, faleceu num acidente de viação, ao serviço – que era o Eng.º Guilherme Santos, que o fazia, ele ia bater à porta dos Ministros, ele ia a Lisboa, ele sabia falar, sabia dialogar com as pessoas, e com isso trazia para o seu concelho, trazia para a sua vila, aquilo que queria, e muita obra deixou, e muita obra foi feita, e alguma obra que foi depois implementada pelo Eng.º Narciso Mota, que foi projetada, deixada preparada para ser feita, por esse saudoso Eng.º Guilherme Santos.*

*E portanto, Senhor Presidente, às vezes é preciso nós também conseguirmos dialogar com as instituições, não ficarmos aqui no auto da nossa cadeira, a criticar os outros, e a pensar que só nós é que fazemos um bom trabalho; não, se calhar temos de ser humildes, temos que reconhecer que podíamos fazer melhor em certas áreas, que não fazemos tudo bem, dar a mão à palmatória, e efetivamente concordar que o Partido Socialista tem vindo a ter razão nas várias intervenções que tem feito ao longo destas Assembleias – não é novo, não é de hoje, tem sido em todas as Assembleias que temos feito intervenções, a nossa Vereadora eleita pelo Partido Socialista, que tem ido às reuniões, apresentou propostas, faz discussão de ideias com os Senhores Vereadores, com o Senhor Presidente. E portanto, ninguém poderá dizer que o Partido Socialista não tem feito trabalho. Infelizmente, se calhar, não temos meios de divulgação como este Município tem, com jornais ao seu dispor, os jornais do regime ao seu dispor – como, aliás, acho que é do conhecimento público, e por isso eu não tenho dúvidas de dizê-lo aqui claramente – e depois, dizer que não temos canais, redes sociais com a dimensão e a projeção que tem o Município, e enfim, outros fóruns.*

*E portanto, Senhor Presidente, dizer que o trabalho do Partido Socialista, o que nós podemos dizer é que nós nos orgulhamos do nosso trabalho, que se aí estivéssemos a gerir este Município, seria muito diferente, teríamos uma estratégia concertada, que neste momento teríamos um desenvolvimento económico muito diferente, com captação de mais pessoas, e que, infelizmente, não é isso que vemos da parte deste Executivo e deste Partido que governa o concelho há vinte e oito anos.*

*Dizer que nem nós, Bancada do Partido Socialista, nem o Partido Socialista, enfim, pretendem que as pessoas sejam estúpidas, ou seja, se mantenham ignorantes. Como disse o Senhor Presidente, há um nível de degradação, parece que querem que as pessoas sejam estúpidas, ou fiquem estúpidas. Não, Senhor Presidente, pelo contrário, queremos é que as pessoas fiquem esclarecidas e participem também nas várias questões, nas várias áreas que são da competência das autarquias. E quando temos cidadãos que querem participar, e querem, enfim, dizer aquilo que lhes vai na alma sobre os vários assuntos da sua freguesia, ou do seu concelho, nós ficamos sempre muito satisfeitos; não levamos isso, depois, para questões partidárias, que aquele cidadão que está a falar, só pode ser porque há doze anos atrás já concorreu pelo Partido Socialista, vejam lá. Não, Senhor Presidente, não é esse o discurso que nós podemos ter, e isso não ajuda nada, efetivamente, naquilo que é a visão que um Executivo Camarário deve ter do seu concelho, e da forma como encara os seus cidadãos, as suas empresas, e a sua Oposição. E este é o fórum, julgo eu, adequado para que nós aqui digamos tudo, porque para nós, Partido Socialista, se calhar este é o maior fórum que nós temos, este e as reuniões de Câmara, para dizer aquilo que pensamos, tendo em conta que, depois, os jornais locais não transmitem aquilo que nós dizemos.*

*Mas, estamos muito satisfeitos com o nosso trabalho.*

*E respondendo à questão, ou ao repto colocado pelo deputado João Coucelo, sobre aquilo que a deputada Célia Cavalheiro referiu, sobre a verdadeira esquerda, enfim, obviamente que não concordamos com essa ideia, com essa frase que foi dita pela deputada, e, se calhar, o que eu*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*diria quanto a isso é que, às vezes, há coisas que se dizem que devem ficar sem resposta, se calhar também para a pessoa ficar a refletir um bocadinho naquilo que disse, se calhar é assim desta forma que pode falar sobre a Oposição – que ela própria também é Oposição – se calhar ficar um bocadinho a refletir naquilo que disse.*

*E portanto, para concluir, Senhor Presidente, dizer que nós não podemos votar favoravelmente este relatório de contas individuais e consolidadas, tendo em conta tudo isto, e muito mais que já temos dito ao longo das últimas Assembleias.*

*É tudo, Senhora Presidente.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhora Deputada. Dou a palavra ao Senhor Presidente Diogo Mateus.”*

### **Presidente da Câmara Municipal:**

*“Muito obrigado, Senhora Presidente.*

*E começo por agradecer as palavras do Dr. João Coucelo, e também recordar, de facto, todos esses anos dedicados a esta reflexão e à participação nos mais diversos órgãos autárquicos – na Câmara, na Assembleia Municipal, também na Assembleia de Freguesia de Pombal, na altura em que fomos ambos candidatos, com outros companheiros.*

*E agradecer as palavras, de facto, da grande dificuldade que foi, em 2020, conseguirmos os resultados que atingimos, numa situação tão difícil. E quem olhar para este relatório, se não souber que houve uma pandemia, não é por aqui que vai tirar conclusões. Antes tivéssemos conseguido tudo isto em todos os Municípios, e em todos os Ministérios, e no Governo Português, e no financiamento comunitário, e em todas essas coisas; antes o tivéssemos conseguido.*

*O Senhor Deputado João Ferreira traz-nos aqui – mais uma vez, aliás – e percebi que fazia leitura detalhada de um texto que eu já tinha ouvido ser dito pelo Dr. Michael, mas eu acredito que, de facto, a circunstância de o texto ser bem escrito leva a que várias pessoas o queiram declamar - a Dra. Ofélia não está cá hoje, também de vez em quando fazia isso, é uma forma de a obra-prima ser bastante mais divulgada - mas, não significa que ela seja, de facto, boa, porque, repare, não me parece bom critério – e vai-me desculpar a sinceridade e a discordância com o seu argumento – não me parece que o critério da quantidade de dinheiro que dedica a cada área seja o único critério para se fazer uma avaliação qualitativa daquilo que nós fazemos. Isso é uma visão muito curtiinha – por isso é que nós fazemos avaliações quantitativas e fazemos avaliações qualitativas. Mas, o senhor faz isto como se fosse comprar feijões – um quilo de feijão é mais do que quinhentos gramas. E portanto, são conclusões iguais.*

*Se nós olharmos para as estruturas ligadas ao turismo, humanas, estratégicas, organizacionais que a Câmara tinha, e olharmos para hoje, chegamos à conclusão de que hoje temos uma unidade de turismo que nunca tínhamos tido, chegamos à conclusão de que desde 2013 tivemos um Vereador do Turismo, tivemos Vereadores do Turismo sem capacidades operacionais – que, às vezes, era apenas a representação do Município nas Comissões de Turismo. Depois, começámos a desenvolver esses produtos, e hoje temos – daqui a pouco vamos apreciar – um plano estratégico para o turismo, o primeiro que alguma vez se fez neste concelho, e que não é porque ele custa 500.000,00 € ou 600.000,00 € - que era um disparate de dinheiro – que nós vamos dizer que há muito investimento, porque se estourou uma pipa de massa a fazer um documento estratégico. Isso é erradíssimo, vai-me desculpar; fazer essa leitura dessa maneira, acho que é errado, porque se, para si, fazer uma boa organização não conta, para mim conta muito; se, para si, fazer um planeamento não conta, para mim conta muito; se, para si, que não está nesses números, fazer investimento em recursos humanos, pô-los a trabalhar, a pensar, a*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*ajudar a desenvolver, que não estão nessas contas que o senhor faz, porque o senhor falou das despesas de investimento, e não falou da despesa corrente, também não conta.*

*Eu vou dizer-lhe: sabe quanto é que custou o desenvolvimento de toda a estratégia da Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Pombal, que hoje tem maior número de alunos, tem resultados financeiros belíssimos, tem maior reputação, muito menos abandono, progressão de estudos, e por aí fora? Sabe quanto é que isso custou? Tirando a quota que o Município aumentou no capital social, que tinha 49.000,00 €, e passou a ter 100.000,00 €, sabe quanto é que custou tudo o resto? Não custou nada; custou inteligência, custou estudo, custou trabalho, custou planeamento. Sabe quanto é que custou a aquisição dos terrenos no Casarelo, que podem valer mais de 3.000.000,00 € ao Município de Pombal? Custou 60.000,00 €, e custou tempo, e custou estudo, e custou um conceito, e custou uma conjugação organizada de conceitos jurídicos, de planeamento do território, fiscais, tributários, administrativos e civis, claro. É isto. Portanto, para fazer uma avaliação com essa simplicidade, percebo que possa ser mais fácil para algumas pessoas perceberem, mas para o nível que se pede à Assembleia Municipal, acho-a muito curta.*

*E vamos voltar aos números – e ainda bem que a Dra. Elisabete me recordou, porque vamos ver aqui, de facto, as vendas dos lotes, estão aqui os números, Senhores Deputados, para nós vermos o que é que, efetivamente, foi o valor da venda de lotes no mandato, em 2009, 2010, 2011 e 2012, pouco mais de 400.000,00 €, é a coluna mais pequenina que ali está. Depois, no mandato seguinte, 2013, 2014, 2015 e 2016, são quase 800.000,00€. E depois, no mandato de 2017, 2018, 2019 e 2020 – e não tem 2021, estes lotes todos – já chegou a 1.400.000,00 €. Eu percebo que isto vos custe a ouvir, Senhores Deputados, e que os senhores usem essa forma muito inteligente, que as ditaduras usam, que é: insistamos permanentemente na mentira, que passa a ser verdade. As evidências são estas, estes são os valores recebidos, estes são os negócios feitos, estas são as empresas que se instalaram. Os metros quadrados de lotes vendidos no ano de 2009, 2010, 2011 e 2012 não passaram dos trinta mil metros quadrados de vendas – é a coluna mais pequenina, a parte de baixo, esta que está aqui. No mandato de 2013, 2014, 2015 e 2016, chegámos aos sessenta mil metros quadrados. Em 2017, 2018, 2019 e 2020 – e não está 2021 – já passámos os cento e oitenta mil metros quadrados. Isto, Senhores Deputados, com a troika em Portugal, não se esqueçam dessa circunstância.*

*Depois, vamos ver os desempregados, que os senhores dirão: “Pois, os desempregados vão-se todos embora, não fica cá ninguém, por isso é que nós temos menos população.” Se nós olharmos, de facto, para aquilo que têm sido as políticas que têm sido desenvolvidas, os números, no início dos meus mandatos, no quarto trimestre de 2013, eram cerca de dois mil e trezentos; mesmo com a pandemia, nós estamos encostados aos mil desempregados no Concelho de Pombal – mil desempregados no Concelho de Pombal.*

*O consumo energético de média tensão, em MW, está aqui neste quadro, tem a ver com a evolução que existiu, o que significa que há mais produção. Não é aquilo que o PS faz, que é ter a energia mais cara da Europa, com as taxas e as taxinhas, não, não é isso; são os MW que são consumidos porque há atividade industrial que é desenvolvida. Olhe, nestas colunas estão os resultados da Escola Tecnológica – a tal em que não é preciso gastar dinheiro, mas é preciso pensar. Estão aqui, e vemos cento e sessenta e dois novos alunos em 2019, cento e cinquenta e três em 2018, cento e quarenta e oito em 2017, cento e quarenta e seis em 2016, cento e quarenta e seis em 2015, cento e treze em 2014, e em 2013, tínhamos tido oitenta e três – oitenta e três, agora temos o dobro, o dobro, passados oito anos. Estas é que são as questões da forma com que os assuntos foram tratados.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*E vamos ver o turismo. Sabem qual era o retrato do turismo em Pombal em 2014? Trinta e cinco mil dormidas por ano, está aqui o gráfico. Sabem quanto é que era no final de 2018? Já tinha passado as quarenta e cinco mil.*

*Portanto, Senhores Deputados, isto são evidências. Eu percebo – aliás, a Dra. Elisabete até parecia que estava a defender a Comissão Política do Partido Socialista; nós estamos aqui a prestar contas da atividade da Câmara. A senhora não tem que se justificar. Repare, eu não vou votar em si, como calcula, a senhora também não vota em mim, e portanto, não tem que me convencer. Mas, percebi que, de facto, quis pôr – aliás, não quis pôr, mostrou que pôs todas as carapuças: achou que a carapuça da ignorância era para o Partido Socialista, se calhar tem razão; achou que a observação da candidata do Partido Socialista, por ser do Partido Socialista, tinha a ver com opções políticas, se calhar também tem razão. Repare, isso é uma factualidade, há coisas que são factuais, não vale a pena, são como são, e valem aquilo que têm.*

*Mas, sabe que é muito curioso perceber como é que os senhores têm este discurso para a política local, mas, depois, vejamos como é que o Partido Socialista se propõe – aliás, o Primeiro-Ministro tem-no feito de uma forma muito intensa – resolver o problema da habitação em Portugal, esse problema importante da habitação em Portugal, que aqui tem uma expressão muito significativa. Sabem qual é a proposta? A proposta que os senhores apresentam é: vamos dar dinheiro aos Municípios para fazerem mais casas. E sabem o que é que isto significa? Significa que, de facto, a política não é utilizar bem aquilo que já existe, o património devoluto, aquilo que está disponível, agravando impostos, incentivando os Municípios a poderem arrendar, fazendo programas de renda apoiada; não, os seis milhões de habitações que existem em Portugal, para dez milhões de pessoas, agora vão ter um plano especial para se construir mais. Esta é a opção, a opção do mesmo Governo que, depois, castiga as famílias, da forma que nós conhecemos – aliás, o Partido Socialista não é propriamente conhecido por ser, nem amigo das famílias, nem amigo dos empresários. E como temos alguns na Assembleia, é uma questão de lhes fazermos as perguntas.*

*E sobre as questões de saúde, para terminar, deixe-me dizer-lhe, primeiro que tudo, que assinalo a simpatia com que tratou o Dr. Carolino, relativamente aos projetos que lhe foram deixados pelo Eng.º Guilherme Santos. Passou por cima dele, provavelmente porque não se recordou, mas ele foi Presidente de Câmara, de facto, foi Presidente de Câmara, e merece esse respeito.*

*Depois, tem aqui outra coisa que é importante também recordar, que é que ainda existe em Portugal uma delimitação das responsabilidades de intervenção dos diversos níveis de Governo. E portanto, pode ser uma coisa muito simpática para enganar as pessoas, que agora o Presidente da Câmara vá dizer que nós agora temos que ter aqui um TGV em Pombal. Repare, isto faz sentido. Sabe o que é que o Governo do Partido Socialista fez, relativamente a esses investimentos, nas matérias que estavam reguladas na Lei, na Lei Portuguesa, relativamente aos pareceres que os Municípios davam sobre as grandes infraestruturas, como os aeroportos? Revogou a Lei, porque os Municípios eram contra. E então, altera-se a Lei, e os Municípios deixam de ter uma palavra a dizer sobre estes assuntos. Esta é a forma de proximidade, de reconhecimento do Poder Local, dos eleitos diretos, do poder do povo, sobre as decisões mais importantes para os nossos territórios.*

*Olhe, sabe o que é que eu estive a fazer, uma das matérias que eu fui fazer a Coimbra? Foi precisamente agora dizer ao Presidente do Conselho da Região que tínhamos recebido essa proposta, que o Município de Pombal – e não é para mim, é para o Município de Pombal, para o Município que terá os seus representantes eleitos no último trimestre – que devia ter um representante na estratégia regional relativamente aos grandes investimentos. Sabe porquê?*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Olhe, porque o TGV vai ter que passar em Pombal, porque o aeroporto do centro, a fazer-se, vai ter que ser muito perto de Pombal, porque as reservas estratégicas do gás natural estão em Pombal, porque as principais vias rodoviárias estão em Pombal, e porque Pombal, de facto, tem essa dimensão e justifica-se estar nessa linha da frente nesses grupos de trabalho. Isso é que é importante, até porque, como sabe, até pelas expectativas que aqui há pouquinho tivemos todos sobre a “bazuca” europeia, vão lá ver quantas rubricas é que vão para os Municípios. Vão lá ver.*

*A Senhora Presidente da Comissão de Coordenação, e responsável pela gestão dos fundos comunitários, começou a sua intervenção no Conselho Regional, há pouco, a apresentar precisamente o nível de execução dos fundos comunitários. Vão ver o QREN, vão ver o Centro 2020, vão ver o resto. Sabem quanto é que nos falta executar no ano de 2021? 50%. Aliás, a Senhora Presidente, e com razão, dizia que já ultrapassámos a meta dos 50%. Passaram sete anos. Que vergonha. Vão ver o Município de Pombal. Os senhores conheceram – e o Senhor Presidente da Junta do Louriçal foi muito compreensivo para esta circunstância, e nessa altura, ninguém estava muito preocupado com as questões da saúde – nós tivemos que suspender, em dezembro de 2020, suspendemos a empreitada de construção do Centro de Saúde do Louriçal, que estava com 98% de execução, porque, passados quatro anos – quatro anos de Governo Socialista na gestão dos fundos comunitários – o aviso para apresentarmos a candidatura não tinha sido aberto, e o Município fez o projeto, e depois obteve os pareceres, e depois concluiu os projetos de execução, e depois lançou a empreitada, e o aviso não saía. E depois, adjudicou a empreitada, e depois a obra começou, e tinha um ano para ser executada, e o aviso não saiu. E à porta de a obra estar terminada, a Câmara decidiu que vai ser suspensa a empreitada, para que não se perca o direito, e só em março é que a candidatura foi aberta. Ainda não houve apreciação. O mesmo está a acontecer com os centros escolares. Este é o país.*

*Viu o tempo em que nós conseguimos fazer o apoio às empresas, e distribuir meio milhão de euros, em pouco mais de mês e meio? Sabe como é que isso se chama? Vontade, e organização, e trabalho, e planeamento. E nós não estávamos à espera, que andámos, todos os membros da Câmara, todos os membros da Câmara, de todos os Partidos e Movimentos, preocupados em termos um respaldo jurídico que nos protegesse relativamente a este assunto, porque a questão política, desde o princípio que não se colocava. Esses são os constrangimentos, Senhores Deputados.*

*E portanto, pode parecer a todos que as coisas são muito fáceis, bola para a frente, está tudo resolvido, não há problemas; as coisas são muito mais difíceis. E Deus queira que, daqui a um ano, estejamos – os que forem eleitos, porque eu não serei, com certeza absoluta – com um relatório que tenha ainda mais execução do que aquela que aqui tem, que tenha menos carga tributária sobre os cidadãos, que tenha mais fundos comunitários executados, que tenha menos despesa corrente do que aquela que nós temos, que tenha mais transferências de despesa corrente para despesas de investimento, como aquelas que aqui estão, que tenha menos dívida a empreiteiros, que tenha menos dívida de médio e longo prazo, e que tenha muito mais sucesso do que aquilo que foi feito nestes anos todos. É isso que eu desejo, sinceramente, para o nosso concelho – não é para o Partido Socialista, é para o nosso concelho. É para o nosso concelho. Foi a este concelho que eu devotei vinte e oito anos do meu trabalho – vinte e oito anos do meu trabalho.*

*Muito obrigado.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Presidente.”*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

**Colocado o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais do ano 2020 a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com sete votos contra, das Bancadas do Partido Socialista e do Movimento NMPH.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

Pelo membro da Bancada do CDS, **Liliana Adelina Silva**, foi feita a seguinte Declaração de Voto:

*“O CDS votou a FAVOR DA APROVAÇÃO DO Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais – Ano 2020, por não se ter identificado, no documento, qualquer irregularidade formar e por considerarmos o parecer favorável do Auditor Externo.*

*Fazendo referência ai ponto 2.9 da Ordem de Trabalhos, gostaria ainda de referir que a Câmara deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal a nomeação do atual Auditor Externo, garantindo a confiança no trabalho apresentado.”*

***Ponto n.º 2.3. Apreciação do Parecer do Auditor Externo, ao abrigo do Artigo 76º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sobre as Contas Individuais do Município de Pombal - Ano de 2020 - Para conhecimento.***

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Algum dos Senhores Deputados quer fazer alguma intervenção neste ponto? Não querendo, passamos ao ponto seguinte, uma vez que este é apenas para conhecimento. Senhor Presidente, quer falar alguma coisa aqui no Ponto n.º 2.3?”*

### **Presidente da Câmara Municipal:**

*“Muito obrigado, mas julgo que não se justifica.”*

**A Assembleia tomou conhecimento.**

***Ponto n.º 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas de 2020.***

A **Senhora Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros e que a seguir se transcreve:

*“Ponto 2.8.1. Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas de 2020*

*“Foi presente à reunião a informação n.º 29/DAFM/21, da Divisão de Administração e Finanças, datada de 15-06-2021, que a seguir se transcreve:*

*“Assunto: RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DE 2020 Exmo. Sr. Presidente*

*Em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do Artº 76º da Lei 73/2013 de 03 de Setembro, os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pela Câmara Municipal de modo a serem submetidos à apreciação da Assembleia Municipal, na sessão ordinária de Junho do ano seguinte àquele a que respeitam*

*O Artº 75º da referida Lei, define as regras orientadoras para a elaboração da Consolidação de Contas dos Municípios, entidades intermunicipais e as suas entidades associativas com as entidades detidas ou participadas.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*No sentido de acautelar a devida prestação de contas dos municípios, o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública aprovado pelo DL 192/201 5de 11 de setembro) publicou a NCP 22, com o objetivo prescrever princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades.*

*Fazem parte do perímetro de consolidação para o ano de 2020, o Município de Pombal como entidade consolidante e a PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M, e o conjunto das duas entidades designa-se por Grupo Público.*

*À luz do nº 7 do Artº 75º, conjugado com os modelos de demonstrações de relato consolidados definidos no SNC-AP, e de acordo com o Anexo D1 da Instrução nº 1/2019 do Tribunal de Contas publicado no DR a 06 de março, os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas:*

- Balanço consolidado;
- Demonstração de resultados por natureza consolidado;
- Demonstração das alterações no património líquido consolidado;
- Demonstração dos fluxos de caixa consolidado;
- Anexos às Demonstrações Financeiras consolidadas;
- Demonstração consolidada do desempenho orçamental; e,
- Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.

*Todos estes documentos fazem parte integrante do Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2020, que se anexa, devendo ser submetido ao Órgão Executivo para sua aprovação.*

*A versão draft da Certificação Legal das Contas, emitida pelo Auditor Externo do Município, será entregue até ao dia da realização da reunião da Câmara, que será vertida na versão definitiva, após a aprovação das contas pelo Órgão Executivo.*

*De igual de modo se submete em anexo, uma nota introdutória que resume de forma sucinta as contas consolidadas.*

*Nestes termos propõe-se que, em conformidade com o disposto no nº 2 do Artº 76º da Lei 73/2013 de 03 de Setembro, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas consolidadas, do ano de 2020, seja submetido ao Órgão Executivo no sentido de deliberar aprovar as contas consolidadas de modo a serem submetidas à apreciação do Órgão Deliberativo."*

*A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra da Senhora Vereadora Dra. Odete Alves, do Partido Socialista, e duas abstenções dos Senhores Vereadores Eng.º Narciso Mota e Dr. Michael António do Movimento NMPH, aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas e submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal."*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*"Pedia aos Senhores Deputados que se quisessem inscrever, para o fazerem.*

*Então, Senhor Deputado João Coucelo, pode começar a sua intervenção. Faça favor."*

### **João Coucelo (PPD/PSD):**

*"Bom, eu não quero entrar, de maneira nenhuma, em qualquer picardia com a minha colega Elisabete Alves, mas gostava, se ela me permitir, de invocar aqui os meus primeiros tempos de Assembleia Municipal. É que eu estive aqui nesta Assembleia Municipal com o Eng.º Guilherme Santos, e, provavelmente, a minha colega deputada estaria ainda na escola primária, ou ainda não era nascida – é uma jovem ainda. E conheci, felizmente, muito bem o Eng.º Guilherme Santos, e era amigo dele. E até lhe confidencio uma coisa, aqui para os colegas todos: ele até*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*me convidou para eu pertencer à Bancada do Partido Socialista, tendo eu entrado para o PSD. Eu disse ao Eng.º Guilherme, na altura, algo que ainda hoje me recordo sempre. Disse: “Eng.º Guilherme, não. O senhor está melhor comigo na Bancada da Oposição, porque o senhor sabe que eu já votei favoravelmente alguns documentos de aprovação de contas, em desacordo com a minha Bancada, mas também lhe disse o que tinha de lhe dizer, quando tinha que dizer mesmo. Portanto, se eu estiver na sua Bancada, é muito desagradável ter de votar contra si e contra a Bancada do Partido Socialista.”*

*É só para dizer o seguinte: aquilo que passa de Presidente de Câmara para Presidente de Câmara é natural. O Eng.º Guilherme, que viveu numa altura em que a fiscalização por parte dos organismos tutelares não tinha nada a ver com o que se passa hoje – isso de ir falar com o Ministro, e não sei quê, e com o Secretário de Estado, eu estive na Câmara e falei com o Eng.º José Sócrates, que na altura era Secretário de Estado do Ambiente, e também fui aos Ministérios com o Eng.º Narciso Mota. Por amor de Deus, qualquer Presidente de Câmara tem essa obrigação.*

*E portanto, é para dizer que nem sempre se faz assim, agora há organismos de coordenação regional que, naturalmente, também alteraram alguns desses peditórios – porque é mesmo um peditório, antigamente era uma espécie de peditório, e eu espero que essas coisas, felizmente, acabem, que seja um atendimento natural entre instituições.*

*E portanto, era só para lhe fazer este pequeno reparo, não leve a mal, mas é para dizer que eu me recordo muito bem desses tempos, e pronto, nós não voltamos a viver no passado, mas ficamos sempre lições desse passado, e isso é sempre útil para as nossas opções de vida no futuro.*

*Quanto à saúde, que aqui foi invocada, esta Câmara Municipal fez pela saúde em Pombal, o que nenhum Governo nem autarquia do Partido Socialista fez em todos os anos: hospital remodelado, Centro de Saúde de Pombal, do Louriçal, Extensão de Saúde da Guia, primeiro a obra, e depois a remodelação, e foi sempre a Câmara a assumir aquilo que eram responsabilidades do Poder Central, porque infelizmente é assim, é a história da rotunda do Alto do Cabaço: obrigam as Câmaras, porque estão mais próximas das pessoas, e essa responsabilidade social das Câmaras, que têm ainda mais, pela proximidade, do que têm os Governos, isso é verdade, e nós temos que melhorar, temos que nós próprios, autarquias e cidadãos, começar a reclamar mais, nós reclamamos pouco.*

*Ainda ontem – e isto, para terminar – li a notícia que, em Espanha, vão baixar o IVA da eletricidade para 10%, nós pagamos a eletricidade mais cara da Europa, em proporção ao nosso nível de vida, pagamos o gás mais caro, mais duas vezes do que a Espanha, pagamos os combustíveis a um preço incrível – e ainda agora aumentaram novamente. E quanto é que o Estado recebe desses impostos indiretos? Uma brutalidade. Portanto, dizer que não aumentam impostos é fácil, o IRS lá se vai aguentando. E nos indiretos? Estamos constantemente a pagar mais. As famílias não vivem bem, sobretudo as famílias de baixos rendimentos, que nem conseguem aquecer as suas casas, com os custos que a energia tem. E as pessoas hoje usam os combustíveis, não é para passear, é para trabalhar, e portanto, também isso era bom para o cidadão individualmente, e para as próprias empresas.*

*Era só isso, Senhora Presidente.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhora Deputada Elisabete Alves, faça favor.”*

**Elisabete Alves (PS):**

*“Muito obrigada, Senhora Presidente.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Efetivamente, concordo com muito do que foi dito anteriormente, aqui pelo Dr. João Coucelo. Há muito para fazer, da parte dos cidadãos, e da parte das autarquias. E aí, como eu disse há pouco, vai ao encontro do que é dito aqui também pelo deputado João Coucelo, as autarquias e os cidadãos têm também esse papel, de tentar mudar as coisas, de tentar fazer com que as coisas sejam diferentes, e os Governos assim não o fazem. E é preciso haver essa coragem, e é preciso fazer isso, e saber falar com as instituições e com as pessoas.*

*São vinte e oito anos de governação do Partido Social Democrata em Pombal. Quando eu disse há pouco que foram feitas obras no início dos mandatos do Partido Social Democrata, projetadas pelo Partido Socialista anteriormente, eu não faltei ao respeito ao trabalho do anterior Presidente, Armindo Carolino, pelo contrário – aliás, ele era Vice-presidente do Eng.º Guilherme Santos, ele fazia parte da equipa, e portanto, o bom trabalho que foi deixado era deles. Só por não ter referido o nome, lá vem o Senhor Presidente aproveitar para tentar pôr-me aqui mal, ou tentar, enfim, passar aqui uma mensagem que não foi aquela que eu quis passar. Eu aqui não trago todos os assuntos, como o Senhor Presidente traz, a nível nacional, do céu à Terra, mas eu tento trazer aquilo que é do concelho, e que é importante para o concelho, e da questão da gestão deste Executivo, e comparar com Executivos anteriores. E tanto o Eng.º Guilherme Santos, como o Dr. Armindo Carolino, que, enfim, foi um seguimento um do outro, também do projeto anterior, que era também dele próprio e do Eng.º Guilherme Santos, que projetaram obras que, efetivamente, foram feitas depois, na altura, pelo Eng.º Narciso Mota.*

*E portanto, eu não estou aqui a passar por cima de ninguém, pelo contrário, eu referi a questão do Eng.º Guilherme Santos porque ele ia a Lisboa bater à porta dos Ministros, para trazer coisas, e sabia falar com eles, e por isso eu referi o nome dele. Não quis passar por cima do Dr. Carolino, pelo contrário, pessoa que tenho como muito trabalhadora, muito honesta, e que tem um passado profissional e pessoal exemplar.*

*Deixar aqui essa nota, e dizer que relativamente a este ponto, o nosso sentido de voto é, efetivamente, aquele que eu já tinha dito a propósito do Ponto n.º 2.2. Nós não podemos concordar com esta situação, da aprovação do relatório de gestão e prestação de contas consolidadas, porque é o tal problema da falta de estratégia, não é isto que esta gestão tem feito que o concelho necessita, o concelho necessita de mais.*

*Obviamente que sim, que há coisas aqui, que estão no tal documento extenso e pormenorizado, que são importantes, e que têm sido importantes, e há trabalho feito, muito trabalho feito – aliás, se não houvesse trabalho feito, o que é que eu diria de vinte e oito anos de governação deste Executivo, ou deste Partido Social Democrata? Portanto, alguma obra e trabalho tinham que ser feitos, porque se nada estivesse feito, não estávamos aqui sequer a discutir. Tinha que ser feito trabalho, tem que ser feita obra, tem que ser apresentada, vêm muitas receitas, a nível dos programas comunitários, e a nível do Estado Central. E portanto, essas receitas têm que ser geridas, efetivamente, e é isso que a Câmara tem feito, tem gerido receitas, e tem que apresentar serviço, tem que apresentar trabalho, e tem que implementar as suas ideias, pô-las no terreno e tentar que essas suas ideias e essa forma de gerir levem aos seus objetivos, a que se propunha no seu programa. Nós não temos dúvidas de que este Executivo apresentou trabalho, teve ideias. No entanto, vejamos o estado em que nos encontramos, da perda de população, da incapacidade de captação de pessoas, nós temos, neste momento, em Pombal uma falta de parque habitacional que nunca se viu. O que é que falhou? Estratégia, falhou a estratégia.*

*Portanto, nós tínhamos que pensar – e quem pensa, tem que pensar a médio e longo prazo, não pode pensar só aqui e agora o que é que fazemos este ano, e para o ano, nestes quatro anos, para depois apresentarmos aqui obra, e principalmente quando for ali, mais ou menos no último*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*ano, fazermos muitas inaugurações e apresentarmos muitas obras. Não pode ser isto, não pode ser só isto, tem que se pensar numa estratégia a médio e longo prazo, daquilo que nós queremos que seja o nosso concelho, o que é que nós queremos que o nosso concelho tenha, no que é que nós queremos que ele se destaque, porque todos nós, convenhamos, gostamos, tanto os Senhores Presidentes de Junta, como os Presidentes de Câmara, querem que o seu concelho e a sua freguesia sejam um exemplo, se destaquem em muitas matérias. E eu vejo aqui muitos Presidentes de Junta, muito interventivos, que fazem muita questão de falar das situações que vão fazendo pela sua freguesia, daquilo que falta fazer, mas muito satisfeitos com aquilo que conseguem para a sua freguesia.*

*E portanto, quem está à frente do Município tem que ter uma estratégia, e tem que pensar como é que o concelho se vai destacar, a nível económico, de captação de pessoas, de captação de investimento, de empresas, vamos melhorar aqui o parque industrial, vamos trazer para cá pessoas. Aliás, todos nós – como disse, há pouco, uma cidadã – ficámos muito satisfeitos quando ouvimos o Senhor Presidente falar daquelas grandes empresas internacionais que vinham para a Guia, as tais tecnológicas, ficámos muito satisfeitos. No entanto, afinal, isso caiu tudo em saco roto, não veio nada, e olhe, se calhar eram fantasmas, nunca apareceram, nem fizeram propostas, efetivamente – pelo menos que nós tivéssemos conhecimento. Depois, também não sei quem vinha lá da América Central, que vinha também para aí, que o Senhor Presidente também fez questão de dizer, e não veio nada, esses investimentos não vieram. Nós continuamos com perda de população, já baixámos para aqueles números que eu disse há pouco, nas intervenções antes da ordem do dia, e portanto, falta estratégia, falta apostar aqui. O Senhor Presidente diz que, às vezes, não é a questão do dinheiro, - estava ali a responder, há bocado, ao deputado que falou também, a propósito daqui das contas individuais - às vezes não é o muito dinheiro que se ponha nas coisas – foi isto que eu percebi que o Senhor Presidente disse – não é essa questão só do dinheiro, não é só com o dinheiro que, às vezes, se leva para a frente uma área; é a estratégia que se tem, e as ideias que se têm para esse assunto.*

*E o turismo, essas ideias que o Município vai tendo para a questão do turismo, são ideias avulsas, não há um fio condutor, não há uma estratégia concertada para desenvolver essa área, de forma a podermos dizer que temos aqui, efetivamente, um desenvolvimento, uma estratégia, na questão do lançamento ou da implementação do turismo em Pombal. E quem está em Pombal – o Senhor Presidente fala do número de dormidas; eu ando aqui na rua em Pombal, e eu não vejo turistas, ou é raro ver turistas. Portanto, essas dormidas, isso que o Senhor Presidente diz, esses números, às vezes os números, quem está no terreno, às vezes não compreende bem, e quem anda aí na rua não compreende bem como é que certos números chegam ao papel, há muitos fatores que podem levar a que esses números sejam incluídos no papel.*

*E portanto, o que nós vemos é aquilo do dia a dia, as queixas das pessoas, as queixas do comércio, as queixas dos nossos empresários, as queixas daqueles que não têm boas condições, têm o seu armazém na zona industrial, e não têm boas condições de acessibilidade e para o desenvolvimento da sua atividade, no turismo também, para captarem mais clientes, e terem uma melhor forma de escoamento dos seus produtos, e também captarem-se outras empresas para as zonas industriais. Portanto, vemos esses empresários também a queixar-se dessa situação, da falta de investimento – e estou a lembrar-me concretamente da zona industrial da Formiga – há pouco, o Senhor Presidente da Junta de Pombal falou da questão de já estar projetado, e que vai ser implementado ali um melhoramento, que está projetado, mas andamos aqui há décadas, andámos aqui mandatos atrás de mandatos a bater no ceguinho, como se costuma dizer, sempre a falar das mesmas coisas, e claro, algum dia, isto, enfim, tanto bate... Algum dia, o Senhor*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Presidente, ou quem está à frente do Executivo Camarário, tinha que concretizar aquilo que as Bancadas da Oposição e os cidadãos se queixam, por anos e anos, mandatos e mandatos a fio. Portanto, alguma vez tinha de implementar determinadas necessidades básicas. Vai a tempo, mas também vai tarde, mas ainda bem que as faz – vai tarde, mas ainda bem que elas são feitas. E é bom que isto tenha surgido ainda antes de o Senhor Presidente terminar o seu mandato, e que tenha lançado esta sua decisão de avançar com esses trabalhos.*

*Terminei, Senhora Presidente.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Terminou? Muito obrigada. Senhor Deputado João Santos, faça favor.”*

### **João Antunes dos Santos (PPD/PSD):**

*“Quería fazer uma interpelação à Mesa, Senhora Presidente, numa perspetiva preventiva, tendo em conta a ordem de trabalhos que ainda temos pela frente. Lamento interromper a Dra. Elisabete Alves, mas a verdade é que o art.º 38.º do Regimento diz, no seu n.º 4, que para intervir nos debates será concedida a palavra a cada membro que para tal se inscreva, no máximo duas vezes em cada assunto, e por períodos não superiores a cinco minutos, da primeira vez, e de três minutos, na segunda. Já no ponto anterior estive para fazer este reparo, mas achei que a Dra. Elisabete Alves não ia voltar a abusar da condescendência da Senhora Presidente da Assembleia.*

*E portanto, fica aqui esta nota, para que tenhamos todos algum respeito por aquilo que é o Regimento, obviamente, agradecendo à Senhora Presidente esta condescendência que teve para com a Dra. Elisabete Alves.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Deputado João Santos. Ainda bem que faz esse reparo, sabe porquê? Eu não quis intervir, mas eu sei que estamos em tempos difíceis, não se esqueçam que estamos em pré-campanha, ou quase pré-campanha. E portanto, é na Assembleia que muitas vezes se falam desses assuntos.*

*Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, se faz favor.”*

### **Presidente da Câmara Municipal:**

*“Muito obrigado, Senhora Presidente.*

*Dra. Elisabete, de facto, eu trago-lhe uma má notícia: é que a senhora, como eu, só tem um voto. E portanto, deixe o eleitorado livre, esclarecido, com as campanhas todas que se façam, e com os meios todos que estão à disposição, fazer essa livre decisão. Aliás, eu fico muito contente que continue a achar que eu vou ser o candidato à Câmara, desviando essa discussão do sítio certo. Mas, isso, faz bem, o PSD só lhe agradece.*

*Eu não sei como é que a senhora consegue dizer, na mesma frase, esta coisa extraordinária – veja bem aquilo que disse: faltam pessoas em Pombal, o que significa que as pessoas se foram embora, porque a população diminuiu, e depois diz, logo a seguir, que falta parque habitacional. Já viu o que é que acabou de dizer? Significa que, de facto, temos que respeitar as opções dos cidadãos, que têm património e que não arrendam, nem o cedem, nem o vendem. Eu acredito que isto, numa sociedade com esse conceito mais socialista que provavelmente subscreve – admito que de forma mais moderada do que aqueles países que nunca receberam imigrantes, que quiseram ir para Cuba, Venezuela e União Soviética refazer as suas vidas, ou a Alemanha de Leste, nunca tiveram essa sorte, os imigrantes iam sempre para os outros países mais desenvolvidos e com melhores rendimentos, e com maior qualidade de vida – que, de facto, temos que respeitar essas opções, porque os preços não descem, e isso acaba por condicionar o mercado.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Agora, nem se trata de pôr a carapuça, trata-se de lhe responder com uma factualidade sobre aquilo que é – porque a senhora falou duas vezes dos projetos que tinham sido deixados pelo Eng.º Guilherme Santos, não disse o nome de um, um só – diga-me o nome de um projeto, um só, que o Eng.º Narciso Mota tenha pegado, que viesse do Eng.º Guilherme Santos. Diga-me só um, não precisa de dizer mais, só precisa de dizer um. Não me lembro de nenhum.*

*Mas, eu vou dizer-lhe quais foram as negociações que nós fizemos – peça aí ao seu espírito santo de orelha, que talvez a ajude – deixe-me dizer-lhe quais foram as negociações que nós fizemos com entidades, que objetivamente se consumaram em intervenções. Como é que acha que se fez a intervenção na Escola Secundária da Guia, antes de o património ser municipal? Com o Ministério da Educação. Como é que acha que se fez a intervenção de requalificação das fachadas no Hospital Distrital de Pombal, propriedade da Misericórdia, e gerido pelo Centro Hospitalar de Leiria? Com negociação. Como é que acha que se fez a intervenção no Centro de Saúde de Pombal, em terrenos que parte eram da Câmara, parte eram da Misericórdia, estava num edifício construído lá em cima, que era da ARS, o dono de obra era a Câmara, e havia um comodato, e depois houve um direito de superfície? Sabe quem é montou isto tudo? Fomos nós. Quem é que fez as obras no Centro de Saúde da Guia, que era património da Junta de Freguesia da Guia, e que tinha um comodato com a ARS? Essa negociação foi feita connosco. E no Louriçal, como é que se fez essa negociação, e os pareceres, e as autorizações? E então, como é que se fez a aquisição dos terrenos na Gualdim Pais, para abertura da Rua Pinhal Leitão, que estava por abrir há vinte e cinco anos? Olhe, este ano, festejamos vinte e cinco anos, eu estive naquela cerimónia em que estive cá o Prof. Eng.º Marçal Grilo, Ministro da Educação do Eng.º António Guterres, a fazer essa inauguração, de uma obra lançada ainda pelo Prof. Cavaco Silva. Sabe quem é que resolveu, por negociação, que o Castelo de Pombal é finalmente do Município? Fomos nós. Sabe quem é que resolveu a compra à Direção Geral do Património da Escola Conde de Castelo Melhor? Fomos nós. Sabe quem é que resolveu o problema que estava há vinte anos por resolver, no Largo da Estação de Albergaria dos Doze, que está já em obras? Fomos nós. Sabe quem é que conseguiu resolver o problema da intervenção de qualificação do Largo Salgueiro Maia, uma empreitada que está a decorrer na zona da Várzea? Fomos nós. Sabe quem é que conseguiu resolver o problema de lançar um projeto, que vai ser pago integralmente pela Estradas de Portugal, para fazer a requalificação dos treze quilómetros daqui para sul, na Estrada Nacional 1? Fomos nós. Sabe quem é que lançou o projeto para fazer a articulação e para se fazer a rotunda do Alto do Cabaço? Fomos nós. Sabe quem é que articulou com a ABMG, e com a Câmara Municipal de Soure, para fazermos a rede de saneamento, que foi agora aberta pela Câmara? Fomos nós. Sabe quem é que resolveu o problema com quarenta empresas que compraram capital social da Escola Tecnológica? Fomos nós. Sabe quem é que articulou com a Direção Geral de Finanças, nos termos em que foi feita a aquisição dos terrenos do Casarelo? Fomos nós. Sabe quem é que resolveu o problema com a Loja do Cidadão construída, numa articulação com várias entidades, a Agência para a Modernização*

*Administrativa, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Segurança Social? Fomos nós. Se quiser, eu posso continuar mais. Isto é objetivo. Isto não é promessa, isto está feito, está resolvido, não constitui problemas. Quer mais outra? Olhe, sabe quem é que resolveu o problema da articulação com a Câmara Municipal da Figueira da Foz, para mandarmos para lá os resíduos, Câmara Municipal da Figueira da Foz e Águas da Figueira, relativamente à drenagem das águas todas na zona ocidental do concelho, a drenarem para norte da Silveirinha Grande, Pequena, Brejos, Claras e Vieirinhos? Fomos nós. Ou na Água Formosa, que é uma coisa mais pequenina, com a Câmara de Leiria. Repare, são imensas. Essa é a vida do Presidente*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*da Câmara. Acha que isto cai do céu, que alguém vem aqui servir à mesa? Não, isto é resolvido com trabalho. E deixe-me dizer-lhe, não é porque os investidores da América Latina, ou porque os investidores franceses não vêm, que eu desisto.*

*Os senhores acham que há uma moda portuguesa francamente – e desculpe-me aqui a minha sinceridade – tacanha, que como não se consegue, és um derrotado, e ficas assim a vida toda. Errado, errado, Senhora Deputada, erradíssimo; levante a cabeça e lute. Mas, ainda bem que os senhores têm este espírito, porque esse é o espírito que decisivamente vai garantir que o PSD vai continuar a governar esta Câmara, porque os senhores é assim que pensam, porque é assim que sentem, porque é assim que são. Muito obrigado, Senhora Presidente.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Presidente. Dra. Elisabete Alves, peço-lhe desculpa se se sentiu ofendida, mas olhe, é assim, efetivamente a reunião já vai tão longa, as intervenções estão a ser tão longas – não é só a senhora. Efetivamente, saiu-me, e se a senhora se sentiu ofendida, peço-lhe desculpa.*

**Colocado o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas de 2020 a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com seis votos contra, das Bancadas do Partido Socialista e do Movimento NMPH.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

Pelo membro da Bancada do CDS, **Liliana Adelina Silva**, foi feita a seguinte Declaração de Voto:

*“O CDS votou a favor da aprovação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas de 2020, por não se ter identificado, no documento, qualquer irregularidade formal e por considerarmos o parecer favorável do Auditor Externo.”*

***Ponto n.º 2.5. – Apreciação do Parecer do Auditor Externo, ao abrigo do Artigo 76º e 77.º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, sobre as Contas Consolidadas do Município de Pombal – Ano de 2020 - Para conhecimento.***

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Alguém se quer inscrever neste ponto para usar da palavra? Senhor Presidente, quer dizer alguma coisa acerca do Ponto n.º 2.5?”*

### **Presidente da Câmara Municipal:**

*“Muito obrigado, Senhora Presidente, agradeço, mas dispenso. Muito obrigado.”*

**A Assembleia tomou conhecimento.**

***Ponto n.º 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre 3.ª alteração modificativa ao orçamento de 2021 e GOPS 2021/2025.***

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Quem se inscreve neste ponto, diga o nome, que eu aceito as inscrições. Senhora Deputada Liliana Silva, faça favor.”*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### **Liliana Silva (CDS-PP):**

*“Relativamente a este ponto, a informação que me chegou – eu não consegui assistir à reunião de Câmara, de manhã, não sei se foi esclarecido ou não, e portanto, solicito esclarecimento de por que é que o fornecedor denunciou o contrato, quais são as razões.*

*E relativamente ao IPL, o que é que foi combinado com o IPL, quais são as exigências quanto às instalações, e se já há previsão de quantos alunos, quais são os cursos, e onde é que estes contentores irão ser colocados.*

*Obrigada.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Obrigada, Senhora Deputada. Senhor Presidente, quer usar da palavra, respondendo à Senhora Deputada, se faz favor?”*

### **Presidente da Câmara Municipal:**

*“Muito bem, muito obrigado.*

*Nos termos do contrato que está celebrado, que tem a duração de dois anos, é uma renovação anual, exceto se houver uma comunicação prévia do desinteresse de alguma das partes, respeitando – se a memória não me falha – noventa dias de prévio aviso.*

*Neste caso, como existe uma subida do preço de aquisição do gás, para eles não é vantajoso estar a fazer a venda, e portanto, a razão que nos apresentam é uma incapacidade de acompanhar o preço de fornecimento que estava estabelecido, para efeitos da renovação.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Senhora Deputada Liliana, faça favor.”*

### **Liliana Silva (CDS-PP):**

*“Há duas alterações, duas alterações apresentadas nesta modificação: uma tem a ver com o contrato de fornecimento de gás, e a outra tem a ver com a aquisição dos contentores para as instalações do IPL. A minha questão é onde é que vão ser colocados, quais foram as exigências do IPL, quantos são os alunos, e quais são os cursos.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Senhor Presidente, faça favor.”*

### **Presidente da Câmara Municipal:**

*“Bem, os cursos, como calcula, não são propriamente relevantes para a operação que estamos aqui a tratar. O que existe é uma avaliação, por parte do IPL, dos cursos que estão aprovados, e portanto, à partida, isto depende – aliás, o protocolo tem esta adenda, e portanto, eles estão a fazer esta avaliação, e os cursos que teremos serão de comunicação digital, inovação e tecnologia alimentar, intervenção social e comunitária, secretariado clínico, gerontologia, e marketing digital no turismo. À partida, serão estes os seis cursos.*

*Como o valor da despesa prevista para o ano de 2022 supera os 100.000,00€, nos termos da autorização que está concedida ao Município, de noventa e nove mil, setecentos e picos, em bom rigor, a Assembleia tem que autorizar uma despesa que ultrapasse este valor, porquanto a autorização concedida à Câmara é inferior àquela da despesa prevista para utilização das instalações provisórias durante esse ano.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Presidente.”*

**Colocado este ponto a votação, foi a 3.<sup>a</sup> alteração modificativa ao Orçamento de 2021 e GOPS 2021/2025, aprovada por maioria, com duas abstenções.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### ***Ponto n.º 2.7. Apresentação do Balanço Social de 2020 – Para conhecimento.***

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Alguém quer intervir neste ponto? Senhor Presidente, tem alguma coisa a dizer neste ponto?”*

**Presidente da Câmara Municipal:**

*“Muito obrigado, Senhora Presidente, mas nada a acrescentar.”*

**A Assembleia tomou conhecimento.**

### ***Ponto n.º 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Mapa de Pessoal do Município de Pombal para o ano de 2021 – Criação da Subunidade Orgânica Secção de Monitorização de Consumos e de Controlo de Cobranças.***

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Quem se inscreve no Ponto n.º 2.8? Não há inscrições. Senhor Presidente, quer falar neste ponto?”*

**Presidente da Câmara Municipal:**

*“Não, Senhora Presidente. Se não há dúvidas dos Senhores Deputados, penso que a informação é suficientemente clara.*

*Muito obrigado.”*

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.**

### ***Ponto n.º 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a nomeação de Auditor Externo, para verificação de contas municipais, para o ano de 2021.***

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Neste ponto, quem se quer inscrever? Não há inscrições. Senhor Presidente, quer usar da palavra aqui?”*

**Presidente da Câmara Municipal:**

*“Quero, sim, Senhora Presidente, por uma razão muito simples: como sabem, a organização e os termos da Lei estabelecem que a nomeação do auditor coincide com os mandatos, sendo certo que os mandatos não coincidem com os anos civis. Neste caso, faz sentido, na nossa ótica – e por isso, a Câmara aprovou a proposta que aqui está apresentada para a Assembleia apreciar, como, aliás, já se fez em anos anteriores, precisamente no final dos mandatos, para que a entidade que externamente tem feito o acompanhamento das contas municipais o possa fazer durante todo o ano civil de 2021 – e portanto, depois da substituição do Executivo, em meados de outubro deste ano, que termine e que faça a prestação de contas reportadas a 31 de dezembro de 2021, que terão que ser feitas até março, apresentadas na Câmara em março, e depois, em abril, na Assembleia Municipal, de 2022 – e que, ao mesmo tempo, o novo Executivo e Assembleia Municipal estabeleçam quem é que vai fazer, depois, a verificação das contas para*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*o ano de 2022 e seguintes, se for essa a opção de fazer um contrato com vários anos, ou apenas um.*

*Mas, seja como for, a ideia é que todo este ano que vai decorrer, dez meses e meio, dos doze, com esta prestação de contas, pudesse ser terminado com o mesmo avaliador externo, e depois, no ano seguinte, logo se faria outro concurso para se assegurar para 2022.*

*Era só este esclarecimento. Muito obrigado.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Presidente.”*

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.**

***Ponto n.º 2.10. Apresentação da proposta da Câmara sobre a PMUGest - Relatório de Execução Orçamental - 1º trimestre 2021 - Para conhecimento.***

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Alguém se inscreve neste ponto? Não há inscrições. Senhor Presidente, quer dizer alguma coisa neste ponto?”*

**Presidente da Câmara Municipal:**

*“Muito obrigado, Senhora Presidente, mas não é necessário.”*

**A Assembleia tomou conhecimento.**

***Ponto n.º 2.11. Apresentação da proposta da Câmara sobre a PMUGest - Relatório do Fiscal Único referente ao 1º Trimestre de 2021 - Para conhecimento.***

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Neste ponto, alguém se inscreve? Senhor Presidente, quer usar da palavra aqui no Ponto n.º 2.11?”*

**Presidente da Câmara Municipal:**

*“Obrigado, Senhora Presidente.*

*Creio que fica também a empresa municipal com contas muito equilibradas, com um bom exercício para o ano de 2021, e portanto, é mais uma missão que eu acho que fica bem cumprida, relativamente àquilo que eram algumas dificuldades que fomos encontrando, e que, felizmente, se ultrapassaram.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Presidente.”*

**A Assembleia tomou conhecimento.**

***Ponto n.º 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Empreendimentos de Carácter Estratégico - Reconhecimento do Interesse Público Estratégico (Artigos 129.º, 130.º e 131.º do Plano Diretor Municipal, na sua redação atual).***



## MUNICÍPIO DE POMBAL

A **Senhora Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu, conforme documentos previamente distribuídos por todos os seus membros.

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Neste Ponto n.º 2.12, quem se inscreve? Senhora Deputada Liliana Silva, pode começar, se faz favor.”*

**Liliana Silva (CDS-PP):**

*“Senhora Presidente, se me permite, há bocado eu não fiz esta intervenção, para não quebrar o ritmo das votações, mas gostaria agora de fazer o seguinte reparo: efetivamente, a meu ver, não foi devidamente explicado a esta Assembleia o motivo da ausência do Senhor Presidente.*

*E agora, também dirigir uma palavra ao Senhor Presidente: sem dúvida que a sua ausência iria marcar de forma negativa esta Assembleia, e fico contente que esteja presente.*

*No seguimento das palavras que proferiu no Ponto n.º 2.1, aproveito esta oportunidade para reforçar que estamos cá todos para dar o nosso melhor contributo em prol do bem-estar dos Pombalenses, e deve haver em todos nós a humildade de aceitar a crítica. Destaco que naquilo que estive ao meu alcance, sempre foi feita de forma responsável e construtiva, e a verdade é que se verifica que os alertas e insistência vão tendo alguns resultados. Ainda bem que a questão da igualdade do custo das refeições escolares foi entendida pelo Senhor Presidente.*

*Relativamente ao Ponto n.º 2.12, Senhor Presidente, pese embora não tenhamos conhecimento de nenhuma manifestação de descontentamento, eu questiono se houve o cuidado de escutar os residentes – que, apesar de serem poucos, existem – nas imediações deste futuro empreendimento.*

*O CDS recomenda que o reconhecimento do interesse público seja complementado por outras medidas promovidas pelo Município, e que possam valorizar as imediações. E como tal, apresentamos as seguintes recomendações:*

*Senhor Presidente, existe um edifício devoluto junto ao Expo Centro, existe Legislação para imóveis abandonados, com agravamento da taxa de IMI. Até que ponto é que se poderá incentivar o proprietário a dar um destino a este monstro localizado numa zona cada vez mais privilegiada, e trata-se de uma porta de entrada para o acesso, no fundo, a este empreendimento a que se refere o ponto.*

*Também o espaço da antiga Adega Cooperativa de Pombal é outra nódoa nesta zona. Senhor Presidente, questiono como é que está a situação do contencioso entre a Câmara e a Caixa de Crédito Agrícola sobre a posse do terreno, e caso seja resolvido a favor da Câmara, que projetos há para este local.*

*A última recomendação neste ponto, Senhor Presidente: à semelhança daquilo que já foi feito em sessões de Assembleia Municipal anteriores, e que percebemos não ser uma prioridade deste Executivo, volto a insistir na pertinência da valorização da pista de atletismo coberta, e proponho a construção de um novo pavilhão destinado para acolher este equipamento, que tem potencial diferenciador e poderá, sem dúvida, valorizar o investimento nesta unidade hoteleira. Acrescento que em sede de Webinar promovido pelo PSD de Pombal, um dos convidados também destacou a importância que a pista coberta de atletismo possa ter para Pombal.*

*Senhor Presidente, falta ainda olhar o turismo desportivo com estratégia de competitividade para destinos turísticos. O turismo desportivo é um segmento de uma enorme força dentro da indústria do turismo, em parte pela abrangência do segmento, mas também pela força do desporto enquanto mobilizador de público, tal como está subjacente à Carta Europeia do Desporto.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Obrigada, Senhora Presidente.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Elisabete Alves, se faz favor.”*

**Elisabete Alves (PS):**

*“Obrigada, Senhora Presidente.*

*Uma palavra, para dizer que votamos favoravelmente este ponto. De acordo com o regulamento de interesse público estratégico, e considerando a importância do investimento para o desenvolvimento económico e social do concelho, nomeadamente para a criação de emprego, para estimular o crescimento do turismo, a sua localização estratégica, deste projeto, próxima do Parque Industrial Manuel da Mota e da ETAP, a ausência de impacto ambiental negativo, a adoção que este empreendimento tem pela solução ambientalmente sustentável, e o enquadramento adequado na paisagem, não vemos motivos para que não seja aprovada esta proposta da Câmara, sobre empreendimentos de carácter estratégico.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhor Presidente, quer dizer alguma coisa?”*

**Presidente da Câmara Municipal:**

*“Senhora Presidente, das duas, uma: ou sou rigoroso com o cumprimento da ordem de trabalhos, e portanto, vou-me restringir a responder às matérias deste ponto, ou então abrimos aqui outra discussão. E portanto, eu pergunto-lhe, sem querer deixar a deputada Liliana Silva sem resposta, se me autoriza que o possa fazer nesses termos.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Senhor Presidente, eu autorizo que o senhor responda à deputada Liliana Silva, mas, a partir de agora, quem entrar num ponto e se reporte aos pontos anteriores, peço ao Senhor Presidente que responda apenas aos pontos que estamos a tratar.*

*Obrigada.”*

**Presidente da Câmara Municipal:**

*“Muito bem, muito obrigado, então.*

*Então, vamos começar pelo princípio. Senhora Deputada, nós não podemos inventar mecanismos adicionais, além daqueles que estão previstos na Lei, relativamente à discussão destes documentos. Primeiro, porque nós precisamos de ter formalismo nesta relação, e esse formalismo resulta da participação através dos canais próprios; depois, o próprio requerente, se tiver intenção de o fazer em momento posterior – porque, repare, o que nós aqui estamos a discutir, nós não estamos a licenciar, a Assembleia Municipal não tem competência de licenciamento de obras particulares; estamos aqui a reconhecer as condições com que pode ser utilizado o mecanismo de carácter estratégico previsto nos art.º 129.º, 130.º e 131.º do PDM para efeitos de enquadrar este projeto nessa previsão regulamentar do IGT, dos instrumentos de gestão territorial. Depois disto, segue-se todo o caminho em que, ou há um licenciamento clássico, e pode haver essa apresentação pública por parte do requerente – a Câmara não tem que o fazer, nem tem que fazer aqui uma promoção seletiva do mesmo, e portanto, a Câmara, na altura, tomará a decisão que bem entender. E portanto, é um assunto em que aqui estamos a falar de uma fase meramente instrumental, para o reconhecimento do carácter estratégico.*

*Reparem, isto não significa que o projeto que nos venha a ser apresentado seja licenciado, porque vai ter que ser ouvido o turismo, vai ter que ser ouvida a Autoridade de Saúde, vai ter de ser ouvida a segurança e Proteção Civil, o próprio Município, há regras do RJUE e de regulamentos municipais para ser cumpridos, isso é outra discussão. E nessa altura, podem-se fazer essas discussões, nomeadamente, por exemplo, e repare, as questões rodoviárias, as*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*entradas e saídas na 237 – isto, depois, é uma fase posterior; nesta fase, não é isso que está a ser discutido. E portanto, não me parece que seja a altura adequada para o fazermos.*

*A questão da Adegas Cooperativa, o processo segue a sua tramitação. Eu tive ocasião de falar com a nova administração da Caixa Agrícola sobre este assunto, e os administradores tomaram a devida nota, disseram que lhe iam dar alguma prioridade. Se quer a minha opinião sincera, não acredito que até ao final do mandato isto tenha grandes desenvolvimentos. E portanto, não me pergunte o que é que a Câmara querera fazer a seguir. É uma boa discussão, agradeço-lhe imenso a confiança que me dá, pedindo-me uma opinião, mas eu também não lha vou dar nesta altura, porque ela é absolutamente inconsequente.*

*Deixe-me dizer-lhe que, de facto, se o Município achar que é boa ideia desembolsar três ou quatro milhões de euros para ter uma pista coberta a 100%, a ocupar um pavilhão, eu não deixo de dar a minha opinião, acho uma tremenda estupidez – acho uma tremendíssima estupidez, ter um pavilhão avocado doze meses por ano, vinte e quatro sobre vinte e quatro, para ter as provas de atletismo que aqui se fazem, com um investimento destas dimensões, mais o investimento todo que isto possa ter em termos de manutenção, acho um tremendíssimo disparate. Para mim, estava longe, muito longe de ser uma prioridade para a vida deste concelho.*

*Depois, acho que passou imediatamente à leitura daquilo que possa ser interessante discutirmos no ponto da nossa ordem de trabalhos, em concreto o Ponto n.º 2.16, que é, de facto, o Plano de Desenvolvimento Turístico de Pombal, onde tem ocasião de podermos discutir o turismo religioso, o turismo de negócios, o turismo desportivo, está lá tudo. Se calhar, podemos, por uma questão de organização racional, fazer essa discussão no ponto certo.*

*A Dra. Elisabete fez a sua declaração, não há nenhuma observação, nem nenhuma pergunta a responder.*

*Muito obrigado.”*

**Colocada a proposta da Câmara sobre Empreendimentos de Carácter Estratégico - Reconhecimento do Interesse Público Estratégico (Artigos 129.º, 130.º e 131.º do Plano Diretor Municipal, na sua redação atual, a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

***Ponto n.º 2.13. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Área de Reabilitação Urbana de Abiul - Projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana.***

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Neste ponto, quem se quer inscrever? Senhora Deputada Cláudia Caetano, pode começar a usar da palavra.”*

**Cláudia Caetano (NMPH):**

*“Muito obrigada, Senhora Presidente.*

*A minha intervenção será relativamente ao Ponto n.º 2.13, como também ao Ponto n.º 2.14.*

*Gostaria de chamar a atenção para a existência de alguns erros que eu detetei nos projetos disponibilizados, nomeadamente uma imagem do Lourical, que se encontra no projeto de Abiul, ou então a referência à Freguesia de Abiul no projeto relativo ao Lourical.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Nos projetos apresentados, eu não consegui encontrar medidas concretas de apoio ao desenvolvimento económico, e por isso, eu pergunto de que modo é que está pensado ser prestado esse apoio.*

*É tudo. Obrigada.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Liliana Silva, se faz favor.”*

**Liliana Silva (CDS-PP):**

*“Senhora Presidente, a minha intervenção vem no sentido da intervenção anterior. Há erros grosseiros nos documentos, em cada um deles, e questiono quais foram as entidades que procederam à análise destes documentos, porque pelo menos já passaram pelo Gabinete Técnico, passaram pela reunião de Câmara, e chegam agora à Assembleia Municipal, e o nível de confiança que acabam por imprimir fica aquém daquilo que era expectável.*

*Obrigada, Senhora Presidente.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Obrigada, Senhora Deputada. Senhor Presidente, faça favor.”*

**Presidente da Câmara Municipal:**

*“Bem, eu ia talvez começar pela última intervenção, e perguntava à Senhora Deputada o que é que, para si, era o nível de confiança expectável, porque eu não consigo compreender a dimensão daquilo que acabou de dizer. E portanto, na primeira oportunidade, se puder responder, agradeço-lhe, porque não consegui perceber a sua pergunta.*

*Os documentos que vêm à Câmara, independentemente da sua origem dentro dos serviços da Câmara, para mim, merecem todos igual confiança. Aliás, repare que uma das responsabilidades que eu tenho, e da Senhora Presidente da Assembleia Municipal também, é verificar, em função da presidência de cada um dos órgãos, se os documentos que o órgão vai apreciar estão em condições de ser apreciados, sob o ponto de vista da sua composição, sob o ponto de vista das deliberações, sob o ponto de vista dos quóruns, sob o ponto de vista da fundamentação jurídica, sob o ponto de vista dos elementos técnicos, escritos ou desenhados, que possam instruir as propostas, e o respetivo enquadramento. E portanto, isso é obrigação dos Presidentes.*

*E portanto, se esse nível de confiança não lhe é suficiente, repare, então, o relatório de prestação de contas são quatrocentas páginas, devia oferecer-lhe maiores dúvidas. E portanto, não faço ideia do que é que quer dizer com isto.*

*Sobre a pergunta da Senhora Deputada Cláudia Caetano, se calhar remetia-lhe para a pág. 63 da informação, por exemplo, respeitante a Abiul, onde encontra um quadro de benefícios fiscais e incentivos municipais que traduzem, em igualdade de circunstâncias com o que, aliás, existe noutras operações de regeneração urbana e as respetivas ARU's, as áreas que estão previamente estabelecidas, e que se prendem, por exemplo, com a isenção da taxa de IMI, com a redução da taxa de IMI em determinadas circunstâncias, quando há intervenções mais ou menos profundas – 30%, ou 10%, ou 20%, por exemplo, se forem prédios arrendados – o agravamento do IMI quando são imóveis degradados, o agravamento do IMI ao triplo quando se tratem de prédios que estão devolutos, a isenção de IMT na primeira transmissão após a reabilitação. Depois, temos nas taxas municipais reduções ou isenções, seja para as licenças, seja para a ocupação de via pública, e temos ainda, depois, outros benefícios fiscais, que vão variando consoante os anos e o respetivo Orçamento de Estado, relativamente a IRS e IVA – no caso do IVA, concretamente, as obras de requalificação desenvolvidas em zonas de ARU apenas têm uma taxa de 6%.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Portanto, genericamente, é este o conjunto de mecanismos que estão à disposição. Para além disso, como também calculo que os Senhores Deputados saibam – até porque já não é a primeira vez que aprovamos operações com estas características – existe também um Instituto de Financiamento à Regeneração Urbana (IFRU), que não sei se ainda tem dotações financeiras, mas que pode também ajudar as empresas e os particulares a financiarem-se para efeitos das suas operações.*

*Muito obrigado.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Presidente. Senhora Deputada Liliana, quer responder? Faça favor.”*

**Liliana Silva (CDS-PP):**

*“Sim, Senhora Presidente, obrigada.*

*Portanto, relativamente ao Ponto n.º 2.2 e 2.4, o nível de confiança traduziu-se não só nos técnicos do Município, como também no parecer do auditor externo – que, aliás, se encontra certificado novamente para continuar a exercer as suas funções, por unanimidade, quer de reunião de Câmara, quer de Assembleia Municipal.*

*Relativamente a este documento, do Ponto n.º 2.13, relativamente a Abiul, seria expectável que pelo menos não houvesse imagens, ou pelo menos esta imagem que não corresponde a Abiul, recomendo que se veja na pág. 26 – e eu confesso que estive bastante tempo a olhar para esta imagem, para tentar compreender onde é que se encontra Abiul, e efetivamente, havendo uma praça de touros de fácil localização em todas as imagens, nesta não existe. Portanto, recomendo que seja corrigido este erro.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Então, já fez a sua declaração de voto. Senhor Presidente, quer responder?”*

**Presidente da Câmara Municipal:**

*“Claro que quero responder. Repare, se a Senhora Deputada entende que uma troca de um mapa é suficiente para votar contra, faça favor. Eu acho que não há dúvida nenhuma de que a área de regeneração urbana de Abiul está perfeitamente identificada e conhecida, e repare, haver um erro e um lapso é uma coisa normalíssima. E portanto, ainda bem que, desta vez, os Senhores Deputados leram os documentos e identificaram o erro.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Presidente.*

*Já está a votação aberta, podem começar a votar e enviar.”*

**Liliana Silva (CDS-PP):**

*“Senhora Presidente, eu abstive-me na votação, foi essa a minha declaração de voto. E acrescento que todos os documentos são sempre tratados com o máximo rigor, e se não fosse assim, não estaria muito tempo a olhar para esta imagem.”*

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com uma abstenção, da Bancada do CDS.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

Pelo membro da Bancada do CDS, **Liliana Adelina Silva**, foi feita a seguinte Declaração de Voto:

*“Eu abstive-me nesta votação porque entendo que há um erro que não permite aprovar o documento conforme está.”*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

***Ponto n.º 2.14. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Área de Reabilitação Urbana da Vila do Louriçal - Projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana.***

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Neste Ponto, quem se inscreve? Senhor Presidente da Junta, José Manuel Marques, faça favor.”*

**José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):**

*“Muito obrigado, Senhora Presidente.*

*Quero congratular-me, enquanto Presidente e enquanto cidadão desta freguesia, por este projeto, o trabalho do Senhor Presidente da Câmara, do seu Executivo, e também todo o pessoal técnico que se envolveu neste projeto.*

*Não preciso de destacar aquilo que é o Louriçal, mas sabemos que se há uma área um pouco exterior à zona urbana propriamente dita, da vila histórica, que tem sido renovada, com construção nova, na verdade, naquilo que é independente àquela parte histórica, existem ainda proprietários que têm feito muito para melhorar, para colocar novas coberturas, a nível dos telhados, mas ainda existe muito para fazer.*

*Acredito que esta aprovação virá de encontro às necessidades dos proprietários, para, a curto prazo, podermos dar outra vida, outra imagem àquilo que é o conjunto das obras já executadas, e outras que se preveem executar, naquilo que é a responsabilidade pública do Município e da freguesia – e para isso estamos também a trabalhar – e que esta parte venha, muito honestamente, possibilitar – e como disse o Senhor Presidente, e bem - isentar determinados impostos, aqui um incentivo, e que bem precisamos, porque temos ali uma obra muito grande – costuma-se dizer, aquele descasque de arroz que está ali, que era anteriormente, e hoje é pena que não haja a possibilidade de conseguirmos, a curto prazo, algo que pudesse levar em frente a demolição deste projeto, e ali algo a construir de novo.*

*Portanto, para mim, queria deixar aqui bem ressalvado que é bom, porque depois temos a parte de regeneração urbana que tem a ver com a Estrada 243, que já falei com o Senhor Presidente, que, realmente, sendo ela do Estado, carece, no curto prazo, também de podermos – não será neste mandato, com certeza, mas pensar nisso, para que também, a nível de vias rodoviárias, ela possa ser devidamente requalificada, para assim completar esta regeneração urbana que todos gostamos de ver a acontecer.*

*E portanto, parabéns, e muito obrigado por esta iniciativa, que vem dar passos muito grandes em frente nesta execução.*

*Muito obrigado.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, quer dizer alguma coisa neste ponto?”*

**Presidente da Câmara Municipal:**

*“Não, muito obrigado, Senhora Presidente.”*

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com uma abstenção, da Bancada do CDS.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**



## MUNICÍPIO DE POMBAL

Pelo membro da Bancada do CDS, **Liliana Adelina Silva**, foi feita a seguinte Declaração de Voto:

*“Eu abstive-me na votação deste ponto, em virtude de na pág. 24 do documento haver referências erradamente feitas à Freguesia de Abiul, e não à Freguesia do Lourçal. Obrigada.”*

**Ponto n.º 2.15. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Redinha – Proposta de 1.ª Alteração.**

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Quem se inscreve neste ponto? Senhor Presidente da Câmara, quer dizer alguma coisa no Ponto n.º 2.15?”*

**Presidente da Câmara Municipal:**

*“Não, Senhora Presidente, eu creio que a proposta é suficientemente clara, justificando as razões que nos levam a esta proposta de alteração.”*

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.**

**Ponto n.º 2.16. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Plano de Desenvolvimento Turístico de Pombal – documento final.**

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Inscrições no Ponto n.º 2.16? Senhor Deputado Carlos Lopes, pode começar a sua intervenção. Depois, se mais alguém quiser usar da palavra, eu vou registando.”*

**Carlos Lopes (PS):**

*“Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas deputados, os meus respeitosos cumprimentos a V. Exas.*

*Senhor Presidente, analisando o documento, podemos referir que ele é bem-vindo. No entanto, apesar do seu conteúdo, parece-nos que, no seu todo, poderia ter ido mais além. Assim, o documento não especifica os investimentos que devem ser realizados. Bem sabemos que essa é a parte que caberá ao poder político, daí que aproveite este ensejo para instar com o Senhor Presidente da Câmara, no sentido de nos informar que investimentos estão previstos para Pombal neste âmbito. Esta é uma matéria importante, pois daqui podemos aferir qual o grau de empenhamento que o Município coloca nesta matéria.*

*Depois, há um outro aspeto que importa salientar, ou seja, o facto de não se quantificar, tanto quanto possível, o retorno financeiro face ao investimento previsto. Estamos a falar de uma verba de cerca de 3.000.000,00€ em dez anos, e era importante que os Pombalenses pudessem saber qual o retorno deste investimento. Daí que também pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se tem essas contas, e na afirmativa, se pode divulgar-nos essas contas.*

*Há também um outro aspeto que importa referir, concretamente, Senhor Presidente, a localização do Posto de Turismo. Inicialmente instalado junto à biblioteca, foi depois deslocalizado para o castelo. Percebemos de imediato que essa não era, de todo, a melhor*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*localização. Ainda assim, por lá se manteve, apesar das várias críticas a essa nova localização. Ora, do documento em análise não se retira onde deverá ser localizado o Posto de Turismo, ou seja, ficamos sem saber onde será instalado o novo Posto. Sabemos que a sua localização é importante para o sucesso do Plano Estratégico, mas desconhece-se, como disse, a sua nova localização.*

*Por isto, e porque entendemos que o documento é importante, mas que apresenta algumas lacunas, o nosso voto vai no sentido da abstenção.*

*Muito obrigado, Senhora Presidente.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigado, Senhor Deputado Carlos Lopes.*

*Eu só queria perguntar, eu tenho aqui a inscrição da Senhora Deputada Cláudia Caetano, do Senhor Presidente da Junta do Louriçal, José Manuel Marques, e houve mais alguém que falou, mas eu não tive oportunidade de ouvir. Quem é que se inscreveu mais? Deputada Liliana Silva. Mais alguém?*

*Então, Senhora Deputada Cláudia Caetano, faça favor.”*

### **Cláudia Caetano (NMPH):**

*“Obrigada.*

*O turismo é uma das mais valias do nosso concelho, e nos últimos anos, fomos presenteados com um forte desinvestimento nesta área. Não só inúmeros projetos ficaram na gaveta e nunca foram postos em prática, como outros, já em curso, foram sendo abandonados ao longo dos tempos.*

*É com enorme satisfação que vemos que, finalmente, é apresentado um Plano de Desenvolvimento Turístico para Pombal, que peca por tardio, e ainda assim apresenta várias deficiências, nomeadamente na falta de definição de ações concretas, na forma como os pontos críticos vão ser corrigidos e melhorados.*

*E é por isso que o sentido de voto dos membros do Movimento Narciso Mota – Pombal Humano será o sentido da abstenção.*

*Obrigada.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Obrigada, Senhora Deputada Cláudia Caetano. Senhor Presidente da Junta do Louriçal, José Manuel Marques, faça favor.”*

### **José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):**

*“Muito obrigado, Senhora Presidente.*

*Este plano, muito honestamente, falando no concelho num todo, com certeza que o Concelho de Pombal tem uma riqueza muito estrutural para oferecer uma forma diferente para aqueles que querem visitar o concelho, na questão do turismo. Eu estive presente em algumas reuniões onde foi debatida a questão das prioridades, e aqui, é de destacar que se há áreas importantes, que estamos a falar desta extensão do Concelho de Pombal, da serra ao mar, temos de falar da questão histórica e também religiosa. É claro que, falando aqui num todo do concelho, mesmo na disponibilidade daquilo que são os passeios pedestres, o BTT, um conjunto de ofertas daquilo que podemos tornar mais valorizado, aquela questão do conhecimento. E muitas coisas que vamos falando, por vezes só no papel não chega, é preciso estruturar.*

*E eu penso que aqui, a Câmara Municipal, e bem, apresenta um plano a longo prazo, que virá, com certeza, de encontro a estas necessidades. Eu acredito que se tem feito – talvez haja pessoas que não o valorizem, mas tem-se feito muito, e o caminho até era bastante dinâmico, não fosse esta questão da pandemia que em dois anos nos afetou a todos – aliás, a parte portuguesa em que o turismo era a alavanca principal da economia, neste momento sabemos como é que está.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*E aí, não vale a pena, por exemplo, dizermos que não se vê pessoas a passear, não se vê turistas; pois não, e neste momento nem sequer dá para o fazer. Mas, o caminho era bastante dinâmico – e eu falo propriamente do Lourçal, e no Convento, que quer queiramos, quer não, é um património a nível religioso que tem uma oferta única no concelho, e que, entre outros, acredito que está dado um passo importante – aliás, o Município acabou de o fazer, naquilo que foi o restauro do teto do Convento, a iluminação, aquilo que estamos a fazer na execução das placas verticais, na identificação dos monumentos, que vão ser colocadas em breve, e também a requalificação da Igreja do Recolhimento, que irá começar na próxima quinzena. Portanto, nós estamos a trabalhar, e nos projetos que têm sido definidos, que esperamos que, a curto prazo, sejam executados, para que sejamos também esse núcleo forte da alavanca do turismo – neste caso, religioso, paisagístico, da ligação entre Pombal, passando pela Redinha, por Almagreira, pela Pelariga, até ao Carriço, e a ligação que fazemos nesta área mais do Oeste.*

*Portanto, aqui, Senhor Presidente, e a todos os Senhores Vereadores, e a todo o quadro de pessoal qualificado neste conhecimento, agradeço e dou os parabéns, e esperamos que, a curto prazo, o Concelho de Pombal seja já um concelho muito forte a nível nacional, tanto na indústria, como em outras áreas, e neste potencial turístico, acredito que, a curto prazo, ele vai ter a sua visibilidade, e as diretivas estão lançadas.*

*Muito obrigado.”*

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Presidente. Senhora Deputada Liliana Adelina Silva, se faz favor.”*

### **Liliana Silva (CDS-PP):**

*“Obrigada, Senhora Presidente.*

*Eu vou intervir da seguinte forma: relativamente ao desporto, já manifestei aquilo que seria uma boa aposta, mas é normal que haja opiniões diferentes, por isso é que cada um vai seguindo o seu percurso e o seu caminho. Também não considero que fossem investidos três a quatro milhões de euros, mas isso é ponto para discussão noutro momento.*

*Relativamente ao documento em análise, gostaria que fosse feito aqui algum resumo por parte do Senhor Presidente, acerca dos contributos que foram recolhidos através da consulta pública, e de que forma é que eles foram incluídos neste novo documento.*

*E destaco que continuamos atrasados em algumas matérias, nomeadamente no âmbito da valorização dos Templários – há uma referência mais extensa, se não estou em erro, na pág. 28 do documento, mas ainda estamos aquém dos territórios que nos rodeiam. E partilho aqui que a 11 de março deste ano, contactei a Associação de Turismo Militar, que me confirmou que aguardavam a decisão do Senhor Presidente quanto à integração de Pombal numa estratégia em rede, dinamizada por outros concelhos à nossa volta.*

*Encerro a minha intervenção da seguinte forma: para potenciarmos o turismo, é também necessário conseguirmos preservar a nossa identidade cultural. E há um fator que tem sido motivo de descontentamento pelos Pombalenses, já na última Assembleia Municipal eu apelei ao Senhor Presidente e lancei o desafio, que devolvesse aos Pombalenses, ao jardim, a estátua do menino com o peixinho. Seria uma boa forma de presentear os Pombalenses nas Festas do Bodo. Deixo este apelo, no sentido de que nós somos um território que valem também por aquilo que nós somos, pela cultura que ao longo do tempo fomos criando, e a nossa identidade deve ser preservada. E há ícones, há imagens, há estruturas que são cruciais para as pessoas se sentirem integradas naquilo que é a sua terra, o seu território, e que quando regressam a ele gostam de encontrar.*

*Obrigada.”*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhora Deputada. Tem agora a palavra o Senhor Presidente Diogo Mateus.”*

### **Presidente da Câmara Municipal:**

*“Bem, espero que a Dra. Liliana não volte para Vila Cã de burro, para manter a tradição que existia, das pessoas que vinham das aldeias aqui a Pombal vender, e que agora anda tudo aburguesado, e anda tudo de autocarro, e anda tudo de bicicletas elétricas.*

*Senhora Deputada, estamos a falar de um plano estratégico, não me venha falar aqui do peixinho que deita água pela boca. Nós temos que ter um bocadinho de noção da dimensão das coisas que estamos a discutir. Eu percebo que a senhora é membro de uma Assembleia de Freguesia, e pensa como uma pessoa da Assembleia de Freguesia, que não tem mal nenhum, mas estamos na Assembleia Municipal, e deixe-me dizer-lhe, se a dimensão dos nossos problemas é o peixinho que deita água pela boca, o nosso concelho deve estar uma coisa ótima. Senhores Deputados, são vinte e uma horas, os senhores estão aqui há seis horas, eu cheguei um bocadinho mais tarde, mas estive a fazer outras coisas, e estão a falar do peixinho? Ouça, o Senhor Presidente da Câmara ou a Senhora Presidente da Câmara que venha a seguir, que ponha o peixinho onde bem quiser. Nós aprovámos um projeto que não tem nada a ver com peixinhos. Os elementos essenciais que ali estão na cultura, estão ali bem identificados, tem ali a pérola, tem ali o coreto, tem ali essas coisas todas. Repare, há gente que é tão conservadora, tão conservadora, que chora no outono quando as folhas caem. Não podemos ser assim, olhemos para a frente, e vamos ter leituras um bocadinho diferentes – respeitando aqui as opiniões de toda a gente, mas não podemos olhar para estas coisas de uma maneira estática. Sabe quantos anos tem a pérola, num concelho que tem oitocentos e cinquenta anos? Sabe quantos anos tem a pérola? Se calhar, nem cinquenta tem; se calhar, nem cinquenta anos tem. Portanto, vamos dar às coisas a dimensão que elas efetivamente têm. Mas, pronto, olhe, está nas oficinas da Câmara, e não tem Covid, está de boa saúde, pode voltar para a água, não tem Covid.*

*Vamos às questões sérias. Dr. Carlos Lopes, eu percebo que se queira ter aqui uma dimensão, sob o ponto de vista executivo, que seja um bocadinho mais expressiva de um conjunto de opções políticas. Mas, este documento não tem geneticamente essa missão; este documento é um plano estratégico.*

*E portanto, onde eu acho que podia residir uma boa discussão – é a minha opinião, que, aliás, foi aquilo que, sob o ponto de vista da construção deste documento, se realizou, ouvindo muitos parceiros, que acabaram por identificar estas áreas ou produtos turísticos prioritários que estão aqui bem apresentados na síntese deste projeto, e que os senhores dissessem assim: “olhe, de facto, não acho nada prioritário que o turismo científico, espeleologia, geomorfologia, arqueologia e paleontologia, aqui deva estar, porque há outras coisas que são mais importantes”. Essas são as discussões interessantes. Não, senhor, eu não acho nada que as questões do turismo religioso aqui interessem. Não, senhor, eu acho que não têm nada que estar aqui, nem a história, nem o património, nem a questão dos negócios, nem a questão do desporto, nem a questão do turismo de mar. Estas são as grandes áreas.*

*Reparem, aqui não está a parte gastronómica apresentada como uma área principal, nem as rotas do vinho, por exemplo, nem dos recursos hídricos; estão outras áreas. Esta é a grande discussão. E portanto, parece-me que, sob o ponto de vista do trabalho que se realizou, naquilo que são as áreas principais para fazermos incidir a nossa atuação, elas são boas – pelo menos, dos Senhores Deputados, e de todo o trabalho de centenas e centenas de pessoas que se envolveram neste processo, foi isto que se fez.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*O que aqui temos, sob o ponto de vista do investimento, é uma previsão. Ora, vai depender do ênfase político que se venha a dar à execução desta estratégia aquilo que seja o cumprimento desta ponderação de investimento que aqui está, e por consequência, do respetivo retorno. Reparem, nós não fazemos avaliações, por inutilidade, nós não vamos deixar de fazer a recuperação das pinturas do teto do Convento do Lourical porque os impactos previstos, sob o ponto de vista do número de pessoas que passa a visitar o Lourical, ou o Convento, é inferior ao esperado. Nós, independentemente de lá ir uma pessoa, ou cem mil pessoas, nós queremos preservar esse património, e é isso que nós fazemos. O mesmo se faz com o Castelo, o mesmo se faz com os investimentos nos nossos museus que já existem.*

*Já matéria completamente diferente é ponderarmos se, de facto, vale a pena – como há pouco discutíamos – fazermos ou não fazermos um investimento de um pavilhão, que tem que incorporar uma pista de atletismo, para funcionar vinte e quatro sobre vinte e quatro horas, sete dias por semana, doze meses por ano, só afeto àquela área, ocupando seis ou sete mil metros quadrados, com a respetiva manutenção, e iluminação, e limpeza, e seguros, e conservação de material, e tudo mais. Portanto, isso é que nós temos de olhar, se, de facto, é razoável. Porquê? Porque vai castigar o Orçamento Municipal e, se calhar, o número de vezes em que vamos ter atividades em Pombal não é muito superior. Porquê? Porque a própria Federação reparte por um conjunto de outros territórios, por uma questão de equilíbrio regional, que tem que ser aceite por todos, essa mesma opção. E nós até podemos fazer a pergunta ao contrário: então, por que é que no resto do país isto não aconteceu? Por que é que nem Lisboa o tem? Aliás, ele estava em Lisboa e veio para cá. Porque, efetivamente, quem tem um património como o antigo Pavilhão dos Descobrimentos, em Lisboa, que agora está com outras designações comerciais, para ser rentável, tem que ter multiusos, não pode só ter um uso exclusivo. E por isso é que as coisas são feitas desta maneira, aqui e em qualquer parte do mundo, e não podem ser sorvedouros de dinheiro, porque a seguir, vamos dizer assim: pronto, agora temos uma pista de atletismo, mas, depois, não há pavilhão desportivo na Guia. E eu pergunto se alguém achava que isso era razoável, sob o ponto de vista destas prioridades. Não, nós aqui recebemos os melhores atletas, o Concelho de Pombal é dos concelhos portugueses que mais esforço faz para a notoriedade internacional do atletismo português, às vezes nem uma nota da Federação tem – e eu estou a dizer isto, já disse isto pessoalmente ao Presidente da Federação, esquecem-se, no meio das medalhas e das felicitações, esquecem-se do esforço que nós fazemos. Sabem quanto é que custa por ano ao Concelho de Pombal? 100.000,00€ - conservar, montar, desmontar, aferir, substituir, garantir as limpezas, os acessos, a segurança, casas de banho, seguros e afins, é quanto isto nos custa por ano. E só é usado quatro meses – quatro meses. Portanto, vejam bem do que é que aqui estamos a falar, em termos de responsabilidade. Aqui, estamos a ver estas áreas principais.*

*Eu acho que, efetivamente – e nós não podemos achar que, e primeiro, já ouvi nesta Assembleia, esta tarde, que há um conjunto de iniciativas que são desgarradas. Alguém achará que é desgarrado conservar o Castelo de Pombal, ou ter a sua animação, porque não há um documento estratégico que diz que a animação do Castelo de Pombal, a Batalha da Redinha, as simulações que se façam na Praça Marquês de Pombal, com tempos antigos, ou que se faça nos Antões, ou que se faça na Mata Mourisca, assim e assado, fazem parte de um conjunto de iniciativas de conservação do património histórico, etnográfico, cultural, cantado, musical, e por aí fora. É evidente, nós não precisamos de ter – e isso, Senhores Deputados, eu peço-vos também um bocadinho esta flexibilidade mental, que é que as coisas não têm que ser perfeitas porque têm um enquadramento intelectual muito organizadinho, e a seguir nós vamos fazer um*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*plano estratégico que dá consistência, depois temos um plano de ação, fazemos um plano financeiro, e fazemos isto tudo, e dizemos assim: um mais um são dois, dois mais três são cinco, e isto está perfeito. Não, nós podemos fazer isto tudo em quatro anos, que é um mandato, em quatro anos, sem ter essa justificação. Este documento começou a ser preparado há dois anos e meio – dois anos e meio. E pode acontecer que a Câmara Municipal que chegue a seguir diga que não concorda nada com isto, e fazer outro. Por isso é que é importante que a identificação das prioridades, e a apreciação das prioridades que aqui estão, sejam apreciadas por todos. Não é o peixinho, o que interessa é isto, para depois se perceber: muito bem, como é que eu vou consubstanciar o turismo científico? É pegar na proposta de fazer um trabalho – e o Senhor Presidente da União de Freguesias de Santiago, S. Simão e Albergaria dirá assim: “Olhe, eu acho que sim”, de estudarmos os achados do allosaurus fragilis – a Alice, que é o dinossauro fêmea que foi encontrado na zona de Andrés – e vamos ver como é que isto pode ser potenciado, e contar a história, e falar com a história natural, e falar com o outro local do mundo onde existem fósseis iguais, que é nos Estados Unidos, o que prova que a tectónica das placas, de facto, é verdade. E nós olhamos para isto e dizemos assim: “Pois, de facto, isto faz algum sentido, porque é uma coisa difícil”. Pois, mas, se calhar, não vamos fazer, como na Lourinhã, um parque jurássico, não vale a pena. O parque jurássico está lá, não é aqui, tem que ser uma coisa diferente. Vamos fazer isto, vamos arranjar consultores, vamos fazer este investimento, tal e tal. Mas, vamos fazer isto antes de acabar o CIMU-Sicó? Vamos fazer isto antes de requalificarmos o Museu de Arte Popular? Vamos fazer isto antes de termos um plano de comunicação para outras iniciativas turísticas que se façam na Quinta de Santana, na parte de animação da Serra de Sicó, na Rede das Aldeias de Calcário, ou no novo equipamento de apoio de praia, na Praia do Osso da Baleia, ou a nova Praia do Urso? Vamos estabelecer prioridades. Não, são os Caminhos de Fátima, ou são os Caminhos de Santiago, ou são os dois. Vamos estabelecer essas prioridades. É isso que fazem os políticos, e não é nesta fase, é mais tarde que se deve fazer. Há um conjunto de matérias que decorrem das Juntas, da preservação do património – reparem, quando nós temos políticas de reforço das capacidades locais nas nossas freguesias para fazerem limpeza urbana, não tem a ver com o turismo. Mas, alguém aguenta um turismo sem ter as nossas principais zonas urbanas bem tratadas? Provavelmente não. E a rede viária? Provavelmente não. Ou seja, nós temos que ir encontrando esse caminho. E portanto, o documento que aqui está é um bom documento, nós temos muitas atividades que contribuem, atualmente, de forma consolidada, ou prestes a ficarem consolidadas, para cada uma destas cinco áreas principais que aqui estão, e a questão principal que aqui nós temos que discutir é precisamente se estes produtos turísticos são os produtos turísticos que nos interessam, a estratégia da marca que aqui está é, de facto, aquela que nos parece ser mais razoável, aquilo que é o modelo de governação que aqui está proposto é aquele que nós queremos subscrever, e depois, tudo o resto são caracterizações, inventários, e desenvolvimento mais minucioso da estratégia de produto, do mercado, dos segmentos, da marca e da comunicação. Esta é a parte estratégica. Há, depois disto, enorme trabalho a fazer. Por isso é que existe um pelouro, por isso é que houve meios financeiros, por isso é que foi preciso fazer um Plano de Desenvolvimento Turístico, que hoje aqui estamos a aprovar, para lançar as bases do futuro. Foi por isso. Porquê? Porque não havia. Por isso, há pouco, quando nós falamos que não há investimento no turismo, pois, mas agora há uma unidade de turismo que tem quatro recursos, antigamente não havia, e técnicos superiores. Mas, agora temos esta gente a preparar informações, a desenvolver projetos, a desenvolver complementaridades – olhe, por exemplo, o projeto do Turismo Acessível, que existiu, e que está pronto para os museus e para o castelo, resultou dessas*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*iniciativas. E como isto não tem milhões de euros, como o plano estratégico não pode custar isso, pensa-se que é pouco, porque o dinheiro é pouco. Verão a riqueza do que aqui está quando se pegar neste documento e se começar a fazer o trabalho a sério.*

*Nós acabámos de aprovar as áreas de regeneração urbana de Abiul, da Redinha e do Louriçal; porque é que os senhores pensarão que foram estas, e não foram outras? Alguém tem dúvida – e estão aqui Presidentes de Junta de outras freguesias – que sob o ponto de vista turístico, patrimonial e cultural, nestas freguesias – como noutras, que ainda não disse – incide uma particular riqueza? Desde logo porque estas foram antigas municipalidades, até 1836, e isso dá-lhes uma organização urbana, uma antiguidade histórica, que é completamente diferente de freguesias, como há pouco o Dr. João Coucelo recordava, que tiveram formação no séc. XX, como o caso da Ilha, ou há sessenta anos, Carnide, ou há setenta, o Carriço. Reparem, não se pode comparar com o Louriçal, que tem uma antiguidade diferente. É a história. E portanto, o exercício de preservação tem que incidir nestes locais. Porquê? Olhe, porque, de facto, perceber a organização urbanística de Abiul, faz sentido preservar, fazer a seguir o projeto de requalificação, mudar a iluminação pública, animar a parte comercial, ter produto turístico. Faz sentido estar a fazer esta discussão e estarmos a dizer para acabar a Junta de Freguesia de Abiul a intervenção nas Corujeiras? Claro que faz sentido, porque é mais um produto. Então, e faz sentido estarmos a falar do CIMU-Sicó, e agora também existe um marco, e a Rede de Aldeias Calcárias, que inclui os Poios? Com certeza que sim. Estão a ver? Todas estas coisas têm aqui linhas que as unem, e que lhes dão uma densidade, que lhes dão uma profundidade, que lhes dão um interesse, que nós dizemos que, de facto, faz sentido. As aldeias calcárias são uma coisa muito bem identificada, nós descemos para baixo da Pelariga e já não temos, já não encontramos no Louriçal e no Carriço, nem na Guia, nem na Mata Mourisca, nem na Ilha, nem em Carnide, nem nas Meirinhas, nem em Albergaria, em Santiago ou S. Simão, não encontramos; encontramos em Abiul, um bocadinho em Pombal, em Vila Cã, na Redinha, e um bocadinho na Pelariga. Porquê? Porque é ali, pronto, é só ali, não há mais. E depois, claro, podemos passar para a zona das Degracias, ou para irmos para a zona serrana de Ansião, ou Alvaiázere, é outro território. Essa foi a filosofia.*

*Portanto, a ideia é, de facto, irmos cosendo toda esta malha – reparem, agora estava a ver aqui o Senhor Presidente da Junta de Vermoil, onde faz sentido também termos aqui a Telhada, e ele ainda há pouco falou disto. Portanto, estudar, investigar, perceber como é que vamos desenvolver. Ou seja, isto é um trabalho que nunca estará desenvolvido, começou-se do zero. Ter as pessoas, ter a opção política, ter o documento estratégico, ter as equipas, e agora ter os parceiros, ter as prioridades, e agora vamos arregaçar as mangas, e vamos lançar-nos para a frente.*

*Muito obrigado.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Presidente.*

*A votação está aberta, já podem votar e enviar. Senhora Deputada, faça favor.”*

**Liliana Silva (CDS-PP):**

*“Senhora Presidente, eu gostaria de pedir a palavra, visto que fui indevidamente identificada na intervenção do Senhor Presidente. Gostaria de referir que, atualmente, não se vê cidadãos a circular de burro entre Vila Cã e Pombal, mas vemos a pé, tal como o meu avô fez quando era o tempo dele, que se deslocava de Vila Cã para Pombal a pé. E a verdade é que, hoje em dia, o que nós temos é cidadãos Pombalenses, e não só, a circular entre estes territórios, não só a pé, mas também a correr.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Portanto, era para fazer esta anotação, e dizer que finalmente sabemos onde está o peixinho, que para algumas pessoas poderá não ter valor, mas tem.*

*Só uma questão, que me falhou esta parte: corremos o risco de continuarmos a protelar no tempo, e a ver que, ao nosso lado, já estão outras coisas construídas, como é o caso da Lourinhã, por exemplo, e nós ainda continuamos à espera de saber o resultado da proposta de classificação da Serra de Sicó, por exemplo.*

*O Senhor Presidente também não me respondeu quais foram os contributos, e de que forma foram acolhidos, no âmbito da consulta pública.”*

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com 8 abstenções das Bancadas do PS, do CDS e do Movimento NMPH.**

**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

Pelo membro da Bancada do CDS, **Liliana Adelina Silva**, foi feita a seguinte Declaração de Voto:

*“E nesse sentido, eu faço já aqui a minha declaração de voto de abstenção, porque a informação que foi prestada pelo Senhor Presidente não foi devidamente explícita, no que concerne ao acolhimento das propostas apresentadas no âmbito da consulta pública.”*

***Ponto n.º 2.17. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Aprovação do PASEC - Plano Ação para a Sustentabilidade Energética e Climática;***

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Ponto n.º 2.17, quem se inscreve? Não havendo inscrições, Senhor Presidente, quer usar da palavra neste ponto?”*

**Presidente da Câmara Municipal:**

*“Quero. Eu, aqui, sublinhava a importância de olhar, logo a começar, para o índice deste documento, e perceber as assinaláveis diferenças que tem, relativamente ao documento anterior, sob o ponto de vista da sua organização, e perceber que este é um plano de ação, e que tem este conjunto de informação, e que o outro é um plano estratégico, e que tem outra informação igualmente importante. E aqui é que faz sentido perceber a diferença dos documentos.*

*De resto, na substância, o que aqui está são dados importantíssimos para nós percebermos qual é o ponto de partida, e para onde queremos ir. Agora, era importante fazê-lo, ter esta dimensão, para, a seguir, tomarmos as iniciativas consequentes, para termos, de facto, esta sustentabilidade energética e climática. Sem medirmos, não conseguimos gerir.*

*Muito obrigado.”*

**Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.**

***Ponto n.º 2.18. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal.***

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Quem se inscreve? Senhora Presidente da Junta de Abiul, Sandra Barros, pode usar da palavra.”*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

**Sandra Barros (Presidente J.F. Abiul, PPD/PSD):**

*“Mais uma vez, boa tarde a todos. Falo já também pelo Ponto n.º 2.18 e 2.19, falo já pelos dois pontos, e quero agradecer ao Município estes apoios, que todos eles certamente também são importantes para a promoção do turismo no nosso concelho.*

*Era só. Muito obrigada.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Obrigada, Senhora Presidente. Senhor Presidente Diogo Mateus, pode falar, querendo.”*

**Presidente da Câmara Municipal:**

*“Não, muito obrigado, Senhora Presidente.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Podem votar, já está aberta a votação. O Ponto n.º 2.18 foi aprovado por unanimidade.”*

**Colocado este assunto a votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade e por minuta, aprovar os pedidos de apoio das Juntas de Freguesia.**

***Ponto n.º 2.19. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.***

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Neste Ponto n.º 2.19, algum dos Senhores Deputados ou dos Senhores Presidentes de Junta quer usar da palavra? Senhor Presidente, pode começar a falar, e eu vou abrindo as inscrições, para quem quiser intervir. Pode começar a falar, se faz favor.”*

**Nélson Pereira (Presidente J.F. Pelariga, PPD/PSD):**

*“Neste caso, já é boa noite a todos. Cumprimento o Senhor Presidente, que há um bocadinho, quando intervimos, não estava presente.*

*E na sua pessoa, quero também agradecer ao Município de Pombal este apoio concedido à Freguesia da Pelariga, que nos permitiu adquirir a viatura de primeira intervenção para a Unidade Local de Proteção Civil, e assim fazer face à prevenção da floresta na nossa freguesia, e o auxílio a todas as outras que sejam precisas. E só para informar que a viatura está pronta a funcionar, esperemos que não seja necessária a sua intervenção. Mas, um agradecimento especial à Câmara pelo apoio para esta viatura.*

*Muito obrigado.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Presidente Nélson Pereira. Mais alguém quer usar da palavra neste último ponto, que é apenas para conhecimento? Senhor Presidente Diogo Mateus, quer o senhor referir-se a este ponto?”*

**Presidente da Câmara Municipal:**

*“Senhora Presidente, muito obrigado.*

*Eu ouvi a primeira intervenção do Senhor Presidente da Pelariga, sobre os desfibriladores, e a resposta que ofereceu.*

*Eu só perguntava, Senhora Presidente, se está programado nós termos a nossa última reunião em setembro, ou não, para fazer uma última intervenção, se for caso disso. Estava a fazer a pergunta se está programado fazermos Assembleia Municipal em setembro, como a Lei*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*estabelece, ou se, considerando o período eleitoral, se entende que ela não se realiza. Fazia-lhe esta pergunta porque, se assim fosse, queria dirigir uma palavra final aos Senhores Deputados.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Sim, Senhor Presidente, está previsto fazermos a nossa Assembleia de setembro, está previsto fazê-la – logo no início, de preferência, naturalmente, mas está previsto fazermos-la.”*

**Presidente da Câmara Municipal:**

*“Muito bem. Então, depois, nessa altura, com a sua autorização, farei uma comunicação. Muito obrigado.”*

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

*“Muito obrigada, Senhor Presidente.*

*Quero acabar esta reunião, esta penúltima Assembleia Municipal, agradecendo a todos os Senhores Deputados e Deputadas, a todos os Senhores Presidentes de Junta, e um agradecimento muito especial aos serviços de apoio à Assembleia Municipal, e aos técnicos que permitiram que esta reunião se realizasse. Muito obrigada a todos.*

*Se eventualmente eu me excedi em algum dos comentários que fiz, que não o devia fazer, peço desculpa a todos.*

*E em setembro, cá estaremos. Tenham umas boas férias, com saúde, divirtam-se, e até setembro. Obrigada.”*

**A Assembleia tomou conhecimento.**

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu por finalizados os trabalhos, eram 21 horas e trinta minutos, tendo-se lavrado a presente ata, que eu, Manuel Sobreiro, subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

A Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: